

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS -GRADUAÇÃO E PESQUISA**

LUIZA FERREIRA REZENDE DE MEDEIROS

**UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL DAS RELAÇÕES DE TRABALHO DOS
CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL ORGANIZADOS EM
COOPERATIVAS DE RECICLAGEM**

Dissertação apresentada ao
Mestrado em Psicologia da
Universidade Católica de
Goiás, como requisito parcial
para obtenção do título de
Mestre em Psicologia.

**GOIÂNIA
2006**

LUIZA FERREIRA REZENDE DE MEDEIROS

**UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL DAS RELAÇÕES DE TRABALHO DOS
CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL ORGANIZADOS EM
COOPERATIVAS DE RECICLAGEM**

Dissertação apresentada à Universidade Católica de Goiás como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social

Orientadora: Professora Doutora Kátia Barbosa Macêdo

GOIÂNIA
Fevereiro de 2006

**UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL DAS RELAÇÕES DE TRABALHO DOS
CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL ORGANIZADOS EM
COOPERATIVAS DE RECICLAGEM**

LUIZA FERREIRA REZENDE DE MEDEIROS

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor José Roberto M. Heloani

Professora Doutora Anita Cristina A. Resende

Professora Doutora Kátia Barbosa Macêdo

Dissertação defendida e aprovada em: ____/____/____

Esta dissertação é dedicada ao João Gabriel,
À minha mãe e a meu pai,
À meus irmãos e a minha sobrinha.

Com todo o amor, sou grata pelo apoio, incentivo, pela ajuda e pelo carinho.

AGRADECIMENTOS

A Deus acima de tudo.

À professora Doutora Kátia Barbosa Macêdo, pela orientação e dedicação no desenvolvimento deste trabalho.

À professora Ms. Lydia Christina, amada mãe e grande companheira, pelas sugestões apresentadas durante todo o percurso deste trabalho.

Às professoras Dra. Anita Cristina e Dra. Sônia Margarida, pelas sugestões certeiras e imprescindíveis apresentadas por ocasião do exame de qualificação e que muito enriqueceram este trabalho.

Ao meu estimado pai, pela oportunidade de me apresentar a um novo mundo, meu eterno agradecimento.

Aos catadores das cooperativas estudadas, pela disponibilidade para colaborarem com essa pesquisa.

E, finalmente, a todos os colegas, em especial Patrícia e Keila, e amigos, pelo apoio e pelo incentivo constantes.

RESUMO

As relações de trabalho dos catadores de material reciclável e organizações de reciclagem foi o tema da presente pesquisa, a qual objetivou investigar a percepção dos catadores quanto a suas relações de trabalho, as condições em que desempenham suas funções e as práticas de trabalho em cooperativas de reciclagem, buscando refletir sobre os processos de exclusão/inclusão social desses trabalhadores. Este é um estudo de caso de caráter descritivo e exploratório, cujos instrumentos de pesquisa foram a entrevista semi-estruturada e a análise documental. A técnica para investigar os resultados foi a análise gráfica do discurso desenvolvida por Lane. As entrevistas foram realizadas individualmente com dez participantes de duas cooperativas de reciclagem de lixo que atuavam no município de Goiânia. A reciclagem de lixo urbano figura como atividade emergente e integra o mercado verde, isto é, insere-se naquelas atividades de cunho ambiental, que ganharam evidência com os movimentos de preservação ambiental. A reciclagem de material reciclável é uma cadeia produtiva complexa e que envolve diversos participantes e embora gere vantagens ambientais indiscutíveis para a sociedade em geral, sobressaem os aspectos econômicos. A catação de material reciclável, atividade inicial do processo de reciclagem, constitui para muitos trabalhadores a única forma de garantir sua sobrevivência e a possibilidade de inclusão social em um mercado de trabalho cada dia mais excludente. Por meio das análises gráficas do discurso dos participantes deste estudo, percebe-se a intensa exploração a que está submetido o catador de material reciclável, que realiza um trabalho de inegável importância, sem que obtenha reconhecimento da sociedade e melhorias em suas condições de trabalho, embora faça parte de uma cadeia produtiva altamente lucrativa. Dessa forma, os resultados obtidos nesta investigação sugerem que as relações de trabalho são precárias e informais entre catadores e organizações de reciclagem. O trabalho com a catação ocorre por necessidade e não por escolha, e os catadores estão informalmente inseridos no circuito oficial da reciclagem. É um trabalho que expõe o trabalhador a vários tipos de risco à saúde, são vítimas de preconceitos, humilhação, estigmas negativos e excluídos de alguns ambientes sociais. Os dados também revelaram que algumas organizações, sob a alegação de utilizar princípios cooperativistas, escamoteiam uma subcontratação de mão-de-obra barata para que desenvolvam suas atividades em condições precárias e alienantes. Contrapondo-se a esse caráter exploratório e alienante a organização dos catadores em cooperativas que adotam genuínos princípios cooperativistas pode se configurar em uma possibilidade para a busca de melhores condições de trabalho e de vida, para além da sobrevivência.

Palavras-chave: catadores de material reciclável; precarização das relações de trabalho; dialética exclusão/inclusão social; cooperativas.

ABSTRACT

The relationship between the scavengers of recyclable materials and the recycling organizations was the theme of this research, whose aim was to investigate the perception of the scavengers concerning their labor relations, the conditions in which they perform their functions and the labor practices in the recycling cooperatives, trying to reflect about the processes of social inclusion/exclusion of these workers. This is a descriptive and exploratory case study, whose research instruments were the semi-structured interview and documentary analysis. The technique for studying the results was Lane's graphic analysis of the speech. The interviews were carried out individually with ten participants from two garbage recycling cooperatives that operate in the municipality of Goiania. The recycling of urban garbage appears as an emerging activity, and is an integral part of the green market, that is, it is within the activities that are of an environmental nature that have arisen along with the environmentalist movements and those of environmental preservation. The recycling of recyclable materials is a complex productive chain that involves several participants and while it generates indisputable environmental advantages for society in general, the economic aspects stand out. The hunting and collecting of recyclable materials, the first step in the process of recycling, constitutes for many workers the only way to guarantee their survival and the possibility of social inclusion in a labor market more and more exclusive. By means of graphic analysis of the speech the participants in this study perceived the intense exploitation to which they, the scavengers, are submitted. They who carry out a job of undeniable importance, neither obtaining recognition from society nor improvements in their working conditions even though they are part of a highly lucrative chain of production. In this way the results obtained from this study suggest that the labor relations are precarious and informal between the scavengers and the recycling organizations. The work of scavenging occurs by necessity not by choice, and the scavengers are informally inserted into the official circuit of recycling. It is a job that exposes the worker to various kinds of health risks, makes them victims of prejudice, humiliation, and negative stigmas and excludes them from some social situations. The data also revealed that some organizations, under the allegation of using cooperative principles, in bad faith subcontract for cheap labor so that the scavengers carry on their activities in precarious and alienating conditions. In opposition to this exploiting and alienating character, the organization of the scavengers in cooperatives that adopt genuine cooperative principles can take the form of a possibility to search for better working and living conditions, for something beyond survival.

Key words: Scavengers of recyclable materials, precariousness of labor relations, dialectic social exclusion/inclusion; cooperatives.

[

SUMÁRIO

	página
RESUMO	VI
ABSTRACT	VII
LISTA DE QUADROS	X
LISTA DE GRÁFICOS	XI
APRESENTAÇÃO	14
CAPÍTULO I	
1. QUESTÕES AMBIENTAIS: PROBLEMA E NEGÓCIO LUCRATIVO?	18
1.1 – Os movimentos ambientais.....	18
1.1.2 – As questões ambientais no Brasil.....	30
1.2 – Na rota do lixo: os catadores de material reciclável.	33
1.2.1 – O lixo.....	34
1.2.2 – Lixo: o negócio da reciclagem.....	42
CAPÍTULO II	
2. CATADOR DE MATERIAL RECICLÁVEL, UMA PROFISSÃO PARA ALÉM DA SOBREVIVÊNCIA?	
2.1 – As transformações do mundo do trabalho em um contexto globalizado.	47
2.1.2 – O trabalho.....	47
2.1.2 – A precarização do trabalho.....	54
2.2 – A inclusão perversa.	62
2.3 – Cooperativismo como possibilidade de aglutinação.....	67
CAPÍTULO III	
3 - Delineamento metodológico da pesquisa	73
3.1 - Campo de pesquisa	78
CAPÍTULO IV	
4 – Análise e discussão dos resultados	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147

REFERÊNCIAS.....

ANEXOS.....

APÊNDICE

LISTA DE QUADROS

	página
Quadro I Caracterização dos participantes da Cooperativa 1 – G1.....	86
Quadro II Caracterização dos participantes da Cooperativa 2 – G2.....	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Representação do discurso dos cooperados do G1 ao responder à pergunta: “Com o que você gasta o seu dinheiro?”

Gráfico 2: Representação do discurso dos cooperados do G2 ao responder à pergunta: “Com o que você gasta o seu dinheiro?”

Gráfico 3: Representação do discurso dos cooperados do G1 ao responder à pergunta: “O que você gosta de fazer nas horas em que não está trabalhando?”

Gráfico 4: Representação do discurso dos cooperados do G2 ao responder à pergunta: “O que você gosta de fazer nas horas em que não está trabalhando?”

Gráfico 5: Representação do discurso dos cooperados do G1 ao responder à pergunta: “Qual o nome do seu trabalho?”

Gráfico 6: Representação do discurso dos cooperados do G2 ao responder à pergunta: “Qual o nome do seu trabalho?”

Gráfico 7: Representação do discurso dos cooperados do G1 ao responder à pergunta: “O que sente quando lembra de seus trabalhos anteriores?”

Gráfico 8: Representação do discurso dos cooperados do G2 ao responder à pergunta: “O que sente quando lembra de seus trabalhos anteriores?”

Gráfico 9: Representação do discurso dos cooperados do G1 ao responder à pergunta: “Por que escolheu esse trabalho?”

Gráfico 10: Representação do discurso dos cooperados do G2 ao responder à pergunta: “Por que escolheu esse trabalho?”

Gráfico 11: Representação do discurso dos cooperados do G1 ao responder à pergunta: “Como descreveria o seu trabalho?”

Gráfico 12: Representação do discurso dos cooperados do G2 ao responder à pergunta: “Como descreveria o seu trabalho?”

Gráfico 13: Representação do discurso dos cooperados do G1 ao responder à pergunta: “Quais as coisas boas do seu trabalho?”

Gráfico 14: Representação do discurso dos cooperados do G2 ao responder à pergunta: “Quais as coisas boas do seu trabalho?”

Gráfico 15: Representação do discurso dos cooperados do G1 ao responder à pergunta: “Quais as coisas ruins do seu trabalho?”

Gráfico 16: Representação do discurso dos cooperados do G2 ao responder à pergunta: “Quais as coisas ruins do seu trabalho?”

Gráfico 17: Representação do discurso dos cooperados do G1 ao responder à pergunta: “Já pensou em mudar de trabalho”?.....

Gráfico 18: Representação do discurso dos cooperados do G2 ao responder à pergunta: “Já pensou em mudar de trabalho”?.....

Gráfico 19: Representação do discurso dos cooperados do G1 ao responder à pergunta: “Em que você gostaria de trabalhar?”

Gráfico 20: Representação do discurso dos cooperados do G2 ao responder à pergunta: “Em que você gostaria de trabalhar?”

Gráfico 21: Representação do discurso dos cooperados do G1 ao responder à pergunta: “Para qual cooperativa você trabalha?”

Gráfico 22: Representação do discurso dos cooperados do G2 ao responder à pergunta: “Para qual cooperativa você trabalha?”

Gráfico 23: Representação do discurso dos cooperados do G1 ao responder à pergunta: “Como é ser um cooperado?”

Gráfico 24: Representação do discurso dos cooperados do G2 ao responder à pergunta: “Como é ser um cooperado?”

Gráfico 25: Representação do discurso dos cooperados do G1 ao responder à pergunta: “Como descreveria o seu trabalho”?.....

Gráfico 26: Representação do discurso dos cooperados do G2 ao responder à pergunta: “Como descreveria o seu trabalho”?.....

Gráfico 27: Representação do discurso dos cooperados do G1 ao responder à pergunta: “Qual o tipo de material que você coleta?”

Gráfico 28: Representação do discurso dos cooperados do G1 ao responder à pergunta: “Há diferença de preço?”

Gráfico 29: Representação do discurso dos cooperados do G1 ao responder a pergunta: “Quais as vantagens de ser um cooperado?”

Gráfico 30: Representação do discurso dos cooperados do G1 ao responder a pergunta: “Se você sofrer um acidente trabalhando tem assistência médica?”

Gráfico 31: Representação do discurso dos cooperados do G1 ao responder a pergunta: “Você utiliza algum material de proteção para catar o lixo?”

Gráfico 32: Representação do discurso dos cooperados do G1 ao responder a pergunta: “O que sente quando pensa no seu futuro e no de sua família?”

Gráfico 33: Representação do discurso dos cooperados do G2 ao responder a pergunta: “O que sente quando pensa no seu futuro e no de sua família?”

APRESENTAÇÃO

As questões ligadas ao meio ambiente estão entre os grandes desafios a serem enfrentados no século XXI. Tais desafios derivam da complexidade do processo de transformação do planeta Terra, que se encontra não apenas crescentemente ameaçado, mas também diretamente afetado pelos riscos socioambientais e seus danos, cada vez mais notórios.

Embora as questões ambientais, em sua diversidade de aspectos e opiniões, configurem-se de indubitável importância nos dias atuais, é relativamente recente o interesse da sociedade por essa problemática. Como exemplo dessa afirmação, podemos citar a observação de Viola (1998, p.148) segundo quem até 1989 não existia interesse pela questão ambiental por parte da maioria dos governos dos países “periféricos”, refletindo opiniões públicas para as quais a problemática ambiental era irrelevante.

A construção de uma perspectiva de proteção ambiental ganhou notoriedade e amplitude global com a atuação dos movimentos ambientais que, principalmente a partir do pós-guerra, nos anos 1950, denunciavam casos de degradação ambiental em diversos locais do planeta. Gradativamente, outros segmentos da sociedade civil engajaram-se nessa campanha e adotaram uma postura de “sensibilização para as questões ambientais”.

A princípio, as atividades que visassem à proteção ambiental não faziam parte das práticas cotidianas das organizações, eram vistas como um freio ao crescimento econômico e impostas por meios legais. Entretanto, atualmente a adoção de práticas de preservação ambiental torna-se condição *sine qua non* para a própria permanência da

organização no mercado, pois a adoção de medidas de proteção ambiental extrapola o cumprimento legal e apresenta-se como uma questão de estratégia competitiva, uma ferramenta de *marketing*, finanças, eficiência operacional e, ainda, a oportunidade de novos negócios, como os processos de aproveitamento de material reciclável.

Dessa forma, diversas atividades incrementaram o recente “mercado verde” e, dentre elas, os processos que visam dar uma nova utilização para o material descartado no lixo, ou seja, a transformação de material reciclável, tema deste trabalho.

A geração e o acúmulo de lixo estão entre os assuntos ambientais de maior complexidade. Essa afirmação justifica-se tanto pela crescente acumulação de lixo, reflexo de uma sociedade cada vez mais consumidora, como pelos problemas de destinação e destruição do lixo gerado, e a conseqüente falta de espaço para abrigar esses dejetos.

Uma alternativa para o tratamento do lixo urbano é o processo de reciclagem, que consiste no reaproveitamento de material que já foi utilizado e descartado e que pode ser reindustrializado e colocado novamente no mercado para ser consumido. A reciclagem envolve diversos participantes que desempenham atividades e papéis diferenciados, compondo uma intrincada cadeia produtiva, da qual fazem parte os catadores de material reciclável.

Além dos catadores, essa cadeia produtiva é composta pelas indústrias recicladoras, pelos sucateiros e por outros intermediários.

O material reciclável torna-se difícil de ser reaproveitado e perde o valor comercial quando é misturado à matéria orgânica. Esse problema é solucionado quando existe a coleta seletiva, momento em que o material reciclável é previamente separado nos lugares onde o lixo é gerado – residências, escritórios, escolas etc. – e é transportado e destinado para o seu reaproveitamento.

Contudo, no Brasil, poucos são os municípios que têm um programa de coleta seletiva em funcionamento. Segundo Magera (2003) e Berrios (2002), somente aproximadamente 8% dos municípios contam com um serviço de coleta seletiva oficial. A maior parte do material que é destinado para o beneficiamento da reciclagem é fruto do trabalho de catadores de material reciclável que fazem a coleta seletiva informalmente na maioria dos municípios.

De acordo com Dias, “a atividade de catação ilustra uma área que paulatinamente vem sendo explorada, que é o potencial gerador de renda de programas de reciclagem” (2002, p.31). Estima-se que os catadores sejam responsáveis por mais de 60% do papel e do papelão reciclados no Brasil, bem como 90% do material que alimenta as indústrias de reciclagem, fazendo do país um dos maiores recicladores de alumínio do mundo (Magera, 2003; Calderoni, 2003; Leal et al., 2002).

Se o catador participa como elemento fundamental de um processo produtivo bastante lucrativo, por outro lado, desenvolve seu trabalho em condições de trabalho extremamente precárias, com ganhos que não lhe asseguram uma sobrevivência digna.

Esta dissertação de mestrado teve como objetivo investigar as relações de trabalho entre catadores de material reciclável e organizações de reciclagem. Investigar como se configuram suas relações de trabalho nessa intrincada cadeia produtiva e refletir sobre o processo de inclusão/exclusão a que estão submetidos, com ênfase na precariedade das condições do trabalho por eles desenvolvido. Quanto à estrutura, o presente estudo está organizado em quatro capítulos, sucedidos pelas Considerações Finais.

No primeiro capítulo, intitulado “Questões ambientais: problema e negócio lucrativo”, discute-se a construção da idéia de preservação/proteção ambiental, tanto em âmbito mundial como em solo brasileiro. Inicialmente, discorre-se sobre a atuação dos movimentos sociais, principalmente a partir do entre-guerras, abordando os principais conceitos utilizados no que se refere às questões ambientais. Nesses termos, são discutidas as atuações das organizações diante das questões ambientais e a perspectiva de utilizar essas práticas como ferramentas de *marketing* e inovar com negócios lucrativos, entre eles o processo de reciclagem de material reciclável. Nos itens posteriores, o que se pretende é estabelecer uma relação entre o consumo, o acúmulo de lixo e a reciclagem de material, para refletir sobre o papel do catador de material reciclável nesse contexto.

No segundo capítulo, denominado “Catador de material reciclável, uma profissão para além da sobrevivência?”, destacam-se as reflexões sobre o trabalho e as transformações no mundo do trabalho. Inicialmente, faz-se um breve histórico da categoria trabalho, objetivando situar o leitor no contexto do mundo do trabalho, para

posteriormente discutir as transformações do mundo do trabalho e suas implicações para a atividade de catação. Depois, faz-se também uma reflexão sobre a exclusão social. Procura-se evidenciar a precarização do trabalho dos catadores e o processo dialético exclusão-inclusão social desses trabalhadores.

No terceiro capítulo, intitulado “Delineamento metodológico do estudo”, detalha-se a pesquisa empírica realizada com os catadores de material reciclável. É apresentada uma descrição das cooperativas de reciclagem e da população pesquisada, da coleta de dados e da técnica utilizada para realizar as análises.

No quarto capítulo, apresentam-se os resultados, seguidos por sua análise e discussão, buscando relacionar os resultados encontrados neste estudo com o embasamento teórico escolhido.

Por fim, nas Considerações Finais, retomam-se o problema e os objetivos iniciais da investigação e apresentam-se as conclusões decorrentes das análises e algumas sugestões para o aprofundamento da reflexão sobre a temática.

A principal contribuição da pesquisa apresentada nesta dissertação de mestrado foi colaborar para a reflexão sobre as relações de trabalho dos catadores de material reciclável, analisar e discutir dialeticamente o processo de inclusão/exclusão que vivenciam, bem como as possibilidades que se abrem quando organizados em cooperativas. A dialética, a análise gráfica do discurso e os fundamentos teóricos psicossociológicos nortearam as reflexões, análises, discussões e as conclusões da pesquisa.

CAPÍTULO I – QUESTÕES AMBIENTAIS: PROBLEMA E NEGÓCIO LUCRATIVO

Neste capítulo são abordadas a trajetória sócio-histórica das questões ambientais e a sua configuração nos dias atuais. A reflexão que se propõe é sobre as questões ambientais e sua configuração na atualidade como problema e/ou negócio. Em seguida, apresentam-se a problemática do acúmulo do lixo e a trajetória do trabalho dos catadores de material reciclável, que desenvolvem um importante papel no processo de reciclagem.

1.1– Os movimentos ambientais

A permanente degradação do meio ambiente e o seu crescente agravamento são temas que mobilizam grande parte dos países do planeta, na busca de formar uma rede consensual para a construção de um futuro comum sustentável. Por isso, configuram-se assuntos atuais, amplamente debatidos, de interesse geral e de indubitável importância.

Segundo Leis, os problemas ambientais são “‘efeitos inesperados’ do modelo de desenvolvimento econômico dominante (capitalista-industrialista)” (1998, p.25), o qual, segundo o autor, se legitima atendendo às demandas de consumo da população, que, por sua vez, continuam aumentando dentro de um planeta com capacidade de sustentação limitada.

Já Hobsbawm (1995), buscando caracterizar o que denomina “a crise ecológica que se avizinha”, afirma que

Uma taxa de crescimento econômico como a da segunda metade do Breve Século XX, se mantida indefinidamente [...], deve ter conseqüências irreversíveis e catastróficas para o ambiente natural deste planeta, incluindo a raça humana que é parte dele [...]. Certamente mudará o padrão de vida na biosfera, e pode muito bem torná-lo inabitável pela espécie humana [...]. Além disso, o ritmo em que a moderna tecnologia aumentou a capacidade de nossa espécie de transformar o ambiente é tal que, mesmo supondo que não vá acelerar-se, o tempo disponível para tratar do problema deve ser medido mais em décadas que em séculos. (1995, p.547)

Embora, neste início de século, os temas de preservação e de conservação ambiental¹ estejam presentes em diferentes *locus* sociais e contemplados por diversas áreas do saber, é relativamente recente o interesse da sociedade por essas questões, que ganham evidência no período dos pós-guerra, mais precisamente entre as décadas de 1950 e 1960, pela atuação dos movimentos sociais que somaram, àquela época, às suas reivindicações as insurgentes questões ambientais.

Os movimentos sociais foram expressões significativas dessas décadas e, segundo Heloani (2003), eram motivados principalmente por uma onda de contestação e insatisfação social contra o modo de vida resultante do sistema industrial dominado pelo capital. Conforme Carvalho (2002), os movimentos sociais acarretaram a mudança de práticas e representações sociais, abrindo novos entendimentos e novas direções para a organização da vida individual e coletiva. São, segundo essa autora, portadores de um potencial de mudança.

Carvalho (2002) afirma que os movimentos ambientais, assim como outros da época, como o pacifismo e o feminismo, tinham como traço distintivo a crítica à sociedade dominante e a luta por autonomia e emancipação. O movimento ambiental destacava e contestava o consumo como um valor central do modelo de desenvolvimento capitalista.

Pode-se inferir que as mobilizações ambientais daquele período foram precursoras na popularização da idéia de *cuidar do meio ambiente* e contribuíram favoravelmente para que a sociedade se sensibilizasse em relação aos assuntos ambientais. Diversos autores, entre eles Souza (2002), Czapski (1998) e Viola (1998), creditam aos movimentos ambientais a denúncia, em âmbito mundial, dos efeitos nefastos advindos da relação entre desenvolvimento econômico, produção industrial e preservação ambiental e, por conseguinte, a disseminação do entendimento de que os recursos naturais, considerados até então como fontes inesgotáveis, e, portanto, utilizados sem nenhum critério, sofriam o risco de exaustão.

¹ Para Valle (2000), faz-se necessária a distinção entre preservação e conservação ambiental, pois são termos que demandam atitudes e posturas diferenciadas. Segundo o autor, na preservação ambiental adota-se o critério da intocabilidade da natureza e do ecossistema pelo homem. Através da conservação ambiental, ao contrário, admite-se o aproveitamento controlado dos bens e recursos que constituem o ecossistema, em extensão e ritmo tais que permitam sua recomposição, de forma induzida ou inteiramente natural (Valle, 2000, p.10).

Vale destacar que essa concepção dos recursos naturais como inesgotáveis era, segundo Donaire (1999), atribuída ao fato de o meio ambiente² ter sido considerado até aquela época um recurso abundante e classificado na categoria de *bens livres*, ou seja, aqueles bens disponíveis na natureza. Conforme esse autor, foi somente a partir de 1950, quando economistas, ao reavaliarem os resultados do crescimento econômico, passaram a fazer análises que aproximaram as questões ambientais e suas relações com o desenvolvimento econômico, que se começou a perceber que os *bens livres* poderiam se esgotar.

Barbieri (2004), Souza (2002) e Leis (1998) observam que, naquela época, a compreensão dos recursos naturais como infinitos influenciava as gestões das organizações, as quais não contemplavam práticas ou políticas que visassem a reduzir os impactos ambientais.

Ainda quanto às gestões das organizações, Donaire (1999) acrescenta que as ações que visavam à preservação ambiental eram vistas como um freio ao crescimento da produção, um obstáculo que demandava grandes investimentos, de difícil recuperação, o que, na concepção dos gestores, prejudicaria a economia, a qual, naquele período, crescia a uma “taxa explosiva”.

Assim, até a década de 1960, diferentemente dos dias atuais em que atitudes e medidas de proteção ambiental constituem condição *sine qua non* para a própria sobrevivência da organização no mercado, naquela época havia um desprezo pelas questões ambientais, tanto no âmbito da produção como na oferta de produtos e serviços, prevalecendo o enfoque no desenvolvimento econômico em detrimento de medidas de proteção ambiental.

Quanto aos resultados do desenvolvimento econômico desse período, Hobsbawm (1995) afirma que houve um crescimento explosivo em alguns países, o que, segundo ele, fez com que mal se notassem os subprodutos dessa extraordinária explosão: a poluição e a deterioração ambiental. Segundo o autor,

² Segundo Castro (1995, p.53), a Lei Federal n ° 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, define meio ambiente como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

Durante a “era de ouro”³ a poluição e a deterioração ambiental chamaram pouca atenção, a não ser de entusiastas da vida silvestre e outros protetores de raridades humanas e naturais, porque a ideologia do progresso dominante tinha como certo que o crescente domínio da natureza pelo homem era a medida mesma do avanço da humanidade. (Hobsbawm, 1995, p. 257)

Esse subproduto citado por Hobsbawm foi tema do relatório *Os limites do crescimento*, publicado em 1972 e de grande valor na formação de uma perspectiva de proteção ambiental. Tratava-se de um estudo realizado com o fim de investigar os problemas ambientais em âmbito global, tais como: a acelerada industrialização, o rápido crescimento populacional, a desnutrição, a depleção dos recursos não-renováveis e a deterioração do meio ambiente. De modo incisivo, as conclusões desse relatório apontaram para o fato de que, sem alterações no modelo que regia o desenvolvimento, a própria vida no planeta estaria em perigo de extinção em pouco tempo. Esse documento causou uma grande controvérsia quando sugeriu uma interrupção imediata no desenvolvimento econômico e populacional, ou seja, propunha simplesmente o crescimento zero.

Czapski (1998), Donaire (1999) e Valle (2000) afirmam que, embora o relatório tenha sido alvo de críticas contundentes, tanto pelo seu tom catastrófico como por algumas propostas impraticáveis, obteve o mérito de difundir *mundialmente* a perspectiva dos impactos ambientais que advinham de um crescimento econômico desenfreado.

Evidenciava-se, em escala global, a relação entre desenvolvimento econômico e degradação ambiental. Ações efetivas eram necessárias, entretanto, as questões ambientais ainda estavam excluídas dos debates político-econômicos, das relações internacionais e de outros circuitos de difícil penetração. As mudanças ocorreram lentamente.

Os problemas ambientais agravaram-se com a exaustão dos recursos naturais energéticos, nos anos 1970, culminando com a Crise do Petróleo, que expôs, segundo Jatobá (2005), uma situação alarmante: a ameaça à sustentabilidade do modelo produtivo, a partir do esgotamento progressivo da base material dos recursos naturais.

³ Para esse autor, a “era de ouro” se referia basicamente ao grande salto das “economias de mercado” desenvolvidas nas décadas 1950-1970.

Acrescem-se a essa questão registros de vários acidentes socioambientais e também a constatação do crescimento sem precedentes da geração de lixo. Esses fatores-problema, somados ao fortalecimento dos movimentos ambientais e aos protestos da população em face do risco de novos acidentes, contribuíram, conforme Donaire (1999) e Souza (2002), para pressionar os governos dos países ocidentais a criar órgãos e legislações específicas, e mais severas, que visassem à proteção e à preservação ambiental de um modo urgente e emergencial.

Portanto, data desse período, de acordo com Souza (2002), Barbieri (2004) e Donaire (1999), o advento de medidas regulatórias que restringiram a atuação das organizações e compeliram-nas a adotar em suas práticas ações de proteção ambiental. Dentre as ações ambientais que emergiram desse período, esses autores destacam aquelas desenvolvidas no âmbito da produção que visavam ao combate ao desperdício, ao reaproveitamento de material por meio dos processos de reciclagem, à rotulagem ambiental e ao desenvolvimento de novas fontes de energia.

Não se pode esquecer que toda essa motivação era tênue e ocorria de forma suave, entre algumas organizações.

No entanto, algumas medidas efetivas foram bem divulgadas e alcançaram boa repercussão. É o caso da criação dos selos verdes,⁴ ao final dos anos 1970, hoje amplamente utilizados não só para atestar que os produtos são “ambientalmente corretos”, mas também como ferramenta de *marketing* das organizações, pois

⁴ Segundo Barbieri, os selos verdes e as declarações ambientais indicam atributos ou aspectos ambientais em produtos e serviços. Eles podem tomar a forma de afirmações, símbolos aplicados nos produtos ou nas suas embalagens, literatura sobre produtos, boletim técnico, informações em bulas e manuais, expressões de propaganda, anúncios publicitários e outras formas de comunicação direta com os consumidores (Barbieri, 2004, p.101). A rotulagem ambiental (selo ecológico em produtos) é, conforme Moreira, motivo de grande interesse por parte das empresas que querem se diferenciar dos concorrentes e atrair consumidores que valorizem a proteção do meio ambiente (Moreira, 2001, p.40). Contudo, Braga chama a atenção para o fato de que a adoção do selo verde pode vir a confundir os consumidores, dando a falsa impressão de que os produtos que exibem os selos verdes são inofensivos ao meio ambiente. Segundo essa autora, sob as atuais normas de concessão de selos verdes, um produto ainda bastante poluente pode ser selado se, por exemplo, seu fabricante contar com um programa de redução de emissões de poluentes, enquanto um produto pouco agressivo ao meio ambiente pode não obter o selo pelo fato de seu produtor não ter um programa de redução de impactos (Braga, 1995, p.217). Da mesma forma que os produtos, explica Barbieri, as indústrias também contam com normas para o gerenciamento ambiental. De modo mais intenso a partir de meados da década de 1990 surgiu várias relativas aos sistema de gestão ambiental, a *British Standards Institution* (BSI) lançou as normas ambientais BS – 7750. A partir de 1993, vários outros países da Europa publicaram suas próprias normas de sistemas de gestão ambiental, mediante organismos nacionais de normalização: na França, a Afnor; na Espanha Aenor; na Irlanda, a Nsai e, na Holanda, a NNI (Barbieri, 2004, p.142).

diferenciam produtos e serviços em função dos seus impactos ambientais. Segundo Barbieri (2004) e Braga (1995), a proliferação dos selos verdes pode ser entendida como um indicador do crescimento da importância das questões ambientais. Isso porque, na visão desses autores, eles representam um critério de escolha decisivo por parte dos consumidores para consumir produtos e serviços de organizações que desenvolvem iniciativas ambientais.

Embora em alguns países centrais as questões ambientais já estivessem amplamente difundidas, ao final da década de 1970, o panorama ambiental global ainda encontrava-se insatisfatório. Existia um hiato entre o discurso e a ação e o predomínio de comportamentos individuais e sociais predatórios em relação ao meio ambiente.

Acrescente-se a isso o fato de que, em muitos países periféricos, cujos movimentos ambientais eram inexpressivos, não havia interesse pela questão ambiental por parte da maioria dos governos, situação que vigorou até o final da década subsequente, isto é, até o término dos anos 1980 (Viola, 1998).

Na década de 1980, foi dada continuidade às questões anteriores por meio do relatório *Nosso futuro comum* (também conhecido como *Brundtland*), elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (Cnumad). Essa comissão foi criada em 1983 e, desde então, é presidida por Gro Harlem Brundtland, à época primeira-ministra da Noruega (Jatobá, 2005).

O *Relatório de Brundtland*, de acordo com Czapski (1998) e Moreira (2001), apresentou uma séria avaliação da situação ambiental mundial e propôs estratégias para a superação dos problemas ambientais, partindo de mudanças, tidas como radicais, nos princípios de utilização dos recursos naturais e na estrutura política e econômica. Esse relatório ratificou o que seus frágeis antecessores já haviam evidenciado: a urgência de adotar novos padrões de desenvolvimento para as sociedades contemporâneas, tendo em vista o forte desequilíbrio na relação entre desenvolvimento econômico e meio ambiente.

No relatório também emergiu com grande destaque o conceito que, segundo Dias (2002), iria predominar nos países ocidentais e se transformar em *slogan*

internacional: o conceito de desenvolvimento sustentável, que, na década seguinte, foi referência na Rio-92.⁵

Conforme Jacobi (2004), Guivant (1998), Czapski (1998), Valle (2000) e Magera (2003), o desenvolvimento sustentável pode ser definido como aquele que visa atender às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas necessidades. Nesta definição, estão imbricados o conceito de limite e o de cuidado para atender às necessidades de consumo presentes e futuras. Desde então, a idéia de que “cada geração toma o planeta de empréstimo às gerações futuras” começou a ser amplamente divulgada.

A “inovação” desse conceito, segundo Jatobá (2005), consiste na introdução dos elementos econômicos e sociais e suas relações com as questões ambientais, o que, na visão desse autor, de Almeida (1999) e de Donaire (1999), sugere a idéia de um “novo desenvolvimento”, no qual “a exploração de recursos materiais, os investimentos financeiros e as rotas do desenvolvimento tecnológico deverão adquirir sentido harmonioso” (Donaire, 1999, p.40).

Existem posicionamentos bastante controvertidos em relação a esse conceito. Silva (2002), Viola et al. (1998), Vaillancourt (1997), Mahiteme (2005) e Jatobá (2005) questionam alguns pontos que entendem serem vagos nesse conceito. Para esses autores, trata-se de um conceito amplo, ambíguo e confuso, faltando definir parâmetros valorativos e políticos capazes de nortear a integração por ele proposta. Além disso, Jatobá (2005) esclarece que esse conceito tem sido usado muito mais como retórica do que como princípio reestruturante das relações dos homens com a natureza.

Embora não seja objeto deste estudo problematizar o conceito de desenvolvimento sustentável, vale ressaltar que ele traz em seu bojo uma inovação com relação às perspectivas anteriores, pelo motivo de agregar aos aspectos ambientais e econômicos a *dimensão* social. Como observam Silva (2002) e Magera (2003), muitos segmentos, com base nesse conceito, buscam alternativas de desenvolvimento que reduzam os impactos ambientais e promovam a equidade social.

⁵ Evento sediado no Brasil no ano de 1992, considerado um “divisor de águas” quanto à sensibilização para os problemas socioambientais.

Por exemplo, no âmbito do gerenciamento de resíduos sólidos, o conceito de desenvolvimento sustentável, esclarece Dias (2002) vai se consubstanciar na acepção de *Integrated Sustainable Waste Management*⁶ (ISWM), que, segundo essa autora, em sua concepção ultrapassa os aspectos meramente tecnológicos e contempla os socioculturais e econômicos (geração de trabalho e renda), além da noção de governança “através do critério institucional/político manifesto pelo princípio da democratização dos processos decisórios” (Dias, 2002, p.21).

Sintetizando, a idéia de *sustentabilidade* implica a prevalência da premissa de que o atual padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas é ineficiente no que diz respeito à integração econômica, social e ambiental, e que um modelo de desenvolvimento predatório, aliado a um quadro de miséria que aumenta a passos largos, não poderá manter as capacidades ambientais em padrões de aceitabilidade por muito mais tempo.

Avançando tanto no sentido cronológico quanto no da proteção ambiental, na década de 1990 as questões ambientais, já sob a influência do conceito de desenvolvimento sustentável, tiveram como um dos marcos referenciais daquela década a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, sediada no Brasil em 1992, na qual representantes de 178 países reuniram-se para discutir políticas com um escopo comum: a sustentabilidade do desenvolvimento. O evento ficou conhecido como Rio-92, já citado anteriormente.

Paralelamente a essa conferência, também no Brasil foi realizado o Fórum Global das ONGs (organizações não-governamentais), do qual derivaram vários documentos sobre problemas ambientais, dentre eles a *Carta da Terra*.

Dessa conferência, resultou a noção de que as questões ambientais do século XXI ultrapassariam os limites das ações isoladas e constituir-se-iam em preocupação de toda a humanidade, repercutindo na maioria dos países participantes, cujos governos foram pressionados a adquirir um mínimo de *familiaridade* com a questão ambiental.

Outro fator resultante dessa conferência, ressaltado por Diaz (2002), foi a criação de uma estratégia global, denominada Agenda 21, para o planejamento

⁶ Gerenciamento Integrado e Sustentável de Resíduos Sólidos.

ambiental de âmbito global, nacional, regional e local, com o objetivo de melhoria da qualidade de vida do ser humano, associado à meta de conservação e preservação ambientais.

Adotando uma posição mais crítica sobre os resultados dessa conferência, Viola (1998) afirma que, embora a sustentabilidade ambiental adquirisse um peso extraordinário como princípio de legitimidade do mundo contemporâneo, a Rio-92 pouco avançou no plano político-econômico. Isso porque não se estabeleceram marcos de referência, mecanismos de implementação e instituições correspondentes à nova consciência. Faltou também, em sua opinião, compromisso financeiro concreto por parte de alguns países ali representados.

No entanto, no contexto das organizações, a Rio-92 consolidou as incipientes práticas de gestão ambiental. Progressivamente essas organizações abandonaram o simplista e obsoleto sistema de proteção ambiental, empreendido somente por meio de pressões sociais (por parte de grupos ambientalistas) e políticas legislativo-econômicas (multas e sanções), substituindo-o por um entendimento das questões ambientais dentro de um quadro ao mesmo tempo de oportunidades e ameaças, cujas conseqüências poderiam significar a própria permanência ou saída do mercado econômico mundial.

Delineou-se um *singelo* alinhamento entre preocupação ambiental e negócios, pelo qual os empresários passaram a antever a possibilidade de transformar as ações ambientais em instrumento de *marketing* e estratégia competitiva, como se verá a seguir.

Na década de 1990, ressaltam Souza (2002), Donaire (1999) e Barbieri (2004), as pressões por práticas ambientais no contexto organizacional extrapolaram a simples conformidade com as leis e tornaram-se mais complexas. São impostas às organizações por acionistas, investidores, bancos, fornecedores, concorrentes, compradores e consumidores.

Conforme Braga (1995), nas últimas décadas do século XX, houve um aumento da sensibilidade da sociedade de um modo geral em relação ao meio ambiente, que foi em parte apropriado pela economia e convertido em importante diferencial de

marketing, práticas monopolistas de controle de mercado, além de serem criados novos e dinâmicos mercados de bens e serviços.

Assim, pode-se constatar que a gestão ambiental nas organizações passou a ser condicionada por fatores que extrapolavam a própria dimensão ambiental, ganhando relevância outras dimensões, a saber: econômicas (redução de custos, de riscos, melhoria de eficiência, diferenciação de produtos), mercadológicas (barreiras comerciais não tarifárias de fundo ambiental) e simbólicas (melhoria na reputação e na imagem).

Esses fatos implicavam, segundo Miles e Covin (2000), outro rumo para as questões ambientais. As práticas ambientais organizacionais tornaram-se menos uma questão ambiental, e mais uma questão de estratégia competitiva, *marketing*, finanças, eficiência operacional e desenvolvimento de novos produtos, explica o autor. Um número significativo de estudos tem confirmado o que Oliveira (2004) encontrou em suas pesquisas: a gestão ambiental em empresas é utilizada, em 50% dos casos, em ações que não promovem efetivamente a proteção do meio ambiente, mas, sim, que têm relação com o comércio.

Sobre esse aspecto, Donaire (1999) diz que as respostas das organizações às questões ambientais podem ser agrupadas em três fases, muitas vezes superpostas, dependendo do grau de sensibilização da questão ambiental na organização. A primeira fase é marcada pela instalação de equipamentos de controle da poluição, sem que se alterem os métodos produtivos. Na segunda fase, o controle ambiental é integrado às práticas e aos processos produtivos e, na terceira, a questão ambiental é contemplada na estrutura organizacional e torna-se um valor da organização.

Na atualidade, segundo esse mesmo autor, grande parte das organizações encontra-se na segunda fase e uma minoria situa-se na primeira e na terceira fases. A conclusão a que chega o autor é de que está em curso um deslocamento do tratamento dispensado às questões ambientais, que deixou de ter apenas um enfoque punitivo para se configurar como um quadro de ameaças e oportunidades.

Essas ameaças se expressariam no fato de muitas organizações estarem perdendo mercado; já as oportunidades poderiam ser representadas por novos negócios

que as organizações começam a desenvolver a partir da adoção de uma política ambiental.

Braga (1995) aborda a questão propondo o que ela denomina postura ambiental empresarial.⁷ Segundo a autora, as organizações podem desenvolver posturas conservadoras, legalistas e estratégicas, dependendo da pressão da sociedade civil e do mercado. A postura denominada conservadora é caracterizada pela não-preocupação com o meio ambiente. Essa idéia não está presente na pauta de prioridades da organização. A tendência, nas organizações que mantêm essa postura, é encarar a questão ambiental como modismo e para fins de sucesso em *marketing*.

A postura legalista, outra maneira de conduzir a organização, tem como principal característica a abordagem da questão ambiental como apenas mais uma das restrições impostas à atividade econômica pelo Estado e pela legislação. A postura estratégica adota um conceito que depende diretamente da competitividade internacional da empresa e de seus produtos. As empresas que adotam essa postura previnem a poluição ao longo do processo produtivo, não se limitando a equipamentos do tipo *end of pipe* nem ao simples cumprimento da lei.

Embora a postura ambiental organizacional denominada estratégica seja a mais “avançada” no sentido de uma ação correta, ela é em si bastante criticável. Isso porque, segundo Braga,

o conceito de poluição adotado pela postura estratégica – poluição igual a matéria-prima e energia não incorporadas ao produto – é bastante reducionista, uma vez que não considera que a poluição é também reflexo de padrões de consumo, do tipo de tecnologia dominante e da dinâmica de crescimento insustentável da sociedade capitalista moderna. (Braga, 1995, p.222)

Portanto, diferentemente das décadas anteriores, proteção ambiental e competitividade econômica, na atualidade, entrelaçam-se, e os temas ambientais são apropriados pelo mercado, estabelecendo um verdadeiro “mercado verde”. Foi o entrelaçamento da variável ambiental nos negócios que aproximou o discurso dos empresários com as reivindicações ambientalistas.

⁷ Segundo Braga (1995, p.221), o termo postura ambiental empresarial engloba o discurso e a prática ambientais das empresas, bem como os distanciamentos/proximidades existentes entre estes.

Braga (1995), criticando também essa postura, afirma que

a adoção de um discurso ambiental pelas empresas é também uma eficaz estratégia de enfraquecimento das críticas ambientalistas à indústria, a seus padrões tecnológicos e aos padrões de consumo da sociedade atual. (Braga, 1995, p.219)

Assim verifica-se que, embora seja crescente a preocupação com as questões ambientais, a motivação para a preservação ambiental ainda está subordinada a uma racionalidade instrumental⁸ de desempenho produtivo e econômico. Pode-se inferir que as questões ambientais aderiram à lógica do sistema capitalista e representam ao mesmo tempo uma preocupação genuína com o meio ambiente e um negócio lucrativo.

Contudo, apesar de existir uma predominância do referencial econômico no tocante às questões ambientais, por outro lado, avanços foram notados, principalmente se comparados às reivindicações e aos esforços dos movimentos ambientalistas da década de 1960.

Dessa forma, no contexto organizacional, Oliveira (2004), Souza (2002) e Donaire (1999) concluem que a questão ambiental deixou de ser um tema-problema, para se tornar parte de uma solução maior, pela qual é possível garantir lucro e proteger o meio ambiente. Valle (2000) destaca que, em razão disso, as iniciativas nesse ramo de negócio estão se tornando cada vez mais atraentes.

Dentre as várias ações ambientais que convergem para essa idéia e proporcionam um retorno financeiro para as organizações, podem ser vislumbradas as seguintes:

A reciclagem de materiais que tem trazido uma grande economia de recursos para as empresas; o reaproveitamento dos resíduos internamente ou sua venda para outras empresas através de Bolsas de Resíduos ou negociações bilaterais; o desenvolvimento de novos processos produtivos com a utilização de tecnologias mais limpas ao ambiente, que se transformam em vantagens competitivas e até mesmo possibilitam a venda de patentes; o desenvolvimento de novos produtos para um mercado cada vez maior de consumidores conscientizados com a questão ecológica, geração de materiais de grande valor industrial a partir do iodo tóxico,

⁸ Enriquez define a racionalidade instrumental como um conceito que “designa a racionalidade dos meios utilizados, em relação aos fins desejados e decididos. Um tal enunciado neutro não parece, a priori, apresentar qualquer problema. Todavia significa a adequação dos meios aos fins, a partir dum cálculo custo/benefício, que se refere tão-somente a elementos mensuráveis. Em consequência, não se levaram em conta as variáveis humanas e sociais que não podem ser integradas num sistema de equações ou de inadequações” (1995, p.11).

estações portáteis de tratamento, miniusinas para uso de pequenas empresas. (Donaire, 1999, p.52)

Castro (1995) destaca o surgimento de um mercado de trabalho, bastante promissor, ligado à variável ambiental, especificamente aquela que diz respeito à geração e ao acúmulo de lixo, que envolve, dentre outras profissões, a dos catadores de material reciclável.

Conclui-se, então, que tem havido um aumento do número de organizações que adotam ações para preservar e conservar o meio ambiente, somado a uma maior sensibilidade da sociedade quanto às questões ambientais. Isso fica evidente em pesquisa realizada pelo Instituto Ethos no Brasil, citada por Bittencourt (2004): verificou-se que, no ano de 2002, 14% dos consumidores brasileiros deixaram de comprar determinado produtos, por não considerar seus fabricantes socialmente responsáveis com o meio ambiente.

1.1.2 – As questões ambientais no Brasil

Os problemas ambientais atuais que afligem o Brasil e os países da América Latina são essencialmente diferentes daqueles que afligem os países do mundo desenvolvido. Distinguem-se principalmente por extrapolarem o âmbito dos recursos naturais e estarem ligados a questões como pobreza, marginalidade, subdesenvolvimento e corrupção.

A conclusão de Donaire (1999) é sugestiva quanto ao entendimento dos problemas ambientais concernentes ao Brasil. Na sua visão,

A pobreza significa, entre outras coisas, importante processo de deterioração do meio ambiente, pois ele é virtualmente saqueado em função das necessidades básicas dos mais carentes. Os assentamentos humanos precários e/ou espontâneos, nascidos de ocupações provocadas por tragédias sociais maiores, como a migração para as cidades, causadas, por sua vez, pelo desenvolvimento desigual, pelas secas ou inundações, pelas guerrilhas, pela atração que significa a urbe em termos de oportunidade, caracterizam-se precisamente por suas deploráveis condições ambientais e sanitárias. Essa “poluição dos pobres” é elemento-chave na deterioração ambiental da América Latina e constitui componente inédito das preocupações ambientais, por sua magnitude e características, em relação à problemática ambiental no mundo desenvolvido. (Donaire, 1999, p.31)

Assim, meio ambiente e pobreza estão indissoluvelmente imbricados nos países subdesenvolvidos, ressalta Dias (2002).

Sobre esse assunto, Diniz (1995) alerta para o fato de que, no Brasil, a falta de condições mínimas de sobrevivência para a maioria da população alimenta lutas sociais imediatas, que fortalece uma concepção dos problemas sociais separados das questões ambientais. Segundo esse autor,

em países subdesenvolvidos como o Brasil a resistência da sociedade para encarar a questão ambiental como sendo uma das prioridades é significativamente maior do que em países desenvolvidos. Ainda que o desenvolvimento desses países se sustente, em grande parte, na superexploração tanto de recursos naturais quanto da força de trabalho daqueles países (Diniz, 1995, p.63).

No Brasil, a pauta ambiental é um reflexo das conseqüências históricas de depredações passadas, e que ainda persistem no momento atual, em forma da exploração dos recursos naturais. Tais fatores são característicos da história brasileira: desde os tempos coloniais presenciavam-se ciclos que enfatizam a exploração de determinados recursos naturais. Somado a essa questão, tem-se o processo de urbanização tardio, que provocou diversos problemas sociais.

A preocupação e a preservação ambiental são algo muito recente na história do país. Segundo Leis (1998), os primeiros antecedentes do ambientalismo no Brasil são de caráter preservacionista e remontam a 1958, data da criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. Já na década de 1970, o alerta para a questão ambiental era feito, segundo Viola (1998) e Souza (2002), em caráter de denúncias isoladas, por meio de algumas associações que realizavam campanhas de denúncia e conscientização públicas sobre a degradação ambiental, sem, contudo, alcançar grande repercussão.

Nesse período, o descompasso entre o Brasil e os países do mundo desenvolvidos evidenciava-se pelas práticas ambientais. No caso brasileiro, deixando-as relegadas a segundo plano, em detrimento da busca do crescimento econômico. Dessa forma, a questão ambiental passou a ser tratada, segundo Ferreira & Ferreira

(1995), como a antítese do desenvolvimento nacional. Os megaprojetos de infraestrutura exemplificam essa conduta, conforme esclarece Czapski (1998):

o crescimento econômico a qualquer custo, sem nenhuma preocupação ambiental, abrangia alguns megaprojetos, como a Usina Nuclear de Angra dos Reis, no Estado do Rio, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a Transamazônica e o Projeto Carajás, na Amazônia. (Czapski, 1998, p.36)

No estado de Goiás,⁹ afirma Czapski (1998), nessa mesma época o governo estadual, com o apoio do governo federal, na contramão dos acontecimentos internacionais, lançava uma campanha na mídia para atrair indústrias, com o *slogan* “Traga sua poluição para Goiás” (1998, p.37). Nesse apelo, estava implícita a idéia de que a fumaça saindo das chaminés das indústrias simbolizava a chegada do progresso.

Essa forma de ação correspondia a uma política interna que tinha como objetivo a atração para o Brasil de indústrias, mesmo que fossem poluentes. Essa concepção de gestão recebeu críticas contundentes dos países desenvolvidos, além de rejeições e protestos da população local. Situações como essas pressionaram o poder público e provocaram mudanças no planejamento das questões ambientais no âmbito político.

Dessa forma, Donaire (1999), Souza (2002), Ferreira & Ferreira (1995) e Czapski (1998) concordam que a posição adotada pelo Brasil, que encarava a proteção do meio ambiente como um objetivo secundário e não prioritário, não encontrou sustentação, e o governo viu-se pressionado a criar leis e diversos mecanismos de controle ambiental, tanto na esfera federal quanto nas esferas estadual e municipal.

A década de 1980, para os analistas econômicos, foi a “década perdida”. Para as questões ambientais no Brasil, foi uma década de mudanças significativas. Nesse período, o Brasil estabeleceu as bases legais para a defesa do meio ambiente e, dessa forma, sintonizou-se com a tendência mundial de conciliar atividade econômica e preservação do meio ambiente. No ano de 1988, foi promulgada a nova Constituição Federal, com um capítulo inteiramente dedicado ao meio ambiente, colocando o Brasil, no que se refere à área ambiental, entre os países com uma legislação ambiental mais avançada do mundo.

⁹ De acordo com Galinkin (2003), o estado de Goiás situa-se no bioma Cerrado, em uma posição central com relação ao território nacional. O estado é composto, desde 2001, por 246 municípios.

A partir da promulgação de várias leis, intensificou os debates acadêmicos e o desenvolvimento de experiências na área de educação ambiental, favorecendo a aceitação do Brasil pela ONU para sediar a Rio-92.

O interesse crescente dos movimentos sociais do Brasil (sindical, feminista, de trabalhadores rurais, entre outros) pela questão ambiental ganhou um novo impulso com os preparativos da Rio-92. Isso porque, conforme afirma Diniz (1995) esse interesse foi catalisado pelo Fórum de Organizações Não-Governamentais¹⁰ brasileiras, que ocorreu paralelamente à Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

O fato de o Brasil ter sediado em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Cnumad), ou Rio-92 como é popularmente conhecida, teve um impacto positivo na sensibilização da população brasileira para as questões ambientais. O assunto amplamente divulgado pelos canais de comunicação permitiu aos brasileiros um conhecimento ainda que *superficial* dos problemas ambientais, mesmo não tendo ocorrido à época uma sensibilização generalizada.

A questão ambiental na atualidade brasileira supera a exclusiva perspectiva de proteção e preservação ambiental, e constitui uma possibilidade de vantajosos negócios, conforme abordado anteriormente. Os ganhos ambientais imbricam-se com os ganhos financeiros, e as atividades ligadas às práticas ambientais diversificam-se e tornam-se promissoras. É nesse contexto que se insere o reaproveitamento do lixo e desenvolve-se o circuito produtivo da reciclagem, assunto que será abordado no próximo tópico.

1.2 – Na rota do lixo: os catadores de material reciclável

¹⁰ De acordo com Diniz (1995) o fórum foi formado em julho de 1990 com o objetivo de construir um espaço de diálogo, de diagnóstico e de avaliação alternativos às posições do governo brasileiro diante do processo aberto pela Rio-92. De imediato, setores dos movimentos sindical, negro, indígena, feminista, religioso, além de ambientalistas, aderiram à convocação. Inaugurava-se assim, pela primeira vez na história desse país, uma articulação política entre os movimentos sociais interessados em mudanças fundamentais no modelo de desenvolvimento, que atendessem às necessidades sociais e ambientais (Diniz, 1995, p.64).

Leis (1998) complementa que o Fórum Global participou mais de 2500 entidades não – governamentais, originárias de 150 países que atraíram um público aproximado de 500 mil pessoas.

1.2.1 – O lixo

A palavra lixo, como é entendida no Ocidente, origina-se do latim *lix*, que significa cinzas ou lixo. Na definição da Organização Mundial de Saúde (Miranda, 1995), lixo é qualquer coisa cujo proprietário não mais deseja, em um dado lugar e um certo momento, e que não tem valor comercial. Nessa concepção, lixo equivale a qualquer coisa inútil, imprestável, sem valor.

Essa idéia é fortemente confrontada por Calderoni (2003), para quem o lixo representa um negócio vantajoso e gerador de riqueza. Segundo o autor, bilhões de dólares são perdidos no lixo, que contém uma riqueza a ser garimpada. Dessa forma, paradoxalmente, na visão de Calderoni (2003) e de outros autores, lixo é sinônimo de útil, proveitoso, vantajoso.

O significado do lixo transita entre esses dois conceitos, sendo constituído, portanto, de características opostas. Desvalorizado por alguns, assume valor para outros, principalmente para aqueles que vivem em condições de extrema pobreza. É do trabalho com o lixo que muitas pessoas retiram os seus sustento, seja individualmente catando material reciclável pelas ruas, seja organizadas em cooperativas, catando, enfardando e comercializando o lixo.

A valorização do lixo também chamou a atenção de outros segmentos da sociedade. Com a intensa divulgação dos ganhos ambientais, e especialmente dos ganhos econômicos, muitas pessoas e organizações interessaram-se pelas atividades ligadas ao lixo urbano, principalmente aquelas que resultam nos processos de reciclagem, como será demonstrado nesta pesquisa.

Embora não haja intenção em apresentar um histórico sobre a produção, a composição e a diversidade do lixo, é importante lembrar como o conceito, a composição, a quantidade e o significado do lixo foram construídos historicamente para assim discutir sobre aqueles que do lixo sobrevivem.

No decorrer da história, a relação do homem com o lixo modificou-se intensamente. Segundo Silva (2002) e Magera (2003), os primeiros processos de eliminação do lixo visavam apenas a afastá-los e dispô-los ao ar livre. O lixo configurou-se como problema a partir do momento em que o homem deixou a vida nômade para se tornar sedentário.

Na Grécia Antiga, já existiam deliberações sobre limpeza pública e, conforme Silva (2002), as cidades contavam com uma polícia de rua que cuidava das normas e do alinhamento das construções, do abastecimento de água e da limpeza pública. Na Roma Antiga, Dias (2002) aponta que vários registros reportam à existência de leis que mencionam a limpeza das ruas.

No final da Idade Média, o lixo tornou-se uma questão preocupante, em relação à saúde pública, o que resultou em algumas ações com o objetivo de tratar do saneamento das cidades. O desordenado processo de urbanização e o aumento populacional contribuíram para o agravamento dos problemas relacionados ao lixo. Migueles (2004) ressalta que a retirada de lixo dos centros urbanos data de 1779; a profissão de lixeiro surgiu na França, no início do século XIX. Em 1846, o lixo passou a ser considerado algo que demandava orçamento e cuidados próprios. Começou a ser acondicionado em vasilhames próprios, estabeleceram-se horários para seu recolhimento. Segundo Calderoni (2003), de uma situação em que se encontrava sob o domínio privado, o lixo passou para outra em que alcançou a esfera *pública*.

Quanto às mudanças na geração e na composição do lixo, Silva (2002), Migueles (2004) e Magera (2003) concordam que o marco referencial foi a Revolução Industrial. Esses autores afirmam que, a partir da Revolução Industrial, no final do século XVII e no alvorecer do século XIX, o solo e o subsolo foram transformados em grandes depositários para praticamente todo tipo de lixo gerado pela sociedade consumidora de produtos industrializados.

Até o final do século XIX, o lixo era composto basicamente por excrementos e material orgânico, que demandavam simples manuseios, pois eram de fácil decomposição e podiam ser queimados ou enterrados. Segundo Leal et al. (2002), no processo de desenvolvimento industrial, alavancado pela Revolução Industrial, alteraram-se as características do lixo, principalmente no que concerne à durabilidade, ao volume e à composição.

Esses fatores ganharam contornos preocupantes no século XX, a partir da Segunda Guerra Mundial, quando o incremento dos processos produtivos alterou substancialmente o tipo de consumo e o material utilizado nos produtos, resultando

em uma composição diferenciada do lixo: uma maior quantidade de material inorgânico, em detrimento dos materiais orgânicos conhecidos e deterioráveis.

Novos tipos de matéria-prima foram utilizados na fabricação de novos produtos: ganharam notoriedade as embalagens descartáveis, constituídas de um material até então desconhecido, o plástico.

Com o modo de vida adotado pela sociedade contemporânea estruturada no consumo, somado ao aumento populacional, a situação agravou-se, e pode-se dizer ainda que esse agravamento, em grande medida, estava estruturado também no desperdício. Segundo os estudos do Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT, 2003), o vertiginoso aumento na produção de lixo demonstra que, enquanto a população mundial cresceu 18% entre 1970 e 1990, o lixo produzido aumentou 25% no mesmo período.

Dando um largo salto na história, percebe-se que, no início do terceiro milênio, há uma grande preocupação com os danos gerados ao meio ambiente por aqueles tipos de material que apresentam tempo de degradação muito longo, caso do plástico. Além disso, o expressivo volume do lixo acumulado causa grande inquietação, principalmente quando se questiona: onde depositar os bilhões de toneladas produzidas diariamente pela população mundial? Emergem na atualidade os problemas ligados aos aspectos de geração, de disponibilidade espacial e do tratamento adequado do lixo.

Não obstante, os desafios são mais amplos e complexos, pois também envolvem fatores como inesgotabilidade dos recursos naturais, degradação ambiental e saúde pública.

De acordo com dados do IPT (2003), só no Brasil movimentam-se anualmente mais de 7 milhões de toneladas de embalagens por ano, representando um valor superior a 7 bilhões de dólares somente em embalagens que são descartadas após o consumo do produto —e elas têm por destino certo os lixões do país.

Nessa perspectiva de uma sociedade consumidora de produtos, em larga medida descartáveis, torna-se interessante ressaltar qual a conclusão a que chega Valle (2000) sobre a questão da geração de lixo nos dias atuais. Segundo ele, se os países em desenvolvimento exercerem seu direito de crescer, e aumentarem seus padrões de consumo de produtos industrializados aos níveis dos países desenvolvidos, a geração

dos resíduos será tão volumosa que necessitará de técnicas ‘verdadeiramente’ eficientes na prevenção, redução, destinação final e destruição do lixo.

Sobre esse mesmo assunto e, no entanto, mais enfático, Novaes ressalta o fato de o planeta Terra não suportar o excesso de lixo acumulado, caso o consumo da população mundial ou, melhor dizendo, o consumo dos países desenvolvidos continuar aumentando, pois, atualmente, já se excede em 40% a capacidade de restauração da biosfera. Novaes conclui: “caso o mundo consumisse na mesma proporção dos norte-americanos, alemães e franceses, o homem precisaria de três planetas e não um, para poder sobreviver” (apud Magera, 2003, p.17).

É importante destacar que o serviço de limpeza urbana, nesse percurso histórico, esteve, conforme Silva (2002), Migueles et al. (2004) e Lieberherr-Gardioli (1997), freqüentemente ligado ao carrasco da cidade e seus auxiliares, ou sob os cuidados de prisioneiros de guerra, condenados, escravos e prostitutas.

Consolidando essa informação histórica, é sugestiva a conclusão de Silva (2002), ao apresentar esse dado, que constitui um importante fator de análise para a compreensão de como o trabalho com o lixo foi desqualificado socialmente. Pois, historicamente, ele foi principalmente executado por pessoas “marginalizadas” da sociedade. Segundo a autora:

É importante ressaltar que pessoas empregadas nas práticas e serviços ligados aos dejetos eram os excluídos sociais: prisioneiros de guerra, condenados, escravos, prostitutas, etc; de alguma forma, permanece ainda hoje a prática segundo a qual os socialmente inferiores devem se encarregar dos dejetos. (Silva, 2002, p.14)

Nessa trilha histórica, Dias (2002), Migueles et al. (2004) e Carmo (2005) acrescentam que os significados negativos associados ao lixo foram ‘deslocados’ ou ‘dirigidos’ para aqueles que com ele trabalham ou que lhe estão próximos, como garis e catadores. Percorrendo alguns exemplos, Dias (2002) afirma que em Cali, Colômbia, aqueles que viviam das sobras humanas eram apelidados de “urubus”. Também na língua inglesa, explica a autora, a expressão *scavengers* significa urubu e durante muito tempo esse termo foi utilizado largamente por diversos segmentos da sociedade, entre eles o científico, para nomear aqueles que trabalham com sobras humanas.

Segundo ela, “a substituição do termo *scavenger* por *waste picker*, pela comunidade científica de língua inglesa, é relativamente recente” (Dias, 2002, p.40).

Quanto à variedade, o lixo classifica-se por diferentes critérios: por sua natureza física, como seco e molhado; por sua composição úmida, como matéria orgânica e inorgânica e por sua origem, como domiciliar, comercial, público (proveniente da varrição e das feiras livres), hospitalar, portuário, aeroviário, ferroviários, industrial, agrícola, nuclear radioativo e da construção civil.

Em função da origem, determinam-se o destino e a responsabilidade pelo seu gerenciamento. Assim, no Brasil, cabe às prefeituras a coleta dos resíduos de origem domiciliar, comercial e pública. Os demais são responsabilidade dos respectivos geradores.

No Brasil, segundo Magera (2003), diferentemente de outros países, o lixo ainda é considerado como um problema do poder público. Para esse autor, o lixo deveria ser entendido como um problema ambiental e tratado pela sociedade em geral. A concepção predominante no Brasil, segundo Berrios (2002), aparece na coleta do lixo feita de forma tradicional, sem a separação do material reaproveitável, forma dominante nas cidades brasileiras.

Essa forma de coleta praticada no país é denominada por Lima e Ribeiro (2000) de “porta a porta”, e já foi suplantada por outro tipo de ação nos países desenvolvidos, que a consideram uma prática atrasada. Nesses países, investe-se cada vez mais em tecnologias que busquem soluções econômicas e eficientes que garantam a boa qualidade da coleta, o transporte, o tratamento e o destino final de resíduos sólidos.

Após essa breve apresentação histórica, é necessário definir o que nesta pesquisa se entende por lixo. Os termos que significam lixo e resíduos sólidos urbanos são utilizados como sinônimos, e entendidos como todo material sólido cujo proprietário ou possuidor deseja descartar, atribuindo ao poder público a responsabilidade pela sua disposição final. Serão considerados os resíduos de origem domiciliar, comercial, pública e que normalmente são compostos por restos de alimentos, embalagens (vidro, plástico, papelão, metal), papéis, trapos e outros. São resíduos sólidos, com os quais os catadores de material reciclável, organizados ou não em cooperativas de reciclagem de lixo, trabalham.

De acordo com Valle (2000), os resíduos sólidos são classificados¹¹ pela norma NBR10004 em: Classe I – resíduos perigosos; Classe II – resíduos não inertes, e Classe III – resíduos inertes.

Mesmo se configurando como resíduos não perigosos, o lixo domiciliar apresenta aspectos de nocividade. De acordo com Lima e Ribeiro (2000) e Porto et al. (2004), o lixo domiciliar contém várias substâncias que podem afetar a saúde do homem, através de contato direto ou indireto, por meio de micro e macrovetores. Dentre os macrovetores, explica Lima e Ribeiro (2000), podem ser citados os ratos, baratas, moscas e animais de maior porte: aves, cães, gatos. Já os microvetores são, principalmente, microorganismos: vermes, bactérias, fungos e vírus.

Conforme dados do IPT (2003), produzem-se em solo brasileiro, cerca de 240 mil toneladas diárias de lixo. Desse quantitativo, 67% vai para os lixões a céu aberto,¹² 13% para os aterros controlados¹³ e 15% têm como destino os aterros sanitários.¹⁴ Segundo estudos de Magera (2003), menos de 5% desse total é reciclado. É nesse aspecto que avança esta pesquisa, na medida que aponta que os processos de reciclagem devem ser valorizados, pois representam um importante meio de recuperação de resíduos sólidos que teriam como destino os lixões do país.

Reciclar é, segundo Miura (2004), tirar um objeto que não tem mais uso, nem significado, e que foi jogado fora, e transformá-lo em um objeto com utilidade.

¹¹ Segundo Valle (2000), “Os resíduos não perigosos podem ser classificados como inertes e não inertes e sua disposição é relativamente simples e pouco onerosa. Os resíduos domiciliares e uma parcela importante dos resíduos industriais são resíduos não perigosos. Os resíduos sólidos perigosos são aqueles resíduos ou mistura de resíduos sólidos que, em função de suas características, podem apresentar risco à saúde pública, provocando ou contribuindo para um aumento de mortalidade ou incidência de doenças, podendo ainda trazer efeitos adversos ao meio ambiente, quando manuseados ou dispostos de forma inadequada. O conceito de resíduos perigosos se baseia, portanto, no grau de nocividade que representa para o homem e o meio ambiente e pode variar de acordo com a legislação ambiental estabelecida em cada país. Alguns resíduos perigosos são tratados separadamente pela legislação da maioria dos países e recebem denominações próprias, como os resíduos hospitalares (que incluem resíduos infectantes e resíduos farmacêuticos e os resíduos radiativos)” (Valle, 2000, p.26).

¹² Segundo Lima e Ribeiro (2000), lixões a céu aberto, também conhecidos como vazadouros, são locais onde ocorre a simples descarga dos resíduos, sem qualquer tipo de controle técnico.

¹³ Magera (2003) esclarece que aterro controlado consiste em uma técnica de disposição de resíduos sólidos municipais, no solo, sem causar danos ou riscos à saúde pública, visto que os resíduos são cobertos com uma camada de material inerte, normalmente terra, na conclusão de cada jornada de trabalho.

¹⁴ De acordo com Oliveira (2003), aterro sanitário é um processo utilizado para a disposição de resíduos sólidos no solo que, fundamentado em critérios de engenharia e normas operacionais específicas, permite um confinamento seguro em termos de controle de poluição ambiental e proteção à saúde pública. Outro método adotado para eliminar ou controlar o lixo em muitos países é a incineração. Segundo Magera (2003), esse método é combatido no Brasil pela sociedade ambientalista. Apenas 0,01% do lixo do país é incinerado.

Reciclar, conclui a autora, é mudar a função de algo sem perder sua essência, é dar vida nova a um objeto que se considerava sem função.

Dias (2002) e Migueles et al. (2004) afirmam que a reciclagem não é uma atividade moderna que surgiu com o advento do plástico ou da era industrial como se poderia supor. Ao contrário, “há registros arqueológicos que sugerem que a sucata de metal e objetos metálicos inúteis podem ter sido derretidos e reciclados já no ano 3000 A.C.” (Dias, 2002, p.39).

Sobre a reciclagem, pode-se dizer que o ponto de partida do processo de reciclagem, afirmam Calderoni (2003) e o IPT (2003) é a coleta, seja ela seletiva ou não, de matérias com potencial reciclável. No Brasil, segundo Magera (2003) e Berrios (2002) apenas aproximadamente 8% dos municípios contam com um sistema oficial de coleta seletiva. As primeiras experiências brasileiras em coleta seletiva datam do final da década de 1980 e Niterói, Angra dos Reis, Campina Grande, Belo Horizonte e Campinas são municípios pioneiros desse sistema.

Apesar dos dados demonstrarem um número limitado de municípios com ações de coleta seletiva, contraditoriamente, o Brasil desponta no *ranking* mundial como um importante país que recicla diversos tipos de material, dentre eles: a lata de alumínio, o papelão, o vidro e o plástico. Esse indicativo demonstra que não é a coleta formal realizada pelos municípios ou por empresas privadas que suporta a reciclagem no Brasil. Outros fatores corroboram essa constatação.

Na visão de Silva (2002),

atuando ao lado dos serviços municipais, tem-se um exército de trabalhadores informais que “desvia” entre 10% e 20% dos resíduos urbanos para um circuito econômico complexo, que passa por intermediários e termina nas empresas de reciclagem de plástico, vidro, papel, alumínio e ferro. (Silva, 2002, p.4)

Confirmando essa afirmação, Magera (2003), Silva (2002) e Dias (2002) informam que, atualmente no Brasil, a maior parte do material destinado à reciclagem é proveniente do trabalho dos catadores de material reciclável. Mais precisamente Magera (2003, p.33) estima que os catadores sejam responsáveis por mais de 60% do papel e do papelão reciclados e, de um modo geral, esclarece o IPT (2003), são responsáveis por cerca de 90% do material que alimenta as indústrias de reciclagem brasileiras.

Esse dado também está presente em outros países. Birkbeck (1978), em trabalho realizado na Colômbia, relata que os catadores, denominados de recicladores, abastecem as indústrias de papel daquele país, o que movimenta muito dinheiro. Dias (2002) esclarece ainda que no Cairo há os *zabbaleen*, os *ferrywalls* em Dhaka, os *cartoneros* na Argentina. Conclui a autora: “nos países do chamado terceiro mundo, a reciclagem ainda se sustenta mais no trabalho informal desse segmento do que na consciência ecológica – ainda incipiente – da população” (Dias, 2002, p.31).

Nessa perspectiva, os catadores representam um papel importante para a efetivação do processo de reciclagem, fato que leva Dias (2002) a afirmar que os catadores podem ser vistos como atores econômicos informalmente inseridos no circuito oficial da reciclagem. Além do aspecto econômico, o trabalho dos catadores resulta em importantes benefícios ambientais, o que faz com que Magera (2003, p.33) os denomine de “agentes ecológicos”.

No estado de Goiás, em Goiânia, à época do levantamento de dados desta pesquisa no ano de 2005, o serviço de coleta de resíduos domésticos era realizado por uma empresa terceirizada, de forma regular. Eram coletadas cerca de mil toneladas de lixo por dia, conforme informações da Companhia de Urbanização de Goiânia (Comurg, 2005), órgão da prefeitura responsável pelo gerenciamento dos resíduos sólidos da cidade, a quem essa empresa terceirizada prestava serviço.

O município conta com um serviço de acondicionamento dos resíduos. Primeiramente, eles foram encaminhados quase em sua totalidade para o aterro sanitário de Goiânia, situado na rodovia GO-060,¹⁵ que funcionou até 1983 como lixão, e foi transformado em aterro sanitário em 1993. Segundo dados da Comurg (2005), do quantitativo de lixo gerado diariamente por uma população de cerca de 1,5 milhão de habitantes, cerca de 400 toneladas são passíveis de reciclagem.

É importante registrar um episódio ocorrido em Goiânia que, pela sua gravidade, teve repercussão internacional e envolveu diretamente os catadores em seu

¹⁵ Segundo Oliveira (2003), o aterro sanitário de Goiânia foi planejado para receber mil toneladas/dia, com vida útil prevista, com área de ampliação, para 23 anos.

trabalho. No mês de setembro de 1987,¹⁶ uma fonte radioativa de césio-137 utilizada em radioterapia foi encontrada por dois catadores em uma casa em ruínas, antiga sede de uma clínica particular de radioterapia, no Centro de Goiânia.

Segundo Galinkin (2003), a cápsula foi vendida a um sucateiro, e teve a sua blindagem rompida e a decorrente dispersão do conteúdo radioativo, 19 gramas de césio-137, que provocou um grave acidente radiológico, contaminando centenas de pessoas e provocando a morte das pessoas que tiveram contato direto ou indireto com o material radioativo.

Esse acidente demonstra o perigo a que estão expostos os catadores e indica a precariedade do trabalho executado por eles, pois catam no lixo tudo aquilo que imaginam que possa ter valor, desconhecendo os riscos que envolvem essa prática.

Com o objetivo de levantar dados sobre os catadores no município de Goiânia, no final do ano de 2004, a Comurg realizou uma pesquisa não publicada intitulada “Diagnóstico dos catadores de materiais recicláveis do município de Goiânia”. Com a pesquisa, levantou-se o dado quantitativo de 506 catadores de material reciclável. No entanto, existem indicativos externos à referida pesquisa de que esse número é expressivamente maior.

1.2.2– Lixo: o negócio da reciclagem

O processo de reciclagem ganhou notoriedade durante a Segunda Guerra Mundial, quando foram desenvolvidos processos de reutilização de metais para uso na indústria bélica. Desde essa época, a reciclagem de resíduos sólidos cresceu e popularizou-se, ao ser transformada na forma alternativa amplamente aceita de tratamento do lixo.

Calderoni (2003) define da seguinte forma o termo reciclagem:

¹⁶ Conforme Galinkin (2003), foi criado pelos governos estaduais e federais o parque estadual Tela Ortegal, com 160 hectares de área, no município de Abadia de Goiás, entorno de Goiânia, para abrigar o depósito dos rejeitos do acidente com o césio-137, além de laboratórios, torres de observação e salas de aula, e que funciona sob a coordenação da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen). O complexo de prédios que ocupa parte do parque é denominado Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro-Oeste (CRCN-CO). Durante os próximos 50 anos, através do Laboratório de Radiooncologia do CRCN-CO, a Cnen realizará o controle institucional da região por meio de exames de amostras de água, solo, plantas e outros elementos de monitoramento. Um total de 3.500m³ de material contaminado foi gerado pelo acidente.

O termo reciclagem, aplicado a lixo ou a resíduos, designa o reprocessamento de materiais de sorte a permitir *novamente* sua utilização. Trata-se de dar aos descartes uma nova vida. Nesse sentido, reciclar, é “ressuscitar” materiais, permitir que outra vez sejam aproveitados. (2003, p.52)

Segundo Lima e Ribeiro (2000), a reciclagem é um sistema de recuperação de recursos projetado para recuperar e reutilizar resíduos, transformando-os novamente em substâncias e material úteis à sociedade, denominados pelo autor de “matéria secundária”. Conforme Leal et al. (2002), a reciclagem representa a introdução dos resíduos sólidos no circuito produtivo da economia. Dessa forma de acordo com o raciocínio dos autores, uma mercadoria que por um momento foi rejeitada, a partir da reciclagem, é revitalizada, colocando-se em condições de assumir novamente o seu caráter de valor de uso.

A reciclagem é entendida por Calderoni (2003) como uma atividade que pode gerar benefícios à coletividade, pois, se ela ocorre, todos dela se beneficiam, inclusive aqueles que para ela não contribuem. Segundo esse autor, o processo de reciclagem chega a movimentar recursos de uma centena de bilhões de dólares em países como os Estados Unidos, parte da Europa, o Japão e o Brasil.

No Brasil, os primeiros tipos de material a serem reciclados foram os papéis, datando dos primórdios da indústria papelreira, entre 1910 e 1920, embora tenha ganhado maior expressão somente a partir de 1970. Segundo o IPT (2003), a lata de alumínio¹⁷ é o material reciclável mais valioso. Calderoni (2003) esclarece que cada tonelada alcança preço superior a cinco vezes o do plástico, o segundo em valor.

O processo de reciclagem¹⁸ pode ocorrer antes ou após a operação de coleta de lixo. No primeiro caso, é executada por meio de técnicas de pré-seleção e da coleta

¹⁷ Importante registrar que a lata de alumínio pode ser reciclada infinita vezes, sem que venha a perder qualquer de suas propriedades (Calderoni, 2003).

¹⁸ O IPT (2003) classifica a reciclagem em quatro tipos:

Primária – o material mantém as mesmas propriedades físicas, mecânicas e de valor econômico do material inicial, por exemplo, latas de alumínio retornando à indústria para gerar latas de alumínio.

Secundária – o material perde algumas propriedades, como resistência ou cor, e por isso deve ser usado em aplicações de requisitos técnicos diferentes ou menos rigorosos: por exemplo garrafas *pet* retornando à indústria para fabricação de vassouras.

Terciária – o material presta-se apenas à incineração energética para recuperação da energia embutida, devido ao elevado nível de contaminação (mistura com outros tipos de material), por exemplo, plásticos e papéis muito contaminados.

seletiva. No segundo caso, ocorre mediante técnicas de tratamento dos resíduos, após a operação de coleta. Muitas vezes a reciclagem é entendida como sinônimo de coleta de material reciclável, contudo, esta é claramente apenas uma etapa inicial do processo.

A cadeia produtiva do processo de reciclagem é bastante complexa e envolve diferentes atores: os catadores de material reciclável, participantes ou não de cooperativas ou associações, os intermediários representados pelos sucateiros, donos de ferro-velho e as indústrias de beneficiamento.

Os catadores de material reciclável, nessa estrutura, participam da primeira etapa do processo, recolhendo e separando os resíduos sólidos recicláveis. Os sucateiros são os intermediários desse processo e compram e armazenam esses produtos em uma quantidade suficiente para os revender às indústrias, terceiro componente da cadeia de reutilização dos resíduos.

Os catadores autônomos realizam um trabalho individual, com ausência de vínculos trabalhistas, regidos pela lógica “quem paga mais”. Já os catadores organizados em cooperativas ou associações, segundo o IPT (2003), mesmo quando não avançam para operações de beneficiamento, apresentam melhores resultados em termos de renda, mas que, segundo Calderoni (2003), permanecem assimétricos e proporcionais às forças dos agentes econômicos envolvidos.

Vale ressaltar que os ganhos econômicos da reciclagem têm segundo Carmo (2005) e o IPT (2003), atraído o interesse de empresários com maior qualificação e capital, inclusive, destaca o IPT (2003), nas operações até então exclusivas dos catadores, ou seja, a coleta, a triagem e a classificação do material reciclável.

Os catadores, no exercício da função de sua atividade, deparam-se com o descaso das prefeituras em regularizar sua atividade. Contudo, mesmo com a ausência de intervenção do Estado, ela vem se desenvolvendo e crescendo. A não-normatização das relações envolvidas pode levar à prevalência de uma lógica excludente, às situações de clandestinidade. Isso pode ser facilmente constatado no mercado informal

Quaternária – a última possibilidade antes do aterro sanitário, é a transformação do material em composto, que representa uma fonte de nutrientes e energia, já que ajuda a substituir fertilizantes químicos (IPT,2003, p.18).

de reciclagem, pois os catadores são desprovidos de uma legislação que regulamenta a sua atuação.

Segundo Dias, a catação exercida pelos catadores “barateia o custo de operação do intermediário e da indústria de reciclagem, já que a inserção informal do catador desobriga tanto a indústria, quanto o intermediário de suas responsabilidades sociais” (2002, p.72). Nas empresas terceirizadas, responsáveis pela coleta do lixo municipal, vigora a racionalidade instrumental do ganho econômico. Essas empresas são remuneradas conforme as toneladas de lixo recolhidas. Em consequência, não demonstram interesse em incentivar o processo de reciclagem, pois cada quilo de papelão ou de latinhas retirados do lixo depositado na calçada é menos um quilo processado em seu faturamento.

Vários países desenvolvidos como os EUA, o Japão, a França, a Alemanha e a Itália reciclam aproximadamente de 30% a 40% do seu lixo urbano, com a adoção de uma gestão profissional, na qual utilizam recursos tecnológicos e pessoas treinadas tecnicamente para esse fim. Contam também com a participação da sociedade, que separa o próprio lixo em casa. Praticam a coleta seletiva que é realizada semanalmente, com um calendário anual previamente definido. Tais ações geram mais empregos e salários significativos (Lima e Ribeiro, 2000).

Por outro lado, a reciclagem ainda pode ser vista por um prisma diferente. Leal et al. (2002) argumentam que o principal estímulo da reciclagem é a obtenção do lucro e não a preservação ambiental. Para esses autores a reciclagem beneficia-se do discurso da preservação ambiental, sem contudo ter nessa idéia seu objetivo principal. Os argumentos dos autores fundamentam-se principalmente no indicativo de que não são todos os resíduos que despertam a atenção das empresas recicladoras. Sobre essa questão, os autores observam:

As empresas voltam-se apenas para aqueles materiais que garantem a lucratividade do negócio. Utilizando-se assim dos mesmos métodos que fundamentam e dão direção a qualquer outra atividade industrial inserida no mercado capitalista. A indústria da reciclagem apropria-se do imaginário social que afirma a importância de se proteger a natureza, tornando um argumento valorativo dos seus produtos o fato de que eles foram ou podem ser reciclados. (Leal et al., 2002, p.181)

Dessa forma, um mercado “invisível” dita as normas para a reciclagem, sem a menor preocupação com os tipos de material que são valorizados. Nesse caso, pouco importa se eles trazem maiores ou menores prejuízos ao meio ambiente.

Portanto, conforme Leal et al. (2002), atrás do discurso de preservação e conservação ambiental há o trabalho dos diversos agentes do circuito da reciclagem. Entre eles, os catadores de material reciclável que são diretamente responsáveis pelo crescente número de toneladas de resíduos reciclados anualmente no Brasil.

Apesar da situação desfavorável demonstrada por Leal et al. (2002) os ganhos ambientais proporcionados pela reciclagem são indiscutíveis. Nesse ponto, vale ressaltar a contribuição silenciosa dos catadores de material reciclável que é de suma importância. Silenciosa porque, em sua maioria, desenvolve-se à margem do circuito oficial da reciclagem, de forma informal e em condições precárias de trabalho, como se verá no capítulo 2.

CAPÍTULO 2 – Catador de material reciclável, uma profissão para além da sobrevivência?

Neste capítulo será realizada uma reflexão sobre a categoria trabalho e as transformações no mundo do trabalho, especialmente naquelas relacionadas à precarização do trabalho. Procurar-se-á evidenciar a precarização do trabalho dos catadores e o processo dialético exclusão-inclusão social desses trabalhadores.

2.1 – As transformações do mundo do trabalho em um contexto globalizado

2.1.2 – O trabalho

O modelo de sociedade, característico do século XX, e que ainda permanece no século XXI, foi construído tendo como elemento essencial o trabalho, porém não qualquer tipo de trabalho, mas, especificamente, o trabalho assalariado, típico do sistema capitalista, surgido no final do século XVII.

Pode-se falar do trabalho humano desde os primórdios da humanidade, contudo, Antunes (1995) esclarece que embora seja “ineliminável” da própria condição humana, o trabalho não é um objeto natural, mas uma ação essencial para estabelecer as relações entre o homem e a natureza, e entre as sociedades e a natureza.

Marinho (2005) acrescenta que o conceito e o lugar que o trabalho ocupa em determinado contexto histórico implicam a representação que se faz daquele que trabalha, bem como daquele que não trabalha e, portanto, do próprio conceito de trabalho. Dessa forma, para compreender o trabalho e o “mundo do trabalho” na atualidade, faz-se necessário comentar algumas determinações históricas que o constituíram e, para isso, segundo Heloani (2003), tem-se de penetrar na “máquina”

que tece sua trama nevrálgica, isso é, a produção que cria seu produtor e consumidor, com base no momento em que foi gerada.

A palavra *trabalho* origina-se do latim *tripalium*, *trabacula*, que significava instrumento de tortura, denotando a idéia de sofrimento ou de castigo. Segundo Jaccard (1960), a palavra grega *ponos* significava trabalho, e teria a mesma raiz da palavra latina *poena*. No português, a palavra pena, tem em sua origem o duplo sentido de punição e sofrimento. Ainda hoje, a palavra conserva o mesmo sentido: a respeito de todo esforço que fatiga diz-se que é penoso.

Na Antiguidade, nas culturas grega e romana, o trabalho era considerado como tendo uma importância secundária, referia-se a uma atividade “inferior” que impedia as pessoas de serem virtuosas. Era, essencialmente, caracterizado como desgastante. Era associado a atividades braçais/manuais e competia aos escravos executá-lo. Isso o associou, naquela época, a uma condição servil.

Borges e Yamamoto, referindo-se a esse período, observam que filósofos clássicos como Platão e Aristóteles exaltavam a ociosidade e afirmavam que o cidadão devia ser poupado do trabalho. “[...] abster-se de profissões mecânicas e da especulação mercantil: a primeira limita intelectualmente e a segunda degrada eticamente” (Borges e Yamamoto, 2004, p.28).

O que a cultura ocidental herdou dos romanos é mais significativo no campo do direito, o que não será aqui demonstrado. A idéia sobre o trabalho não sofreu modificações se comparada à concepção grega. Tanto na Grécia Antiga como na Roma Imperial, sintetiza Borges e Yamamoto (2004), a estruturação da sociedade (baseada no escravismo) sustentava a forma clássica de pensar o trabalho: degradante, desgastante e inferior.

Na tradição judaico-cristã, o trabalho também era visto como algo penoso, e acrescentava-se a essa idéia a noção de culpa, de punição para o pecado. Segundo Albornoz (1986), a crença religiosa propagada pela Igreja Católica Apostólica Romana apresenta o trabalho como castigo e sofrimento:

A Bíblia apresenta o trabalho como castigo, um meio de expiação do pecado original. Por haverem perdido a inocência original do paraíso, Adão é condenado a

ganhar o seu pão com o suor do seu rosto, assim como Eva é condenada às dores do parto. (Albornoz, 1986, p.51)

Com a reforma protestante, a concepção sobre o trabalho sofreu uma reavaliação dentro do cristianismo: tornou-se instrumento de purificação e meio de salvação. Sobre esse assunto, Weber (1984) afirmou que, diferentemente do catolicismo, que repudiava a vontade de enriquecer, a qual tinha no lucro a sua expressão mais significativa, o protestantismo pregava que o enriquecimento, fruto do suor e do trabalho dos homens, era um sinal da benção de Deus ao homem trabalhador.

Segundo Borges e Yamamoto (2004), como complemento, o protestantismo também atribuía responsabilidade individual para obter ou não a graça divina. Assim, “a ética protestante e o espírito do capitalismo” serviram, juntamente com o ideário liberal,¹⁹ de alicerce ideológico para a “glorificação do trabalho”.

Com a revolução burguesa, transformaram-se totalmente as condições de vida, de trabalho e também culturais da sociedade. Segundo Guareschi (1999), proclamou-se a “liberdade” do trabalhador: o que o proprietário contratava não eram mais as pessoas, como na escravatura e no feudalismo, mas o “trabalho” das pessoas. Assim, conclui o autor, “supostamente só trabalhava quem quisesse, as pessoas eram livres para trabalhar ou não” (Guareschi, 1999, p.143). Dessa forma, a idéia de que o indivíduo é responsável por sua própria situação passou a vigorar.

Essas mudanças foram de tal modo influentes que as idéias antecessoras sobre o trabalho tornaram-se inadequadas e enfraqueceram-se. Segundo Enriquez, “o mundo assim criado é o da mobilização dos homens para e pelo trabalho” (1995, p.9).

Portanto, o século XVIII marcou, na concepção do que seria o trabalho, uma reviravolta decisiva. Estudiosos da época, como os economistas Adam Smith e David Ricardo, conceberam o trabalho humano como a fonte de toda a riqueza social e de todo o valor, e em especial, David Ricardo antecipou idéias que apareceriam mais tarde sob a égide de Marx.

¹⁹ Segundo Heloani (2003, p.99), ao conjunto de princípios que serviram de base ideológica às revoluções anti-absolutistas na Europa ocidental nos séculos XVII e XVIII e ao processo de independência dos EUA, denomina-se liberalismo. Convergiam os interesses da burguesia, que se firmava economicamente e “competia” com uma aristocracia enfraquecida. Compunham o acervo de princípios dessa doutrina o direito à propriedade, a livre iniciativa e a concorrência, a ampla liberdade individual e a democracia representativa, com a devida independência dos poderes legislativo, judiciário e executivo.

Com o advento do capitalismo, consolidou-se uma mudança essencial. Engendrou-se uma concepção de trabalho que o exalta como foco central da vida das pessoas, a partir da instituição do mercado de trabalho, e como a forma predominante de produção de bens e serviços. A consolidação do capitalismo foi, portanto, esclarecem Goulart e Guimarães (2002), um marco para a categoria trabalho, que, a partir desse momento de exaltação máxima, passou a ser considerado a atividade social mais valorizada.

A relação homem-trabalho, elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza expressa na dimensão transformadora do trabalho, foi, no século XIX, assim definida por Marx:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controlava o seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. A atuar, por meio desse movimento sobre a Natureza externa a ele, e ao modifica-la, ele modifica a sua própria natureza. (Marx, 1978, p.148)

Ao dizer que o trabalho cria o homem, e, por força da dialética, que o homem cria a si mesmo pelo trabalho, Marx provocou uma reflexão sobre o que era o trabalho e evocou sua função mediadora na relação entre o homem e a natureza. Por meio do trabalho, o homem superou sua condição de ser natural e converteu-se em ser social. Dessa forma, Marx elucidou a construção humana do homem mediada pelo trabalho.

É no processo de trabalho que o homem se constrói e se constitui enquanto ser coletivo e individual. Nesse sentido, tanto o físico (corpo, mãos, músculos), quanto os aspectos mais subjetivos (afetividade, cognição, sociabilidade) do homem, se constituirão no processo de trabalho. (Marx, 2001, p.115)

Ocorre que essa apreensão do trabalho é alterada na formação capitalista. Marx destacou e mostrou a profundidade dessas modificações, na medida em que elucidou a alienação que estava oculta por trás do trabalho. Segundo Marx:

A alienação do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição a ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica. (Marx, 2001, p.112)

Naquele momento, então, evidenciava-se o paradoxo do trabalho/trabalhador/produção, pois, conforme Heloani (2003), a *barbárie* embutida no capital instaurou na contemporaneidade a desumanidade das relações humanas, que se desqualificam quase totalmente, pois, segundo Marx,

o trabalhador produz o capital; o capital produz o trabalhador. Desse modo, ele se produz a si mesmo, e o homem como trabalhador, como mercadoria, constitui o produto de todo o processo. (Marx, 2001, p.123)

Marx discute a conversão do trabalho em mercadoria, tema que não será abordado neste trabalho. Contudo, vale salientar que, com base no aprofundamento dessa análise, Marx apontou para a coisificação que, no limite, alcançou as relações humanas.²⁰

Portanto, com o advento do capitalismo, é por meio do trabalho que se passou a organizar e estruturar as relações sociais em grande parte do mundo ocidental. Uma visão utilitarista do trabalho emergiu, também, e com ela, um novo modo de produção e organização do trabalho. Como sustentáculo desse ponto de vista, engendrou-se todo um aparato ideológico, com a finalidade de atribuir elevada centralidade ao trabalho.

Portanto, diferentemente do pensamento antigo, é moderna a idéia de que o homem se faz a si mesmo e eleva-se como ser humano por meio do trabalho, transformando o mundo material. A essa forma de pensar acrescentam-se a

²⁰ Marx (2001, p.111) afirma: o trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto mais número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens.

Dessa forma, segundo Resende, a valorização do mundo das coisas condiciona a desvalorização do mundo humano. Resende completa: “ao analisar a sociedade capitalista liberal, Marx já mostrava como as relações entre os homens apareciam como relações entre coisas e, mais, mostrava como no processo histórico as propriedades qualitativas humanas vinham sendo, gradativamente, eliminadas e convertidas em relações quantitativas, desumanas, impessoais e objetivas” (1987, p.45).

consolidação de um aparato legal e a aparente conversão do trabalho social em trabalho assalariado.

Instituiu-se o contrato de trabalho como a expressão jurídica para definir a relação econômica de compra e venda de trabalho. Segundo Codo (1993, p.132), por meio do contrato de trabalho, um trabalhador compromete-se a trabalhar durante certo período, o que configura a jornada de trabalho em troca de um salário.

Com o desenvolvimento da tecnologia, aprimorou-se a expropriação do saber operário, por meio do rompimento entre trabalho manual e intelectual. Os meios e os métodos de controle do processo de trabalho, o que Codo (1993) definiu como “o exercício do poder do capital sobre o trabalho”, também se modificaram. Nesse contexto o trabalho passou por um processo de intensa racionalização, que resultou em uma maior alienação do trabalhador. Intensificou-se o controle sobre o tempo de trabalho, com novos sistemas, dentre eles a cronometragem (Heloani, 2003).

Assim associadas aos universos das coisas, as pessoas empregadas nas organizações passaram a ser tratadas como recursos, *os recursos humanos*.

Na primeira metade do século XX, vivenciou-se em diversos países ocidentais de economia avançada a concessão de novos e abrangentes direitos sociais. Entre eles, a garantia do emprego como um direito social.²¹ Piccinini et al. (2005) afirmam que:

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo do trabalho nas economias capitalistas democráticas desenvolvidas na Europa, América do Norte (onde se constitui uma verdadeira rede de proteção social, o Welfare State) e, com algumas diferenças, também o Brasil, estruturou um sistema de relações de trabalho em que prevaleceu o trabalho assalariado formal, a relação de emprego padrão, cujas principais características são: salário fixado em lei; salário indireto representado por 13º, férias remuneradas, pagamento de horas extras com valor diferenciado, descanso semanal remunerado. Foi estabelecido ainda um sistema de seguro social contemplando acidente, desemprego, velhice, etc. (Piccinini et al., 2005, p.3)

De maneira sintética, Marinho afirma que “o trabalho passou a ser o ‘sentido da vida’, possibilidade de enriquecimento futuro, e, para além do problema da sobrevivência, ainda que heterônomo, é proclamado como virtude” (2005, p.27).

²¹ No caso do Brasil, a Constituição Brasileira de 1988 garante o trabalho como um direito social. O artigo 6º dispõe: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Singer, 2003, p.252).

Contudo, com as mudanças estruturais, tecnológicas e econômicas que marcaram as últimas décadas, transformações significativas ocorreram na configuração do “mundo do trabalho”, tema que será abordado no próximo tópico.

Embora haja autores que divergem dessa concepção, nesta pesquisa entende-se que o trabalho ocupa um lugar central na vida de quem o realiza. Para embasar esse entendimento, ressalta-se, entre outros fatores, o trabalho como fator de realização pessoal, inerente à condição humana, como algo positivo. O trabalho como construtor de identidade. Conforme argumentam Barros et al. (2002), complementando os fatores anteriores, também deve ser destacado o fato de o trabalho constituir, sobretudo, uma esfera importante para a auto-realização e o fortalecimento da auto-estima nas pessoas. Pois,

é no trabalho que se encontram elementos que vão participar da construção de uma identidade coletiva e pessoal, tanto pela relação com o espaço (trajetos cotidianos, lugar de trabalho) e o tempo (horário, turno) quanto, fundamentalmente, pelo sentimento de participar de um grupo, de uma cultura. (Barros et al., 2002, p.327)

Portanto, nessa visão, o trabalho engloba duas conotações: uma de ordem individual e outra de ordem coletiva. A primeira considera o trabalho como fator de realização pessoal, algo positivo, o trabalho dignificante, enobrecedor e engrandecedor do ser humano. Conforme complementa Dejours (1994), o trabalho significa para o trabalhador uma forma de afirmar sua identidade por meio de atribuições individuais inseridas por ele na realização da tarefa.

A essa concepção se contrapõem os fundamentos em que se apóia o capitalismo, pois, nesse sistema, o trabalhador, trabalhando para outra pessoa, aliena-se em relação ao seu próprio trabalho e, ao mesmo tempo, em relação a si mesmo. Ele perde sua identidade humana, pois seu trabalho não lhe pertence, sendo algo externo a si mesmo. É o que Marx denominou de alienação.

No aspecto coletivo, o trabalho é visto como fator de desenvolvimento, de crescimento e de progresso. Portanto, o trabalho, além de ser um meio de subsistência, também é um meio de integração social, possibilitando o relacionamento entre pessoas, a inclusão social e o sentimento de pertencer a um grupo.

Pode-se concluir que o trabalho é um elemento integrante da vida das pessoas, seja ou não na sua forma assalariada, pois vive-se em uma sociedade em que é o trabalho que possibilita a construção de uma identidade, não só profissional como também pessoal, além de ser meio de reconhecimento e de valorização social. O trabalho forma a identidade da pessoa.

Nessa perspectiva, o trabalho é considerado neste estudo um dos fatores estruturantes da vida do ser humano, assim como a família, os relacionamentos e o lazer.

2.1.2– A precarização do trabalho

A década de 1970 foi marcada por mudanças na dinâmica do mundo do trabalho. De um lado, o abandono de políticas de cunho keynesiano por parte do Estado e uma crescente disseminação da ideologia e das práticas neoliberais e de outro, uma intensificação do processo de reestruturação produtiva rompe com a estabilização das décadas anteriores, conforme esclarecem Piccinini et al. (2005):

Até os anos 1970 grande parte das economias desenvolvidas apresentava um mercado de trabalho bem estruturado, razoável distribuição de renda, baixo nível de desemprego e de inflação. Esta estabilização foi rompida pelo esgotamento desse padrão de desenvolvimento e caracterizada pela internacionalização e interpenetração dos mercados. (Piccinini et al., 2005, p.1)

Marinho afirma que, para abordar as transformações no denominado “mundo do trabalho”, tem-se de considerar o processo de reestruturação produtiva, pois, “as relações de trabalho e as formas de organização dos trabalhadores estão profundamente relacionadas com as transformações da produção e do mercado” (2005, p.24). Dessa forma, nos anos 2000, essas transformações consolidaram-se e as conseqüências da reestruturação produtiva delineiam-se com mais clareza.

Essa reestruturação produtiva, expressa principalmente a partir da década de 1970, foi apoiada pelo fortalecimento das políticas do tipo neoliberais, em um contexto

de globalização, que alteraram o padrão de produção convencional, estruturado principalmente no binômio taylorismo/fordismo.

Segundo Antunes (1995), Heloani (2003), Borges e Yamamoto (2004) e Borges (2002), o taylorismo/fordismo fundava-se na produção em massa de mercadorias, que se estruturava com base em uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada.

Em linhas gerais, conforme esses autores, esse padrão produtivo tem como elementos fundamentais o trabalho parcelado e fragmentado; a decomposição das tarefas, que reduzia a ação em suas operações mínimas; a separação entre execução e planejamento; o aumento do controle sobre o trabalhador; a cronometragem de cada movimento do operário na execução das operações, e a rotinização do trabalho. Dessa forma, conclui Marinho (2005), o binômio taylorismo/fordismo preocupava-se com a organização dos processos de trabalho e do controle sobre ele.

Esse processo produtivo transformou a produção industrial capitalista do século XX, expandindo-se para os principais países capitalistas, e significava um modelo ideal a ser alcançado. Antunes (1995) esclarece que foi implantada uma sistemática baseada na acumulação intensiva, executada por trabalhadores predominantemente semiqualeificados, que, segundo ele, “possibilitou o desenvolvimento do operário-massa, o trabalhador coletivo das grandes empresas verticalizadas e fortemente hierarquizadas” (Antunes, 1995, p.37).

Borges e Yamamoto (2004) chamam a atenção para o fato de esse processo de trabalho manter as contradições assinaladas por Marx. Ou seja, o trabalho continuava a ser tratado como uma mercadoria e permaneciam seus atributos de alienação, monotonia e embrutecimento.

Na segunda metade do século XX, ganharam repercussão outras técnicas de gestão, modelos alternativos à organização fordista/taylorista que, a partir dos anos de 1970, mostrava sinais de exaustão. Dentre os diversos ensaios, Antunes (1995) e Heloani (2003) destacam o modelo japonês, denominado toyotismo.

Um elemento importante desse modelo, afirma Heloani (2003), é a descentralização da produção, mediante a substituição das grandes organizações por médias e até mesmo pequenas, com certa autonomia em relação às primeiras. Esse

modelo que se pretende inovador em relação ao taylorismo/fordismo adota tecnologias e processos mais flexíveis, em combinação com a organização do trabalho em equipe.

Utilizam-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, que rompem com o caráter parcelar típico do taylorismo, flexibilizando a organização do trabalho. Esse ponto é ressaltado por Antunes:

Para a efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores. Direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor. O toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratados, dependendo das condições de mercado. (Antunes, 1995, p.28)

Dessa forma, sob a égide da flexibilidade, os produtos do trabalho são voltados para atender às particularidades do mercado, em vez de o trabalhador produzir de forma padronizada, como era o modelo anterior. Além disso, segundo Marinho (2005), a flexibilização estendeu-se para os direitos trabalhistas historicamente adquiridos pela classe trabalhadora.

Heloani (2003), Borges e Yamamoto (2004), Vieira (2005), Marinho (2005) e Antunes (1995) afirmam que a acumulação flexível do capital tem gerado, entre outras conseqüências, impactos no mundo do trabalho, como a precarização do trabalho, o desemprego estrutural, a desregulamentação dos direitos trabalhistas e a expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado e terceirizado.

Borges e Yamamoto (2004) ressaltam que em conseqüência dessas transformações na organização e na gestão do trabalho, o trabalhador é cada vez mais explorado, à medida que renova as formas de aumento da produtividade.

Por outro lado, Antunes (1995) acrescenta que, atualmente, presencia-se o que ele denomina de uma múltipla processualidade, ou seja, de um lado, uma diminuição dos trabalhadores que trabalham em fábricas, mais evidenciada nos países de capitalismo avançado e, de outro, percebe-se:

uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços; verificou-se uma significativa

heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário; vivencia-se também uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”, que marca a sociedade dual do capitalismo avançado. (Antunes, 1995, p.41)

Assim, o autor chama a atenção para um dos efeitos nefastos desse processo: o trabalho precário. E conclui que “segundo dados da OIT²² mais de um bilhão de homens e mulheres que trabalham estão ou precarizados, subempregados ou encontram-se desempregados” (Antunes, 2003, p.200).

Dessa forma uma situação emblemática resultante do atual estágio produtivo seria configurada pela precarização das condições e relações de trabalho e pelo desemprego em sua forma estrutural.

Para Mattoso, a precarização das condições de trabalho seria marcada pelo

Aumento do caráter precário das condições de trabalho, com a ampliação do trabalho assalariado sem carteira e do trabalho independente (por conta própria). Esta precarização pode ser identificada pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim, pelo que se costuma chamar de bico. Em geral, a precarização é identificada com a ausência de contribuição à Previdência Social e, portanto, sem direito a aposentadoria. (Mattoso, 1999, p.8)

Já a precarização das relações de trabalho é definida pelo autor como “o processo de deterioração das relações de trabalho, com a ampliação da desregulamentação, dos contratos temporários, de falsas cooperativas de trabalho, de contratos por empresa ou mesmo unilaterais” (Mattoso, 1999, p.8).

Sobre o aspecto psicossocial da precarização do trabalho, Dejours (1999) destaca quatro efeitos. O primeiro é a intensificação do trabalho, o que acarreta o aumento do sofrimento subjetivo; o segundo é a neutralização da mobilização coletiva contra o sofrimento, contra a dominação e contra a alienação. A terceira consequência seria o individualismo, o cada um por si. E a quarta consequência, a estratégia defensiva do silêncio, da cegueira e da surdez.

Quanto a essa estratégia, o autor observa que:

²² Organização Internacional do Trabalho

Cada um deve antes de tudo se preocupar em “resistir”, quanto ao sofrimento alheio, não só não se pode fazer nada, como também sua própria percepção constitui um constrangimento ou uma dificuldade suplementar, que prejudica os esforços de resistência. Para resistir, portanto, convém fechar os olhos e os ouvidos ao sofrimento e à injustiça infligidos a outrem [...] negando o sofrimento alheio e calando o seu. (Dejours,1999, p.51)

Em suma, o autor conclui que o trabalhador, diante das mudanças no mundo do trabalho, principalmente as geradas pela precarização e também pela ameaça da demissão, vive constantemente com medo. Segundo ele, “esse medo é permanente e gera condutas de obediência e até de submissão” (Dejours,1999, p.52).

Com isso, Dejours (1999) quer demonstrar o esforço despendido pelos trabalhadores para fixarem-se no trabalho, mesmo às custas de perdas de direitos trabalhistas, arduamente conquistados. Nesse sentido, os trabalhadores submetem-se a duras jornadas de trabalho e a condições desfavoráveis, para evitar a situação da falta de trabalho. Muitas vezes o trabalhador insere-se no mundo do trabalho pela realização de uma atividade em condições precárias.

Quanto ao desemprego estrutural, Frigotto (1998) salienta que ele demarca não apenas o aumento do exército de reserva, mas, especialmente, o excedente de trabalhadores, ou seja, a não-necessidade, para a produção, de milhões de trabalhadores (Frigotto, 1998, p.13). Por isso, o desemprego estrutural é considerado por diversos autores como o mais brutal resultado das transformações do mundo do trabalho.

Assim, o desemprego não mais se liga apenas a conjunturas, resultado de um momento de crise, mas transformou-se em desemprego estrutural, visto que a produção, com o uso intensivo de tecnologia, eliminou, de forma irreversível, inúmeros postos de trabalho. E mais: evidenciou-se o crescimento econômico sem que implicasse crescimento de postos de trabalho, ou seja, a economia e o desemprego necessariamente não estariam relacionados.

Conclui-se que atualmente há uma crise do trabalho assalariado formal, expressa por vários fatores como o aumento do desemprego estrutural e a precarização do trabalho, a exclusão de trabalhadores do mercado formal de trabalho e a sua conseqüente exclusão do convívio social.

Essa crise, segundo Marinho (2005), constitui um dos problemas políticos e psicossociais mais agudos da história humana e, ao mesmo tempo, evidencia uma das contradições mais profundas do final do século XX. Conforme observa a autora “a classe trabalhadora que sempre lutou pela redução da jornada de trabalho e liberação do tempo livre empenha-se, hoje, com desespero, para manter-se empregada, mesmo às custas da perda de direitos duramente conquistados” (2005, p.33).

Do ponto de vista psicossocial, Dejours (1999) acrescenta que a falta de trabalho tem feito com que as pessoas que estão empregadas se submetam ao sofrimento em nome da permanência no emprego, o qual significa a manutenção não só das necessidades materiais, mas, sobretudo, de uma identidade social.

Sobre o aumento do desemprego, Borges e Lima (2002) afirmam ser significativo o número de desempregados em todo o mundo, que atinge tanto países em processo mais acelerado de desenvolvimento quanto aqueles cujo desenvolvimento sempre se deu de forma lenta e subordinada. No Brasil, de acordo com Dedecca (2003), entre 1992 e 1999, a taxa de desemprego aumentou de 7,2% para 10,4%, uma elevação próxima a 50%. A participação do trabalho autônomo, de 14,4% para 15,7%, representa um incremento ao redor de 10%. Entretanto, nesse mesmo período, Baltar (2003) aponta que houve um aumento da produtividade industrial.

Goulart (2002), Mattoso (1999) e Baltar (2003) afirmam que a base técnica implementada pelo processo de reestruturação produtiva é poupadora de mão-de-obra, fazendo com que o regime de acumulação flexível demande uma quantidade cada vez menor de trabalhadores, o que, por sua vez, consolida a expansão do desemprego estrutural. Esses princípios, cujo modelo toyotista, atualmente, é a maior expressão conforme já citado anteriormente, estão associados a um novo perfil dos trabalhadores, que, no entendimento de Goulart (2002) são mais polivalentes e qualificados.

Sobre o novo perfil do trabalhador, essa autora afirma ainda que, com o emprego de novas tecnologias, houve um deslocamento das aptidões requeridas pelos trabalhadores:

A assimilação pelas empresas das novas tecnologias de processo (trazidas pela microeletrônica, informática e outras técnicas afins) passa a requerer do trabalhador

competências de leitura, interpretação de textos, raciocínio abstrato, capacidade de trabalhar em grupos, facilidade de comunicação. (Goulart, 2002, p. 25)

Dessa forma, tanto a automação quanto a qualificação do trabalhador possibilitam que uma empresa enxuta funcione com um número reduzido de trabalhadores.

Baltar chama a atenção para o fato de que a escassez de ofertas de trabalho formal nas últimas décadas não se restringiu às áreas urbanas, afetando, também, o emprego formal em áreas rurais. Esse último setor teve consolidada a agroindústria e observou um aumento da produtividade do trabalho, com a mecanização de colheitas, antes realizadas com o trabalho manual dos bóias-frias. Segundo esse autor, na década de 1990, “a expressiva queda do emprego assalariado agrícola, superior a 20% foi tão ou mais pronunciada do que a que ocorreu na indústria de transformação e processou-se em meio a um aumento muito mais expressivo da produção” (Baltar, 2003, p.123).

Baltar (2003) afirma ainda que, a partir da década de 1990, houve uma relativa adaptação de trabalhadores e empregadores a um quadro de mercado de trabalho desfavorável à formalização dos vínculos de emprego, tais como os exigidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e pelo Estatuto dos Servidores Públicos. Pois,

Essa adaptação tem contribuído para fortalecer clamores empresariais por mudanças na legislação trabalhista, visando adaptar as instituições às práticas de contratação e ao uso da força de trabalho. Essas mudanças diminuiriam a proteção legal aos trabalhadores e facilitariam a flexibilização das relações de trabalho, diante do acirramento das condições de competição a que se defrontavam as empresas e em nome de interesses dos consumidores, beneficiados por essa competição, e de uma supostamente ainda maior proliferação de oportunidades de emprego, do tipo das que foram geradas ao longo da década de 1990. (Baltar 2003, p.137)

Ainda, para esse autor, a diminuição de empregos formalizados tem como saldo, de um lado, a dificuldade da entrada dos jovens no mercado de trabalho e, de outro, a não-consolidação do trabalho assalariado dos adultos. Os que conseguiram se inserir no mercado de trabalho, mas em postos não regidos pela CLT ou pelo Estatuto do Servidor Público, tiveram que continuar nesses empregos sem carteira de trabalho.

Ou, em conjunto com os que perderam o emprego celetista, tiveram de buscar trabalho por conta própria. Entretanto, algumas dessas ocupações são simples alternativas precárias ao desemprego.

Baltar (2003) associa a questão do desemprego às mudanças da economia brasileira, que, a partir da década de 1990, teve pouco investimento e lento aumento da produção. Isso repercutiu negativamente no mercado de trabalho assalariado. Conforme suas análises, diante de um aumento da população ativa no ritmo de cerca de 2% ao ano, as mudanças na estrutura da economia brasileira, estimuladas pela abertura comercial e financeira e pela redução do papel do Estado na dinâmica dessa economia, acarretaram um estreitamento do mercado de trabalho assalariado.

Assim, conforme Antunes (1995), Mattoso (1999) e Marinho (2005) fazem parte do rol das transformações no mundo do trabalho:

- o declínio do setor secundário na absorção de mão-de-obra e a expansão do setor terciário;
- o aumento do desemprego estrutural;
- a retração do assalariamento formal e a flexibilização das relações contratuais de trabalho, redundando em perda ou subtração de direitos do trabalhador e, conseqüentemente, em um menor ou mesmo ausente grau de proteção social
- as mudanças nos requerimentos feitos ao trabalhador sob a égide da “empregabilidade”, que se traduzem por maior grau de escolarização formal e por uma crescente exigência de atributos tais como polivalência, autonomia, iniciativa e competitividade;
- a precarização das relações de trabalho;
- a manutenção/ agravamento das desigualdades de rendimento;
- a dilatação das margens de pobreza.

2.2 – A inclusão perversa

Como foi apresentado no primeiro tópico, é crescente e expressivo o número de trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho. Essa situação os obriga a buscar formas alternativas ao modelo de trabalho assalariado.

Com o aumento significativo de produtos descartáveis lançados no lixo e o advento do processo de reciclagem, a catação de material reciclável tornou-se uma alternativa importante de subsistência para uma parcela de trabalhadores, conforme indicam Miura (2004), Dias (2002) e Magera (2003).

Ainda de acordo com esses autores, é significativo o crescimento do número de catadores de material reciclável no Brasil. Segundo eles, contribuíram para esse aumento as crescentes exigências para o acesso ao mercado formal de trabalho, em face das transformações e demandas do mundo do trabalho, que resultaram principalmente em mudanças na esfera produtiva, na redução de postos de trabalho e no desemprego estrutural, conforme abordado no item anterior.

Dessa forma, alguns trabalhadores que exercem a atividade de catação são desempregados que, por sua idade, condição social e baixa escolaridade, não encontraram lugar no mercado formal de trabalho.

Estima-se que o número de catadores de material reciclável no Brasil seja de aproximadamente 500 mil, estando dois terços deles no estado de São Paulo. Conforme dados da Companhia Municipal de Urbanização de Goiânia - Comurg, em Goiânia, no ano de 2004, foram identificados 506 catadores de material reciclável. Há indícios de que esse número seja bem maior.

A rotina diária de trabalho dos catadores é exaustiva, ultrapassando, muitas vezes, doze horas ininterruptas. De acordo com Magera (2003) e Silva (2002), os carrinhos, puxados em sua maioria por tração humana, chegam a pesar 200 quilos e são empurrados a longas distâncias. Além da questão da forte carga física que precisam suportar, os catadores sofrem também com o preconceito e com a falta de reconhecimento da sociedade pelo trabalho que desenvolvem.

Muitos autores, entre eles Barros et al. (2002) e Miura (2004), associam essa falta de reconhecimento ao fato de a atividade de catação ser acompanhada de rótulos

negativos, de preconceitos. Barros et al. (2002, p.329) argumentam que essa atividade apresenta um caráter excludente, uma vez que o “o trabalhador é contaminado pelos conteúdos de suas tarefas”, que, no caso dos catadores, é o trabalho com o lixo, com o que é jogado fora, com o que não tem utilidade alguma.

Outra autora consoante a Miura (2004) e Barros et al. (2002) é Carmo (2005). Segundo ela, o parco reconhecimento da sociedade pelo trabalho desenvolvido pelos catadores ocorre em grande parte em função das características amorfas do lixo e dos significados atribuídos a ele, ou seja, por sua semântica negativa.

Embora a atividade de catação seja realizada informalmente, a partir da década de 1980, os catadores começaram a se organizar em cooperativas ou associações, na busca pelo reconhecimento dessa atividade como profissão. Nos anos 1990, com o apoio de instituições tanto governamentais como não-governamentais, foram promovidos encontros e reuniões em vários locais do país, com essa finalidade. Novos parceiros foram incorporados e, no ano de 2001, foram realizados o 1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e a 1ª Marcha da População de Rua. Surgia, com essas manifestações, o movimento nacional de catadores.

Dessa forma, os catadores constroem sua história e demarcam sua área de atuação, buscando seu reconhecimento como categoria profissional, oficializada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO),²³ no ano de 2002.

Nessa classificação, os catadores de lixo são registrados pelo número 5192-05 e sua ocupação é descrita como catador de material reciclável. Segundo a descrição sumária de suas atividades na CBO, os catadores “catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais re-adequáveis” (www.mtb.gov.br).

No ano de 2003, o governo federal criou o Comitê de Inclusão Social de Catadores de Lixo. Dentre outras atribuições, esse comitê deveria implementar projetos que garantissem condições dignas de vida e de trabalho à população catadora de lixo,

²³ A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) apresenta as normas e o reconhecimento da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro, sendo uma classificação por número e por descrição da ocupação.

bem como apoiar a gestão e a destinação adequada de resíduos sólidos nos municípios brasileiros.

No entanto, os catadores continuam desempenhando suas atividades em condições precárias, sofrem preconceitos e desfrutam de baixo reconhecimento do papel que representam na economia e no meio ambiente, embora tenham a profissão reconhecida por órgão federal e sejam resguardados por um comitê específico.

Por isso, acrescenta Miura (2004), o problema hoje não está em reconhecer legalmente o catador como um profissional, mas, sim, em admitir seu direito às condições dignas de trabalho, e de vida, para além da sobrevivência.

Tomando como ponto de partida essa afirmação, Migueles et al. (2004) atribuem a falta de reconhecimento do catador ao fato de a atividade por eles exercida ser associada à *única* alternativa para uma certa parcela de trabalhadores evitarem a situação de criminalidade ou mendicância. Essa condição reforça o significado de miséria e de exclusão dos trabalhadores que vivem da catação e encerra a idéia de que, para eles, só lhes resta a opção de viver do lixo.

A valorização do catador viria, segundo esses autores, a partir da associação ao trabalho da catação, de significados sociais positivos. Assim, defendem Migueles et al. (2004), atribuir novos significados ao lixo resultaria na valorização do trabalho dos catadores e de sua função social. Para eles, um discurso em defesa do meio ambiente seria uma precondição para a inclusão simbólica desses trabalhadores.

Mas qual a qualidade dessa inclusão? Estaria ela relacionada apenas ao fato de garantir a sobrevivência do trabalhador e de sua família? Ao fato de estar trabalhando não importa em quais condições de trabalho seria sinônimo de inclusão social?

Compreende-se, neste trabalho, que a inclusão social dos catadores de material reciclável estaria para além da sobrevivência, superando-se a concepção de que o excluído constituiria uma categoria homogênea e inerte, ocupada apenas com a sobrevivência física e presa às necessidades básicas.

Além disso, argumenta-se que, por trás de formas aparentes de inclusão social, existem formas sutis de exclusão que conduzem à inclusão perversa.

De acordo com Sawaia (1999), o trabalhador constrói, com base nas relações de trabalho, uma identidade social, na qual valores como ter um emprego, uma carteira de

trabalho assinada e a garantia do recebimento de salário passam a fazer parte da vida e integram o indivíduo à sociedade. Não ter acesso a esses valores significa vivenciar duramente o processo de exclusão social.

A palavra exclusão é utilizada no sentido amplo e vincula-se à pobreza, ao desemprego, à injustiça e à exploração social. Para Castel (1999), a palavra exclusão significa desafiliação e, para Paugam (1999), desqualificação. Trata-se de um conceito que abarca ambigüidades e contraditoriedades, o que, na concepção de Sawaia (1999) e Barros et al. (2002), leva muitos autores a substituí-lo por outras palavras com significados mais precisos.

Contudo, na visão de Sawaia (1999), é o fato de ter essa pluralidade de significados, e ao mesmo tempo essa imprecisão, que revela a complexidade do termo exclusão, inclusive, a sua transmutação em inclusão social. Para ela, “analisar a ambigüidade constitutiva da exclusão é captar o enigma da coesão social sob a lógica da exclusão na versão social, subjetiva, física e mental” (Sawaia, 1999, p.7).

Véras (1999) correlaciona exclusão com pobreza. Mas ressalta que, em seus estudos, a pobreza mudou de nome e de forma. Segundo a autora, a pobreza é expressa na privação do emprego, de meios para participar do mercado formal, de consumo, de bem-estar, de direitos, de liberdade, enfim, na privação de itens necessários a uma vida digna. Além disso, a autora acrescenta que a pobreza também engloba uma dimensão moral, na qual não oferece alternativa nem tampouco a possibilidade de ascensão social.

Para Guareschi (1999), no entendimento da sociedade contemporânea, o conceito de exclusão é crucial, isso porque, segundo o autor, as transformações do mundo do trabalho, principalmente as advindas das transformações do modo de produção, modificaram o cenário das relações sociais até então vigentes. Segundo esse estudioso,

com o desenvolvimento fantástico das novas tecnologias, a maneira de se produzir as coisas e a maneira de se executar os serviços sofreram uma transformação profunda. Surge o fenômeno da automação, isto é, as novas tecnologias criam instrumentos que substituem a mão-de-obra humana. Os robôs, por um lado, e os processadores eletrônicos, por outro, executam a maioria dos serviços que eram antes feitos por mão humana. Com isso multidões de pessoas foram dispensadas de

seus empregos, e as novas gerações nem chegam a conseguir um local de trabalho [...] as pessoas são simplesmente excluídas do trabalho, excluídas da produção. (Guareschi, 1999, p.144)

Esse pensamento evidencia que a relação com o trabalho, embora não seja a única determinante, está no centro da problemática da exclusão.

Sawaia (1999) opta pela expressão dialética exclusão/inclusão, superando uma visão dualista de incluídos x excluídos. Para a autora,

Ao optar pela expressão dialética exclusão/inclusão é para marcar que ambas não constituem categorias em si, cujo significado é dado por qualidades específicas invariantes, contidas em cada um dos termos, mas que são da mesma substância e formam um par indissociável, que se constitui na própria relação. (Sawaia, 1999, p.108)

Outra autora que partilha as idéias de Sawaia é Miura (2004). Ela analisa o que leva uma pessoa a se tornar catador por diversos prismas. Para ela, do ponto de vista sociológico, tornar-se catador é mais um exemplo da inclusão diferenciada ou inclusão perversa, que significa a inserção social dos excluídos, daqueles que não têm outro lugar na sociedade do trabalho a não ser aquele de catadores de lixo.

Sob o ponto de vista psicossocial, a autora afirma que tornar-se catador é sentido como fonte de dignidade e modo legítimo de obter renda. É uma atividade que faz do excluído um trabalhador inserido no mundo do trabalho, diferenciando-o do mendigo ou vadio.

A inferência de que o catador de material reciclável é incluído socialmente ao ter um trabalho é contraditória, porque esse trabalho é destituído de todo um rol de direitos trabalhistas, é executado em condições precárias e de risco à saúde. Trata-se de uma exclusão com o disfarce da inclusão.

Há ainda a concepção de que o capitalismo tem transformado o trabalho formal em um privilégio acessível a um número cada vez menor de pessoas, acentuando os processos de exclusão, as desigualdades e a miséria humana. Para Sawaia (1999), a “banalização do mal do outro”, como uma das determinações sociais mais poderosas da exclusão, é uma das características deste século 21, que se iniciou com graves problemas populacionais e de inserção social.

Com base nos estudos de Hannah Arendt sobre a banalidade do mal, Dejours (1999) desenvolveu seu conceito sobre o processo de banalização da injustiça social. Para esse autor, está em curso um processo que favorece a tolerância social para com o mal e a injustiça, e através do qual se faz passar por adversidade o que na verdade resulta do exercício do mal praticado por uns contra outros (Dejours, 1999).

Em virtude do alto índice de desemprego e o estabelecimento do desemprego estrutural, a situação de uma parcela da população torna-se cada vez mais frágil. Os desempregados ficam progressivamente mais pobres, vivendo em condições subumanas, sem moradia, sem comida, sem assistência médica. Já os empregados vivem intranqüilos, sob a ameaça de perda do emprego. De acordo com Miura (2004), “Todos sofrem muito com isso. Esse crescente empobrecimento dos segmentos populares tem contribuído para o aumento do fenômeno da população de rua nos grandes e médios centros urbanos” (Miura, 2004, p.26).

O fato de os catadores constarem na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) poderia ser um indicativo do resgate da dignidade desses trabalhadores, que estariam sendo inseridos no âmbito das políticas públicas. Porém o que se observa é uma condição oposta, na qual o trabalho da catação é quase sempre desfavorável ao trabalhador. Conforme se pôde observar nesta pesquisa, o trabalhador catador é exposto a níveis altíssimos de riscos à saúde e a preconceitos sociais, além de não contar com direitos trabalhistas, condições que, sintetizando, são extremamente precárias, tanto no que se refere à informalidade do trabalho quanto à remuneração. Além disso, os catadores não têm acesso à educação, ao aprimoramento técnico, ao lazer. Enfim são privados de determinados direitos que proporcionam uma vida para além da sobrevivência.

Paradoxalmente, mesmo sendo realizada em condições bastante adversas, a catação possibilita a sobrevivência de muitos trabalhadores, que se encontravam excluídos e sem alternativas para a sua subsistência e a de seus familiares. Lentamente, os catadores buscam se organizar em cooperativas e associações, visando melhores condições de trabalho.

2.3 – O cooperativismo como possibilidade de aglutinação

A associação de trabalhadores, sob a forma de cooperativas, embora esteja muito presente na pauta de debates atuais, não é produto do século XX e XXI, enfatiza Misi (2000). Já no século XVIII, sob o impacto da Revolução Industrial, emergiram na Europa algumas associações de trabalhadores sob os moldes da cooperação. O intuito, segundo Misi (2000) e Bueno et al. (2003), era reunir esforços entre aqueles que se viram privados, com o advento da Revolução Industrial, do seu principal meio de subsistência: o trabalho. Caracterizava-se como forma de reação dos trabalhadores às condições de exploração existentes naquele período.

Segundo Vigiano et al. (2003), o cooperativismo pretendia representar uma alternativa entre o capitalismo e o socialismo, mas sua origem encontra-se nas propostas dos chamados socialistas utópicos. Misi (2000), Piccinini et al. (2005), Bueno et al. (2003) e Vigiano et al. (2003) informam que o inglês Robert Owen foi o precursor do movimento cooperativista e colaborou para a criação da primeira cooperativa integrada por tecelões na Europa: a Sociedade Pioneiros Equitativos de Rochdale, em 1844.

Segundo Piccinini et al. (2005), a cooperativa deveria ter por base a posse privada dos meios de produção e um planejamento descentralizado e individualizado, objetivado na cooperativa e no cooperado.

A cooperativa é uma organização formada e dirigida por uma associação de usuários, que participam das reuniões e que desfrutam de igualdade de direitos. O objetivo é desenvolver uma atividade econômica ou prestar serviços comuns, eliminando intermediários. O estatuto da cooperativa deve conter critérios que informem o modo como o associado dela participa, com suas obrigações e direitos. A associação não deve visar ao lucro, mas sim ter por meta eliminar a intermediação entre o associado e o tomador de serviços, com preço mais justo, pois o fim desse tipo de associação é beneficiar o trabalhador e o consumidor.

A organização em cooperativas de trabalho, por contar com uma legislação própria, tem mais agilidade e flexibilidade para se adaptar às necessidades do mercado e operar com menores custos. Além disso, Magera (2003) chama a atenção para o fato de o cooperativismo ser uma forma bastante difundida na geração de postos de trabalho

e renda, principalmente quando a globalização da economia tem provocado a redução de empregos.

A inclusão das cooperativas na legislação brasileira data de 1932, com o Decreto-lei nº 22.232, que regulamenta sua existência. Contudo, o movimento cooperativo iniciou-se um século antes, tendo como pioneiro o imigrante francês Benoit Jules de Mure, que tentou, sem êxito, fundar uma colônia de produção e consumo. Seu conterrâneo, o médico Jean Maurice Faivre fundou logo em seguida, com um grupo de europeus, nos sertões do Paraná, a colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas.

Macêdo et al. (2003) afirmam que, em 2003, mais de 5,1 mil cooperativas no Brasil atuava nos mais variados setores da economia, estendendo-se a diversos segmentos da sociedade brasileira. Segundo esses autores, dados da Organização das Cooperativas Brasileira (OCB), de 1999, indicam que houve, no Brasil, um crescimento, em relação ao ano anterior, de 10,78% no número de cooperativas em atividade, o que significa que estavam registradas 5.652 cooperativas (Macêdo et al., 2003, p.161).

Piccinini et al. (2005) acrescentam que, para alguns, o trabalho das cooperativas resulta na precarização do trabalho e, para outros, em uma solução para o problema do desemprego. Além desse aspecto, muitas são consideradas “falsas cooperativas”, criadas por ex-patrões ou por ex-funcionários com cargos de chefia na empresa, visando apenas à redução dos custos da força de trabalho.

As verdadeiras cooperativas seguem princípios cooperativistas, em especial a gestão democrática, que incentiva a participação de todos no estabelecimento de suas políticas e tomadas de decisão e, com isso, legitimam tal movimento. Por outro lado, muitas cooperativas são fundadas com o único propósito de se beneficiar de incentivos fiscais. Muitas empresas, para reduzirem custos de produção e encargos trabalhistas, estão substituindo a mão-de-obra contratada por prestadores de serviços cooperados.

Complementando o que dizem Piccinini et al. (2005), Sapovicis e Souza (2002) observam que algumas empresas demitem seus funcionários e criam cooperativas “de fachada” apenas para escaparem aos encargos cobrados pelo governo e burlar a lei,

contrariando os princípios do cooperativismo e ao mesmo tempo, desrespeitando os trabalhadores em seus direitos.

O objetivo da associação organizada como cooperativa, portanto não é simplesmente a redução de encargos sociais, mas, sim, a busca de oportunidades sociais e de trabalho para o cooperado, visando ao desenvolvimento humano.

Segundo Gonçalves et al. (2002), as cooperativas que reúnem catadores de material reciclável são consideradas de trabalho, descritas pelo Decreto-lei nº 22.232, de 19/12/1932, em seu artigo 24, como aquelas que,

constituídas entre operários de uma mesma profissão ou ofício ou de ofícios vários de uma mesma classe, têm como finalidade primordial melhorar os salários e as condições de trabalho pessoal e de seus associados e, dispensando a intervenção de um patrão ou empresário, se propõem a contratar obras, tarefas, trabalhos ou serviços públicos ou particulares, coletivamente por todos ou por grupos de alguns. (2002, p.32)

As cooperativas de reciclagem de lixo são recentes no Brasil. Uma das pioneiras, de acordo com Magera (2003) é a Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare), fundada no ano de 1985, na cidade de São Paulo. Data desse período também a criação da Asmare – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte, informam Gonçalves et al. (2002).

A Asmare desenvolve um trabalho na cidade de Belo Horizonte, em parceria com a prefeitura e ligada a algumas ONGs, e é citada por vários autores, como Freitas (2005), Dias (2002), Magera (2003), Miura (2004) e Gonçalves et al. (2002). Segundo eles, ela é uma cooperativa referência para o Brasil, tendo em vista o trabalho que realiza no sentido de promover melhorias para as condições de trabalho e de vida dos catadores daquela cidade.

Vale ressaltar que essa cooperativa conta com o apoio do governo do município em que atua, sendo essa participação de suma importância, principalmente na viabilização da coleta seletiva.

Ainda a respeito dessa cooperativa Segundo Gonçalves (2002), o Programa *Life* (Iniciativas Locais para o Meio Ambiente), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), criado após a Rio 92, selecionou a experiência dos catadores

desenvolvido pela Asmare, como um dos cinco projetos desenvolvidos no Brasil que buscam equacionar a geração de emprego e renda para a população carente com o desenvolvimento sustentável.

Quando organizados em cooperativas os catadores podem desenvolver diferentes ações, no sentido de superar obstáculos que interferem no processo de negociação do material reciclável, e assim possibilitar competitividade por meio do incremento da oferta de material reciclável em um volume maior, a fim de garantir uma negociação de preços mais vantajosos.

Nesse sentido, Migueles et al. (2004) afirmam que o propósito da formação de cooperativas é

O de permitir que, ao material coletado pelos catadores, seja agregado um valor, mediante o acúmulo, o que torna o transporte economicamente viável. A escala é um elemento fundamental de viabilização e as cooperativas mais organizadas progredem na direção de tornarem-se pontos de recepção de material coletado tanto por cooperativados quanto por não cooperativados. (2004, p.6)

O IPT (2003) também destaca as seguintes vantagens da cooperativa:

- evitar a dependência de um único comprador;
- vender cargas “fechadas” por um preço médio;
- estocagem (o material podem ser armazenado por períodos mais longos, se o galpão de triagem dispuser de espaço e houver capital de giro).

Conforme o IPT (2003), o objetivo central de uma cooperativa de catadores de material reciclável é gerar oportunidades de trabalho e renda. Das vantagens econômicas advindas da organização em cooperativas de trabalho, o IPT (2003, p.23) apresenta o fato de os catadores conseguirem um valor mais alto pelo produto, pois ofertam material em melhores condições de limpeza e classificação e barateiam o transporte, prensando as cargas.

O instituto chama a atenção para os indicativos de quantidade, qualidade e regularidade no fornecimento de matéria-prima como requisitos essenciais da produção industrial. Nesse sentido, os estudos do IPT (2003) apontam para a organização do trabalho dos catadores em cooperativas como elemento fundamental para obter

melhores condições para a venda direta e, conseqüentemente, a obtenção de melhores preços.

Gonçalves et al. (2002) salientam que o objetivo de uma cooperativa não é somente melhorar a renda dos catadores, mas também conquistar direitos, pois, segundo eles, por meio dessa organização o associado se fortalece e passa a desfrutar de uma série de benefícios conquistados por ela e pelas parcerias, aos quais o catador isolado não teria acesso.

Se, por um lado, os catadores organizados em cooperativas conseguem um acúmulo de material e conseqüentemente melhores preços, o que resultaria em um melhor rendimento, essa forma de organização do trabalho não elimina a precariedade da atividade de catação. Esse entendimento é amparado pelos estudos de Magera (2003), o qual afirma que,

algumas cooperativas sob o manto da geração de um desenvolvimento sustentável, preservação ambiental, proporcionando com sua formação a criação de trabalho aos catadores e desempregados, considerados como cidadão de “segunda classe”, trazem em seu bojo princípios de exploração nas relações de trabalho, e o pior, trabalho precarizado. (2003, p.173)

CAPÍTULO III – DELINEAMENTO METODOLÓGICO DO ESTUDO

Neste capítulo será descrito o percurso metodológico adotado durante o desenvolvimento deste trabalho, com ênfase na escolha do tipo de pesquisa, assim como a utilização dos instrumentos para a coleta de informações. Serão discutidos também quais foram os procedimentos adotados para a realização da pesquisa, os critérios que nortearam a escolha do campo de estudo, bem como a população pesquisada. Descrevem-se, também, a forma como se processa a análise dos dados e os procedimentos seguidos durante a investigação.

A presente pesquisa caracteriza-se conforme Rey (2002) e Chizzotti (1998), como do tipo qualitativa, cuja finalidade é retratar uma unidade ou uma situação particular, analisando-a em profundidade e reunindo informações e detalhes, a fim de permitir a compreensão da totalidade da referida situação.

Essa totalidade, em pesquisas qualitativas psicológicas, não se dá a *priori*, não é acessível à experiência, explica Rey (2002). Isso porque, segundo o autor, as pesquisas qualitativas, em psicologia, debruçam-se sobre o conhecimento de um objeto complexo: *a subjetividade*. A esse respeito, o autor esclarece:

a subjetividade, cujos elementos estão implicados simultaneamente em diferentes processos constitutivos do todo, os quais mudam em face do contexto em que se expressa o sujeito concreto. A história e o contexto que caracterizam o desenvolvimento do sujeito marcam sua singularidade, que é expressão da riqueza e plasticidade do fenômeno subjetivo. (Rey, 2002, p.51)

De acordo com Chizzotti (1998), a pesquisa qualitativa objetiva ressaltar os aspectos qualitativos dos fenômenos. Consoante esse autor, nesse tipo de estudo o pesquisador é desobrigado de adotar uma postura de neutralidade científica, pois tal modelo de pesquisa envolve a sua subjetividade, que assume uma parte fundamental na pesquisa qualitativa, pois o conhecimento é construído na relação pesquisador–objeto pesquisado. Assim, esclarece ele, “o

pesquisador é um ativo descobridor do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais” (Chizzotti, 1998, p.80).

O tipo de estudo adotado neste trabalho pode ser caracterizado como um estudo de caso de caráter descritivo e exploratório, orientado para a investigação das relações de trabalho entre catadores de material reciclável e cooperativas de reciclagem.

A escolha desse tipo de pesquisa deu-se em virtude da riqueza de informações e possibilidades que abarca, segundo explica Triviños (1987). Trata-se de um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente e permite ao pesquisador desvelar as diversas questões de uma situação determinada, possibilitando uma investigação que possa retratá-la de maneira fidedigna.

Por outro lado, Rey salienta que, em termos da construção do conhecimento, o caso não é um elemento isolado, mas um momento de sentido no curso da produção teórica, “sua legitimidade é dada pelo que representa para a qualidade do processo teórico em desenvolvimento” (2002, p.167).

O estudo descritivo pretende descrever e conhecer a sua natureza, sua composição e os processos que o constituem ou nele se realizam. O estudo exploratório proporciona uma visão geral e não um viés do problema e ainda contribui para a focalização das questões e a identificação de informantes e outras fontes de dados.

No presente trabalho, os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram análises documentais e entrevistas semi-estruturadas.

A análise documental é uma técnica de coleta de dados que possibilita o acesso a uma quantidade de informações sobre uma organização e permite ao pesquisador compreender os princípios e normas que regem um grupo e suas relações. Triviños (1987), Alves-Mazzoti e Gewandsznajder (2000) afirmam que esse tipo de técnica reconstitui uma situação passada, serve de indicativo para outras técnicas e ainda reforça ou complementa dados já obtidos anteriormente. Segundo esses autores, considera-se como documento qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação, como livros, manuais, arquivos, jornais, relatórios entre outros.

A entrevista, de acordo com Gil (1999) e Rey (2002), possibilita a coleta de dados mais profundos, relacionados à opinião dos entrevistados acerca de diversos aspectos, além da abordagem de temas complexos, que não se dão a conhecer por meio de outros instrumentos.

A pesquisa foi realizada em duas cooperativas de reciclagem de lixo, denominadas neste estudo de cooperativa 1, representada pela sigla G1, e cooperativa 2, representada pela sigla G2. O critério para que fossem incluídas neste estudo era o de serem cooperativas de trabalho formadas por catadores de material reciclável e localizadas no município de Goiânia.

A escolha dessas duas cooperativas estudadas também se deu em razão de Goiânia contar apenas com duas organizações formadas por catadores de material reciclável à época da pesquisa.

Foi realizado um piloto da entrevista para checar a compreensão das questões que compunham o roteiro delas. As entrevistas foram realizadas com o compromisso de sigilo a respeito da identidade dos sujeitos e gravadas com a permissão deles. A gravação ocorreu livremente, sem tempo predeterminado.

Os sujeitos que compuseram a amostra da qual a pesquisa se ocupou totalizaram dez trabalhadores, sendo cinco de cada cooperativa, escolhidos aleatoriamente, de ambos os sexos, com idade, escolaridade, estado civil e tempo de trabalho variados, características que tornaram, assim, a amostra representativa.

O estabelecimento do quantitativo de participantes foi fundamentado em estudos de diversos autores, entre eles Rey (2002), segundo quem o conhecimento científico, a partir do ponto de vista qualitativo, não se legitima pela quantidade de sujeitos a serem estudados, mas pela qualidade de sua expressão. Segundo o autor: “O número de sujeitos a serem estudados responde a um critério qualitativo, definido essencialmente pelas necessidades do processo de conhecimento que surgem no curso da pesquisa” (Rey, 2002, p. 35).

Antes do início das entrevistas, os participantes assinaram um documento intitulado “Livre consentimento”, concordando em participar da pesquisa. As entrevistas foram realizadas de forma individual, em período de trabalho, em data e horário escolhidos pelos trabalhadores. Após o término das entrevistas foi realizada sua transcrição, observando as indicações de Bauer e Gaskell (2002) os quais afirmam:

Uma boa transcrição deve ser um registro tão detalhado quanto possível do discurso a ser analisado. A transcrição não pode sintetizar a fala, nem deve ser “limpada”, ou corrigida, ela deve registrar a fala literalmente, com todas as características possíveis da fala (Bauer e Gaskell, 2002, p.251).

Posteriormente à transcrição, as entrevistas foram analisadas de acordo com a técnica da análise gráfica do discurso, desenvolvida por Sílvia Lane (1985), com o objetivo de levantar os núcleos de pensamento, as categorias, o sentido e a compreensão do discurso expresso nas entrevistas construídas no espaço social ocupado pelos entrevistados.

Ao propor a análise gráfica do discurso para a análise dos discursos, Lane (1985) tinha como preocupação evitar a fragmentação do discurso mediante o corte em temas e categorias. A análise do discurso elaborada por ela tem por fundamentação teórica os estudos sobre a linguagem de Vigotsky, compreendendo a linguagem e as emoções como as duas mediações fundamentais na constituição do indivíduo.

Segundo Lane (1985), um discurso mais longo e completo permite analisar as contradições, os aspectos ideológicos, as relações estabelecidas com os domínios da realidade e as características da pessoa: seu grupo social, suas atividades e sua história pessoal. Conforme essa autora, a análise gráfica do discurso é uma técnica que busca estabelecer graficamente os núcleos de pensamento, por meio das palavras que se repetem (ou dos sinônimos), mas seguindo a continuidade do discurso, e utilizando a seqüência dos números para cada “unidade de significação” (sujeito e predicado) (Lane, 1985, p.8).

Os pressupostos que orientam a técnica, de acordo com Lane (1985), são:

- não fragmentar o discurso, pois qualquer critério utilizado já traz em si uma interpretação externa;
- em conseqüência, as relações entre os “significantes” devem ser mantidas constantes (procurou-se utilizar preposições e conjunções como critério para definir as unidades de significação);
- o discurso, produto da interação entre pensamento e linguagem, se processa em espiral, havendo, assim, retornos e avanços, semelhanças e diferenciações;
- este movimento em espiral caracteriza significações centrais e periféricas.

Macêdo (1999) complementa que a análise do discurso é realizada identificando-se e enumerando-se as unidades de significação (palavras ou frases que se repetem, resultantes da pergunta feita ao sujeito) na seqüência do relato dos participantes. São observadas as unidades de significações que se assemelham para agrupá-las com base nas repetições. As unidades que obtiverem maior freqüência representam um núcleo de pensamento expresso.

Dessa forma, à medida que o gráfico é elaborado, o discurso se reproduz graficamente de forma que as setas enumeradas indiquem a relação e a seqüência do discurso, possibilitando a leitura da entrevista tal como foi produzida.

Para uma maior compreensão da técnica, segue abaixo uma demonstração detalhada da técnica de análise gráfica do discurso. São apresentados trechos da fala de alguns entrevistados. Cada gráfico da análise do discurso refere-se a uma questão da entrevista e são dispostos em dois blocos: G1 (cooperativa 1) e G2 (cooperativa 2). No capítulo referente à análise e à discussão de resultados, são apresentados os demais gráficos.

A pergunta feita aos participantes das cooperativas foi: “O que sente quando lembra de seus trabalhos anteriores?”. Seguem abaixo as transcrições das respostas de cada participante da cooperativa 1:

Ana: Que que eu sinto? Ah eu não me sinto *saudades* assim do pessoal que trabalhava, mas eu acho que do trabalho mesmo tudo é como é que fala, ah pra mim tudo é um aprendizado a mais né, foi bom, eu gostei de tudo que eu fiz, mas é tô gostando daqui.

João: Ah, eu sinto um *serviço muito puxado*, levanta de madrugada, tem que sai de madrugada nos ponto de ônibus, eu *achava muito puxado* pra mim.

Paula: Ah, menina, eu sei que, sabe que a vida é tão difícil pra gente, que as vezes a gente assim tem *muita dificuldade*, nós que somos mais velhos assim, eu tô com quarenta anos a gente tem *muita dificuldade* em trabalho. No meu tempo de juventude *era muito difícil* a gente conseguir os trabalhos de melhor qualidade, um trabalho que você tem uma profissão certa pra seguir.

Arthur: Hoje sinto assim se eu tivesse continuado, talvez, a gente não pode falar que não, talvez *eu taria em condições melhores*, né. Assim menos aperto, porque aperto todo mundo passa, mas eu taria mais forjado em termo de as vezes eu já havia terminado minha casa.

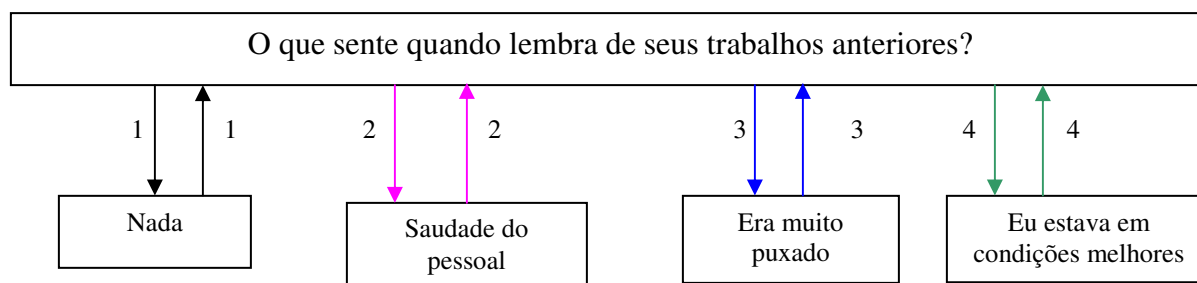
Cristina: *Nada*.

O *núcleo induzido* refere-se à idéia principal contida em cada pergunta da entrevista. No caso do exemplo acima exposto, seria: “O que sente quando lembra de seus trabalhos anteriores?”.

Nos gráficos são representados os núcleos de pensamento ligados por setas numeradas (e de cores diferentes de acordo com o número) ao núcleo induzido, como o ilustrado a seguir.

Diante do núcleo induzido, emergem dos discursos dos participantes as unidades de significação (palavras ou frases que se repetem). São observadas as unidades de significação que se assemelham para agrupá-las com base nas repetições. As unidades que obtiverem maior frequência representam um *núcleo de pensamento* expresso. No gráfico utilizado como exemplo, os núcleos de pensamento que emergiram foram: *nada, sinto saudade do pessoal, era muito puxado, eu estava em condições melhores.*

Gráfico 1 – Gráfico do discurso dos cooperados G1 quando respondem à pergunta: “O que sente quando lembra em seus trabalhos anteriores ?”



O mesmo procedimento foi realizado para a cooperativa 2.

1 – Campo de pesquisa

Cooperativa 1 – G1

A cooperativa 1 é uma cooperativa de trabalho e assessoria, sociedade civil por cotas de responsabilidade limitada, sem fins lucrativos, constituída sob a forma de cooperativa. Foi fundada no ano de 1998, e é uma das células do projeto denominado “Projeto Meia Ponte”, idealizado por um jornalista que atua na área ambiental e efetivado pelo Instituto Dom Fernando,²⁴ órgão criado pela Sociedade Goiana de Cultura.

De acordo com Coelho (2003), o Projeto Meia Ponte tinha como objetivo geral em sua versão original:

²⁴ Em 1958, a Arquidiocese de Goiânia criou a Sociedade Goiânia de Cultura (SGC), de natureza católica, comunitária, filantrópica e de assistência social. Em 1995, a SGC fundou o Instituto Dom Fernando (IDF) para intervir com ações cristãs no plano social. A primeira ação desencadeada pelo IDF foi o Projeto Meia Ponte, em 1995, que recebeu este nome porque os bairros beneficiados eram próximos ao Rio Meia Ponte.

Prestar assistência social geral às famílias assentadas nas áreas de abrangência do projeto, que hoje vivem em precárias condições sociais, em especial aos menores, aos idosos e aos desvalidos, oferecendo-lhes os meios apropriados para que possam desenvolver suas aptidões e potencialidades, de modo a converterem nos próprios agentes de transformação sócio-econômica e cultural das comunidades em que estão inseridas (Coelho, 2003, p.19).

Segundo Júnior (1998), a comunidade à qual o Projeto Meia Ponte visa atender é a localizada nos seguintes bairros: Jardim Dom Fernando I, Jardim Dom Fernando II, Jardim Aroeira I, Jardim Aroeira II (o buracão) e Jardim Conquista, na região leste de Goiânia.

Para cumprir os objetivos descritos por Coelho (2003), implementou-se um amplo programa com propostas que viabilizassem a geração de trabalho e renda, a recuperação do meio ambiente e a promoção da educação e da saúde. Em dezembro de 1997 implantou-se nos bairros citados a coleta seletiva domiciliar, “através de visitas de casa em casa, entrega de um folheto explicativo contendo informações sobre o tempo de decomposição dos materiais, separação do lixo, dias de coleta [...]. Os moradores são orientados e sensibilizados a realizar a separação do lixo” (Coelho, 2003, p.32).

Em 1998, foi criada com forma e natureza jurídicas próprias a cooperativa 1, que contava, na data de sua fundação, com capacidade para processar 20 toneladas de lixo bruto por dia e contava com 50 cooperados, entre homens e mulheres. À época da pesquisa, era coletado um volume de cerca de cinco toneladas / dia de lixo bruto, quantidade inferior à capacidade da cooperativa na época de sua criação. A coleta seletiva do lixo é realizada todas as segundas, quartas e sextas-feiras, a varrição também é coletada às quintas. Realiza-se ainda sem data marcada, a coleta de material reciclado doado, oriundo de outros bairros de Goiânia. Toda a coleta da cooperativa 1 é formalizada junto à Prefeitura, por meio de um convênio com a Companhia de Urbanização de Goiânia (Comurg).

Para realizar esse trabalho de coleta de lixo, a cooperativa 1 conta com dois caminhões caçamba toco, um trator de porte pequeno e um tobata. Ela é registrada junto à OCB,²⁵ órgão responsável pela legalização das cooperativas em âmbito nacional.

Da reciclagem do lixo, a cooperativa 1 fabrica três produtos: telha, grânulo e húmus. As telhas fibro-asfálticas são o principal produto da cooperativa. Fabricadas a partir de resíduos de papel e papelão, não são poluentes e são atóxicas. O grânulo é utilizado para a

²⁵ A Organização das Cooperativas do Brasil – OCB, é uma instituição que congrega e coordena o cooperativismo em esfera nacional.

fabricação de mangueiras para irrigação e sacos de lixo. Sua matéria-prima é o plástico (polietileno); para cada mil quilos de plásticos, obtêm-se 800 kg de grânulos. O húmus produzido na cooperativa 1 é um adubo de natureza orgânica utilizado para pastagens, lavouras, entre outras atividades, e é comercializado em espécie.

Um dos requisitos para que as pessoas integrem a cooperativa 1 é residir em um dos cinco bairros onde se desenvolve a coleta seletiva. O estatuto social da cooperativa 1 foi elaborado coletivamente e aprovado em assembléia. A diretoria e os membros diretivos, conselhos e comissões foram eleitos democraticamente.

A administração da cooperativa 1, segundo o seu estatuto social,²⁶ é composta pelos seguintes cargos:

- Diretoria Executiva – composta pelo diretor presidente, diretor administrativo financeiro e diretor técnico comercial;
- Conselho Fiscal: composto por seis membros, três efetivos e três suplentes;
- Conselho de Administração: composto por sete membros, dos quais três são da Diretoria Executiva.

A cooperativa 1 também conta com a assessoria de um administrador de empresas do quadro da Sociedade Goiana de Cultura/Instituto Dom Fernando e estagiários do Centro Federal Tecnológico de Goiás e da Universidade Católica de Goiás.

Na época em que as entrevistas foram realizadas, o quadro de cooperados da cooperativa 1 era de 30 membros, que se distribuía nas atividades de coleta de lixo, triagem (separação e classificação), setor de plástico, setor de telhas e vermicultura.

As atividades diárias da cooperativa 1 poderiam ser descritas sumariamente como:

- coleta de material seco em cinco bairros da região leste de Goiânia, *shoppings*, escolas, condomínios, empresas de diversos ramos;
- triagem do material coletado na cooperativa;
- fabrica de telhas fibro-asfálticas;
- confecção de grânulos de plásticos;

²⁶ Nesse documento os cooperados definem, de forma autônoma, como se organizará a cooperativa, quais são seus objetivos, quais os rumos que devem ser tomados e como será o relacionamento entre os cooperados e a diretoria.

- prensagem de material não utilizados na linha de produção interna para repasse a outras usinas recicladoras;
- produção de húmus a partir de produtos orgânicos, coletados em mercados, verdurões, supermercados e frigoríficos;
- comercialização dos produtos resultantes das atividades realizadas pela cooperativa;
- realização de trabalho educativo na área de educação ambiental, entre os moradores dos bairros contemplados pelo projeto, e visitas às escolas e outras instituições quando solicitados;

Caracterização dos participantes da cooperativa 1

Para preservar a identidade dos participantes, eles estão apresentados com nomes fictícios.

Cristina

Cristina é catadora, tem 49 anos, nasceu no Piauí, em uma pequena cidade chamada Piripiri. Seu pai era lavrador e sua mãe trabalhava em casa. Em 1982, mudou-se para Brasília e, em 1985, veio para Goiânia. É casada, tem cinco filhos, dois casados e três solteiros. Todos moram com ela, que também cria uma sobrinha.

Mora em casa própria e, há 17 anos, no mesmo bairro. Seu marido está desempregado há mais de dois anos. Atualmente, arrumou uma ocupação de vender espetinhos na rua. Conta com Cristina para ajudá-lo em seus momentos de folga. Trabalha na parte de triagem da cooperativa e na operação de máquinas. Para incrementar seus rendimentos, além do trabalho na catação, Cristina é vendedora domiciliar de produtos de beleza.

Ana

Ana é educadora ambiental, tem 36 anos, mora no Jardim das Aroeiras há 14 anos, em casa própria, com dois filhos e o companheiro. Nasceu em Conceição do Araguaia, cidade do Pará, distante 1205 km de Goiânia. Morava com os pais, ambos lavradores, na fazenda, e, aos 17 anos, veio para Goiânia, para estudar e trabalhar.

Ela terminou um curso técnico de enfermagem e está fazendo especialização em instrumentação cirúrgica. Seu marido é taxista e, segundo Ana, está passando por dificuldades

na profissão, com baixo volume de clientes, além de grandes despesas com o carro, que é muito velho.

Paula

Paula é catadora, tem 43 anos, mora no Jardim Dom Fernando II, em casa própria. Nasceu no norte de Goiás, em Porangatu. Seu pai morreu quando era pequena, e sua mãe casou-se novamente e a criou juntamente com seu padrasto.

Tem dois filhos, que moram com a avó, e atualmente está vivendo com um companheiro. Paula sofreu um derrame cerebral há pouco tempo. É estudante, faz o terceiro ano do segundo grau numa escola próxima a sua casa, à noite.

João

João é catador de material reciclável, tem 47 anos, nasceu em Goiânia, mas morava no campo juntamente com seus pais, que eram lavradores. É casado, tem quatro filhos e um neto, todos moram com ele. Sua esposa é passadeira. Trabalha no caminhão da cooperativa na coleta de material reciclável.

Arthur

É catador de material reciclável, tem 52 anos, nasceu em Inhumas, interior de Goiás. Há 18 anos está em Goiânia. Mora em casa própria, com a esposa e os três filhos. Coursou até a quarta série e parou de estudar em consequência de problemas na vista. Trabalha na triagem.

Cooperativa 2 - G2

A cooperativa 2 foi fundada em julho de 2004, com forma e natureza jurídica próprias e, conforme seu estatuto social, é uma cooperativa singular, constituída por catadores e separadores de resíduos sólidos recicláveis, residentes no município de Goiânia e entorno.

Conforme entrevistas com alguns funcionários da Comurg,²⁷ a cooperativa 2 inicialmente iria funcionar como um ponto de entrega voluntária (PEV). De acordo com um

²⁷ A maior parte dos dados da cooperativa 2 foram conseguidos a partir de entrevistas com funcionários da Companhia de Urbanização de Goiânia (Comurg). Não havia registros escritos sobre a cooperativa 2 à época da pesquisa.

funcionário graduado da limpeza urbana da Comurg, no edital de concorrência n ° 01/99 da Comurg, estabelecia-se que a empresa licitante vencedora desse edital deveria “estimular a coleta seletiva implantando 10 (dez) pontos de recepção de acordo com a Comurg” (anexo).

De acordo com esse funcionário, o primeiro PEV foi montado em um supermercado de grande movimentação no município de Goiânia. Foi colocado um contêiner de plástico, com informações impressas sobre material reciclável. O objetivo era incentivar a entrega voluntária de latas, plásticos, entre outros tipos de material. Contudo, segundo esse funcionário, não era esse o modelo que o então prefeito da cidade queria adotar à época. O problema, segundo uma funcionária da limpeza urbana, é que “no contrato (edital) só constava o nome PEV, ponto de entrega voluntária para coleta seletiva, não estava escrito como seria esse ponto, se seria uma barraquinha, se seria uma cooperativa, quem estaria trabalhando nele” . Ainda segundo ela, a Comurg e a empresa vencedora da licitação do edital n ° 01/99, denominada Qualix, entraram em um acordo e definiram qual seria o modelo a ser construído: um galpão de 400 metros quadrados e área para administração.

Segundo essa funcionária:

Na época o projeto ficou caríssimo, aí em cima de tanta discussão foi para duzentos metros e fez aquele lá que tem cem metros. Você chega lá, você vê que é pequeno, muito pequeno, mas ou era esse de cem metros ou não entrava em negociação e não ia sair nada. A construção daquele PEV saiu por setenta mil reais. Caríssimo, né. A Qualix, ela não depois de construído esse primeiro nós fizemos o levantamento para construí o terceiro, o quarto, o quinto, só que ela ficou enrolando a gente para não ter esse gasto. E outra, que em dois pontos não é interessante para ela, uma porque ela tem esse gasto que é um gasto alto e outra porque o lucro dela é em cima do que é coletado e os catadores vão tirar das ruas então o que eles vão arrecadar vai ser inferior. Agora, como está encerrando o mandato e eles tem que cumprir esse contrato eles estão querendo colocar uns coletores grandes e dizer que aquilo é um PEV.

No modelo que acordaram, a prefeitura disponibilizou o terreno, os equipamentos e a infra-estrutura de recursos humanos e a empresa Qualix construiu as instalações.

A escolha do bairro Vera Cruz I foi, segundo o funcionário graduado e a funcionária da Comurg, em virtude de já existir um trabalho de coleta seletiva no bairro, iniciado pela paróquia da Igreja Católica da região. Dessa forma, segundo a funcionária da limpeza urbana:

A idéia de se implantar no bairro Vera Cruz I surgiu do local, lá já existia um trabalho que havia sido iniciado lá com os vicentinos então a comunidade já estava mais, é era uma comunidade mais fácil da gente iniciar esse trabalho porque eles já conviviam com isso e,

como é uma região carente tem um grande número de catadores, aí nós unimos as duas coisas, a existência do trabalho que já tinha lá há algum tempo e o número de catadores.

Além da estrutura física, a prefeitura também ofereceu o curso de formação para os catadores, a fim de familiarizá-los com os princípios cooperativistas. Os futuros cooperados eram os próprios catadores, que já realizavam um trabalho de catação no bairro e nas proximidades.

Foi realizada uma eleição de acordo com o estatuto social da cooperativa, para que fossem escolhidos o presidente e os demais membros da diretoria. Segundo a funcionária, a eleição do presidente foi quase uma unanimidade. Isso porque, conforme ela:

O Sr. Joaquim tem um espírito muito dinâmico, empreendedor né, e os demais catadores viram isso, foi quase unanimidade que ele seria o presidente, porque ele tem o espírito de corre de um lado, corre de outro, conversa, então ele é bem empreendedor.

Segundo o estatuto social, poderiam ingressar na cooperativa 2 pessoas físicas ou jurídicas interessadas em promover os objetivos sociais da cooperativa. A administração da cooperativa é composta pelos seguintes postos:

- Presidência;
- Diretoria Executiva
- Conselho Fiscal.

Segundo o estatuto, o cooperado não tem salário e sim retiradas mensais, que são efetuadas mediante hora trabalhada. As atividades diárias da cooperativa 2 poderiam ser descritas sumariamente como:

- coleta de material seco em bairros da cidade de Goiânia;
- triagem do material coletado na cooperativa;
- prensagem do material não utilizado na linha de produção interna para repasse a outras usinas recicladoras;
- comercialização dos produtos resultantes das atividades realizadas pela cooperativa.

À época da realização da pesquisa, a cooperativa 2 não era registrada na OCB.

Caracterização dos participantes da cooperativa 2

Joaquim

Joaquim é catador de lixo desde adolescente, tem 32 anos e é casado. Sua esposa também é catadora. Têm uma filha, moram próximo à cooperativa 2, em uma chácara de sua propriedade. Ele é o presidente da cooperativa. Seus ganhos, além da catação, são oriundos da criação de porcos que mantém em sua chácara.

Lúcia

Lúcia já foi merendeira, doméstica, vendedora e hoje é catadora de material reciclável. Tem 54 anos, mora no Vera Cruz I, um bairro segundo ela, muito perigoso. Veio de Santa Terezinha de Goiás, há dez anos trazer uma avó que estava doente. Mora de favor em uma casa com a mãe, de 75 anos, um filho que tem problemas de saúde e mais um neto que cria. Fez até a quinta série e parou de estudar. Trabalha catando material reciclável na rua às segundas, às quartas e aos sábados e nos outros dias trabalha na triagem.

Marga

Catadora de material reciclável, tem 26 anos e mora sozinha no fundo da casa da irmã, no Conjunto Maysa. É solteira, não estuda e cursou até a segunda série primária. Seu pai já faleceu e sua mãe é muito doente. Trabalha catando material reciclável na rua às segundas, às quartas e aos sábados e nos outros dias trabalha na triagem.

José

José trabalha na catação há dois meses. Tem 18 anos, mora com a sogra, a esposa e os dois filhos, em uma casa de aluguel. Nasceu em Goiânia, estudou até a oitava série e há dois anos parou de estudar. Não é cooperado e sim funcionário da cooperativa. Sua mãe também trabalha na cooperativa, sendo também funcionária. Trabalha na prensa e esporadicamente sai para catar material reciclável nas ruas.

Maura

Maura tem 42 anos, e estava há três semanas trabalhando como catadora na cooperativa. Veio de Cotegipa, uma cidade do interior da Bahia. Não é cooperada nem funcionária, e tampouco sabia definir sua situação na cooperativa. Trabalha na triagem.

CAPÍTULO IV

1 – Análise e discussão de resultados

Os resultados apresentados neste trabalho estão estruturados em diversas teorias discutidas nos capítulos 1 e 2. Os resultados serão expostos, em um primeiro momento, em um quadro com a caracterização dos entrevistados e posteriormente em gráficos originados das entrevistas, metodologicamente construídos conforme a descrição detalhada no capítulo sobre método. Serão exibidos os gráficos dos dois grupos intitulados G1 (cooperativa 1) e G2 (cooperativa 2), totalizando 32 gráficos, seguidos das análises dos resultados encontrados.

O formulário para a entrevista dos participantes foi composto por 42 perguntas. Como as perguntas eram abertas, algumas delas não geraram gráficos, entretanto foram acrescentadas às análises.

As entrevistas serão apresentadas na seguinte seqüência: G1 (feitas com os participantes da cooperativa 1) e G2 (feitas com os participantes da cooperativa 2). Com isso, objetiva-se realizar uma análise comparativa entre as respostas fornecidas pelos integrantes dos dois grupos. Algumas perguntas não possibilitaram uma análise comparativa entre as cooperativas e, nesse caso, serão apresentados somente os gráficos referentes a uma das cooperativas.

Quadro I – Caracterização dos participantes da cooperativa 1 – G1

Nome	Idade	Grau de escolaridade	Origem	Bairro	Rendimento/sobras em 2005
Cristina	49	6ª série do Ensino Fundamental	Piripiri – PI	Jardim Aroeiras	R\$ 350,00
Ana	36	Ensino Médio completo	Conceição do Araguaia – PA	Dom Fernando II	R\$ 350,00
Paula	43	3º ano do Ensino Médio incompleto	Porangatu –GO	Dom Fernando II	R\$ 350,00
João	47	2ª série do Ensino Fundamental	Goiânia – GO	Dom Fernando II	R\$ 350,00
Arthur	52	4ª série do Ensino Fundamental	Inhumas – GO	Jardim Aroeiras	R\$ 350,00

Fonte: dados coletados pela autora

Quadro II – Caracterização dos Participantes da Cooperativa 2 – G2

Nome	Idade	Grau de escolaridade	Origem	Bairro	Rendimento/sobras em 2005
Joaquim	32	2ª série do Ensino Fundamental	Goiânia - GO	Vera Cruz I	Não revelou
Lúcia	54	5ª série do Ensino Fundamental	Santa Terezinha de Goiás - GO	Vera Cruz I	R\$ 500,00
Marga	26	2ª série do Ensino Fundamental	Goiânia - GO	Conjunto Maysa	R\$ 400,00
José	18	8ª série do Ensino Fundamental	Goiânia - GO	Bairro da Vitória	R\$ 260,00 [salário mínimo à época da pesquisa]
Maura	42	4ª série do Ensino Fundamental	Cotegipe - BA	Jardim Real	Não soube dizer

Fonte: dados coletados pela autora

Nos **quadros I e II**, verificou-se uma predominância de participantes com idades entre 30 a 60 anos. Portanto, a população pesquisada é formada, principalmente, por pessoas adultas. Embora nas cooperativas que compõem o universo dessa pesquisa, não tenha sido identificado nenhum menor de idade, os dados do Unicef (apud Freitas 2005), no entanto, demonstram que é significativo o número de crianças e adolescentes que trabalham na catação. Também alguns pesquisadores, entre eles Silva (2002), Dias (2002), Freitas (2005) e Viana

(2000), demonstraram em suas pesquisas dados significativos que constataam a existência de um elevado número de crianças no trabalho de catação de material reciclável.

Em contrapartida, com relação aos idosos, os dados encontrados nesta pesquisa estão em consonância com os estudos de Silva (2002), que indicam ser um número pequeno de idosos atuando nessa atividade. Isso ocorre em grande parte porque, para a atividade de catação, há a necessidade de um grande esforço físico por parte daqueles que nela atuam.

Freitas (2005), Magera (2003), Porto et al. (2004) e Miura (2004) na mesma linha de Silva (2002), observam que a condução dos “carrinhos” pelos catadores, pela carga que carregam, demanda um enorme esforço físico. Esse esforço muitas vezes exige uma força quase sobre-humana. Magera (2003) esclarece que os carrinhos puxados pelos catadores chegam a pesar até 200 quilos e são puxados como verdadeiros “burros sem²⁸ rabo”, em longas distâncias. Além disso, ressalta Miura (2004), os catadores são expostos a todas as variações climáticas. Esses fatores, segundo Porto et al. (2004) podem provocar dores corporais, fadiga, problemas osteoarticulares e à hipertensão.

Assim, pode-se concluir que as condições de trabalho da catação de material reciclável inibem a presença de idosos nessa atividade.

Ainda com relação à idade, no relato dos participantes ela é sentida como um grande obstáculo para que possam ser aceitos em um outro tipo de trabalho. Esse fato é constatado por Antunes (2003), que relata que o mundo do trabalho vem sofrendo mutações importantes, dentre elas, o processo de exclusão dos trabalhadores considerados “velhos” pelo capital.

Segundo ele,

[...] aqueles com cerca de 40 anos ou mais, uma vez excluídos do trabalho dificilmente conseguem se requalificar para o reingresso. Ampliam os contingentes do chamado trabalho informal, além de aumentar ainda mais os bolsões do exército industrial de reservas. (Antunes, 2003, p.112)

Confirmando essa situação, o mercado de trabalho brasileiro favorece o recrutamento de adultos jovens. Os trechos dos depoimentos dos participantes desta pesquisa a seguir ilustram a afirmação de Antunes:

²⁸ Expressão utilizada pelos catadores para denominarem o carrinho.

Por enquanto a gente tem uns convênio de supermercado aqui, então a gente vai ficá quieto, mas serviço, se a gente procura, pela minha idade é difícil achar, então eu fico quieto aqui não perco, acho melhor. (João)

Já pensei em conseguir uma vaga na área de telefonia, mas, às vezes, eu acho que eu tô velha pra conseguir, tô com 43 anos. (Paula)

Assim, o trabalho de catação de material reciclável representa, para uma determinada camada da população, uma alternativa importante de sobrevivência. Para ingressar nessa atividade, são ignorados critérios como a idade. Segundo a exposição de Silva (2002), o próprio tipo de trabalho dificulta a atuação de pessoas idosas, mas a idade não se configura uma exclusão para o ingresso nessa área, o que se considera é apenas a disposição física para ela.

Na época da pesquisa, alguns participantes haviam começado a trabalhar com o lixo havia apenas um mês. O mais antigo na profissão já estava na ocupação por mais de 15 anos.

Quanto à origem, a maior parte dos entrevistados, conforme os quadros I e II, veio de cidades do interior do país, situadas em zonas rurais, localidades muito pequenas, com menos de 30 mil habitantes.

O deslocamento dos participantes de suas cidades se deve a diversos fatores, entretanto, predominaram aqueles derivados do desemprego, de condições precárias de vida e, por conseguinte, da expectativa de conseguir melhores condições de vida e/ ou emprego. A escolha por Goiânia foi motivada por informações de conterrâneos, conhecimento prévio da cidade, existência de parentes residindo na cidade, entre outros fatores.

Quanto à escolaridade, os **quadros I e II** indicam que os participantes da pesquisa têm um baixo nível de escolaridade e muitos deles não completaram o Ensino Fundamental. Vale salientar que os participantes do G1 têm um nível de escolaridade mais elevado do que os participantes do G2. Isso ocorre, muito provavelmente, porque os participantes do G1 são constantemente incentivados a estudar, além de participar de diversos cursos promovidos pela OCB Goiânia e demais entidades que ministram cursos na área de reciclagem. Também contribui para o maior grau de escolaridade de seus integrantes o fato dessa cooperativa buscar seguir os princípios cooperativistas que, dentre eles, estabelece, segundo Bueno et al. (2003), o

fomento do ensino em todos os graus. Também os participantes do G1 comparecem em encontros e eventos nacionais de catadores de material reciclável.

A baixa escolaridade entre os catadores já havia sido observada por Silva (2002), Magera (2003), Freitas (2005) e Porto et al. (2004), os quais em seus estudos com catadores, afirmaram que o nível de escolaridade predominante era o Ensino Fundamental incompleto. Esse dado está em consonância com a afirmação fornecida por Ireland et al. (2005), segunda a qual o Brasil entrou no século XXI com mais de 16 milhões de jovens e adultos acima de 15 anos com menos de um ano de escolaridade.

Silva (2002) e Magera (2003), em suas pesquisas, estabeleceram uma correlação entre estudo e trabalho. Para esses autores, a baixa escolaridade faz com que os catadores restrinjam o seu campo de atuação profissional, migrando para os postos que não exigem qualificação e, em consequência, de baixa remuneração.

Essa migração dos catadores em busca de trabalho que não exija qualificação é uma consequência do que Antunes (2005), Heloani (2003), Goulart e Guimarães (2002) e Marinho (2005) discutem sobre as exigências do mercado de trabalho face à reestruturação produtiva vivenciada nas últimas décadas. Segundo Goulart e Guimarães a assimilação pelas organizações de novas tecnologias de processo e de gestão passa a requerer do trabalhador competências de leitura, interpretação de textos, facilidade de comunicação entre outras competências. Consoante esses autores, na atualidade, “até mesmo tarefas próprias do chão de fábrica passaram a exigir escolaridade básica, isto é, conhecimentos próprios de, pelo menos, 8 anos de escolarização regular no Brasil” (2002, p.25).

Os participantes das cooperativas, tanto do G1 como do G2, não desconhecem essa realidade. Ao contrário, vivenciam seus resultados, ou seja, percebem com muito sofrimento que não estão aptos para atenderem às exigências do mercado. Sabem que a baixa escolaridade torna-se um empecilho para a inserção em outros tipos de trabalho e que não detêm uma mínima qualificação profissional que os habilitem a exercer outra função.

Nesta pesquisa, ficou evidenciada que a condição educacional dos participantes é fonte de sofrimento e geradora de sentimentos de desqualificação, de inferioridade, de baixa auto-estima e corrobora para a exclusão social deles, como se observa nos seguintes relatos:

Eu morava na roça né, e lá não tinha prazo para estudá, eu morava longe da cidade, agora que a gente ta precisando.... agora que a gente ta sentindo falta do estudo. Qualquer coisa

que a gente vai fazê hoje tem que ter estudo, pelo meno um estudo, pelo menos a quinta série para arrumar um serviço mais ou menos. Mas agora. (João)

Eu não tenho outra profissão, não tenho estudo, então a única opção que eu tenho é esta ou de doméstica de babá. (Maura)

Eu tinha que trabalhá em serviço leve. Serviço leve hoje precisa de leitura, e leitura é o que a gente menos tem. (Arthur)

No discurso destes participantes, pode-se perceber que eles têm a noção de que são mínimas as suas chances de ocuparem outros setores que ofereçam melhores condições de trabalho. Em seus depoimentos, está presente a percepção de processos de exclusão que limitam as “chances” sociais, restringindo o campo de atuação profissional a poucas alternativas de trabalho, dentre elas a catação de material reciclável, que possa lhes assegurar a sobrevivência.

Faz-se necessário ressaltar que, no discurso dos participantes, tanto do G1 como do G2, observa-se uma tendência à culpabilização individual pela “situação” em que se encontram, ou seja, pelo fato de estarem trabalhando com o lixo. Esse sentimento de “culpa”, segundo Borges e Yamamoto (2004), constitui reflexo do discurso da “empregabilidade”, que supõe que cada um é responsável por se tornar empregável. Complementando esse pensamento, Guareschi (1999) afirma que está em processo, na atualidade, uma verdadeira “estratégia de culpabilização”, que sutilmente se destina a legitimar a exclusão social de uma parcela da população.

Dessa forma, as pessoas são responsabilizadas por uma situação econômica adversa e injusta e são “levadas” a perceber as contingências sociais como passíveis de serem superadas, se existe para tal motivação e esforço. Assim, aqueles que “fracassam” são considerados excluídos, e, dessa forma, segundo Barros et al. (2002, p.326), “os problemas sociais não são percebidos como resultados de relações de força. [...] são naturalizados explicados por incapacidades culturais e biológicas, herdadas ou adquiridas, de se integrar e participar na competição”.

Na mesma direção, Sawaia esclarece que aquele que se encontra em uma situação de exclusão “não é uma mônada responsável por sua situação social e capaz de, por si mesmo, superá-la. É o indivíduo que sofre, porém esse sofrimento não tem a gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente” (1999, p.99).

Essa afirmação de Sawaia (1999) é evidenciada nos relatos dos participantes quando perguntados por que pararam de estudar. Em seus discursos, eles relatam a necessidade de trabalhar para ajudar em casa, a ausência de escolas perto dos locais aonde moravam e a dificuldade em compreender os conteúdos ensinados, o que aponta muito provavelmente para uma didática inoperante empregada à época dos estudos desses participantes:

É porque é. É [...] meu pai morava na cidade, lá em Piripiri. Aí, meu pai foi embora pra roça, aí ficou difícil. Naquela época não tinha, era difícil, hoje não, o povo da roça tem transporte pra ir estudá, naquele tempo não tinha, se ficasse na roça pronto, não estudava. Tinha aquelas escolinhas até a quarta série e pronto. (Cristina)

Ah eu [silêncio] estudo entrava na minha cabeça não. (João)

Não dei continuidade aos estudos porque precisava trabalha né, minha filha. (Joaquim)

Parei de estudar porque era criada na roça, no cabo da enxada.(Lúcia)

Porque eu parei mesmo. No interior trabalhava de doméstica, chegava tarde, aí não dava tempo.(Maura)

Esses relatos estão de acordo com os apontamentos de Ireland et al. (2005), de acordo com os quais as dificuldades de acesso e permanência na escola têm sido identificadas, em muitos casos, em consequência da sobrecarga de trabalho.

Assim é contraditório o que se observa nos dias de hoje, pois o mesmo trabalho que exige do trabalhador cada vez mais qualificação para poder competir no mercado de trabalho, faz com que ele abandone a escola, em função de fatores como jornada de trabalho, sobrecarga de trabalho, deslocamento, entre outras situações que dificultam aliar escolarização e trabalho.

Assim, essa análise está em consonância com o pensamento de Sawaia, segundo quem “a sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão” (1999, p.8).

Vale ressaltar que neste trabalho não se pretendeu um reducionismo da escolaridade em relação à perspectiva de emprego, pois esse reducionismo impediria uma visão do trabalho como constituinte do sujeito e corroboraria para colocar os trabalhadores na condição de meros reprodutores. Entende-se o lugar do trabalho na vida das pessoas como o lugar do ser, onde ele se realiza como produtor de si mesmo e produtor de cultura.

É interessante salientar ainda que, embora apresentem baixa escolaridade, os participantes desta pesquisa demonstraram que procuram investir na educação dos filhos, afirmando inclusive, que não desejam que eles trabalhem na atividade de catação.

Em relação ao bairro onde residem, os quadros I e II demonstram que tanto os cooperados do G1 quanto os cooperados do G2 moram próximos às respectivas cooperativas. Esse fato é apontado pelos cooperados como um fator positivo, pois, segundo eles, diferentemente dos outros trabalhos que exerciam, agora não precisam acordar muito cedo. Eles também almoçam em suas próprias residências e economizam com o meio de transporte.

A cooperativa assim é que a gente é abriu perto de casa, então parece que a gente sentiu assim que ela lá perto de casa, não precisa pagar passagem, come comida quentinha na hora. Quando a gente trabaia fora, as vezes a gente, a firma não dá o almoço pra gente que trabaia na obra, então a gente tem que levá de casa pra esquentá, e eu tenho poblema de gastrite, só comida esquentada ataca. Então eu ficava mais passando mal no serviço que coisado assim porque muitas firmas não dava o almoço, tem que levá de casa. Eu tô me sentindo melhor porque ta perto de casa, comida quentinha, eu vou em casa, almoço e volto pro serviço porque é duas horas de quilo né. Dá pra almoçá e voltá porque é pertinho. (João)

De acordo com o Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de Goiânia (2004),²⁹ os bairros em que os cooperados residem se encontram entre aqueles identificados em situação de exclusão social. Conforme esse mapa, os domicílios desses bairros são precariamente servidos por água, coleta de esgoto e coleta de lixo. Ainda segundo o mapa, os bairros onde residem os participantes foram identificados entre os piores no índice de escolaridade e longevidade da população adulta, indicadores escolhidos para avaliar o desenvolvimento humano. O Jardim das Aroeiras destacou-se com o mais baixo índice relativo de população adulta não alfabetizada, *locus* de residência de alguns participantes do G1.

Quanto à remuneração, as cooperativas têm natureza jurídica própria e características que a diferenciam da empresa mercantil, contando, portanto, com uma forma peculiar de remunerar. Bueno et al. (2003) esclarecem que a cooperativa é uma sociedade de pessoas e não de capital, seu objetivo principal não é o lucro, e a remuneração é feita com a distribuição

²⁹ O Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade Goiânia-2003 é uma metodologia de análise geo-espacial de dados e produção de índices intra-urbanos sobre a exclusão/inclusão social e a discrepância territorial da qualidade de vida, com base no Censo 2000. Foi elaborado pela Prefeitura Municipal de Goiânia, sob a coordenação da Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário (Fumdec) e da Companhia de Processamento de Dados do Município de Goiânia (Comdata), com a participação de outros órgãos municipais, estaduais e federais (Mapa da Exclusão/Inclusão Social, 2004).

das sobras, baseadas na produção de cada cooperado e não por quotas-parte. Isto significa que a distribuição das sobras se faz em função da participação dos cooperados nas operações da cooperativa.

Assim, os cooperados, segundo a regulamentação das cooperativas, não são remunerados com salários, e sim com retiradas mensais, denominadas sobra ou rateio. Essa retirada é calculada diminuindo-se do dinheiro arrecadado no mês as despesas e investimentos que a cooperativa realizou, e os valores que sobram são divididos entre os cooperados. Dessa forma, os cooperados retiram valores iguais entre si, e diferentes a cada mês.

Comparando os quadros I e II, observa-se uma assimetria na distribuição das sobras. A forma como os cooperados do G1 recebem as sobras indica a autenticidade dessa cooperativa, em consonância com a definição de Bueno et al. (2003), configurando relações de trabalho regidas pelo sistema cooperativo, segundo se observa neste trecho de entrevista:

Aqui na cooperativa a gente não tem uma renda fixa porque aqui a gente depende da produção, mas tá em torno de 350 reais. Por aí. (Ana)

Bem aqui na cooperativa eu tô ganhando 350. (Paula)

Os depoimentos de Ana e Paula permitem verificar que, quanto ao item sobras, os participantes desse grupo recebem uma remuneração de acordo com os princípios cooperativistas.

Já os cooperados do G2 revelaram em suas respostas às entrevistas receber valores diferentes, segundo o relato de alguns dos participantes:

Eu já tirei atéeee quinhentos e oitent... é ..quatrocentos e oitenta e cinco. Dá pra tirar trabaiando na feira da Lua à noite. Trabaiando do jeito que nós coleta, nós tira. Porque nós só sabe o horário de saída pra coleta, pra chegá não tem horário. (Lúcia)

Eu não ganho aqui por mês não né, é cooperado. Na faixa de uns trezentos a quatrocentos reais. (Marga)

Duzentos e sessenta reais, o salário mínimo. (José)

Eu [risos]? Aqui, por enquanto? Você fala daqui? Eu não sei, duzentos e sessenta que ele falou que ia pagar nós. (Maura)

Esses discursos representam remunerações diferentes, o que sugere que a cooperativa 2 estabelece relações de trabalho diferenciadas entre seus cooperados, com diferentes vínculos trabalhistas, contrariando a regulamentação das cooperativas. Sobre isso Misi (2000) esclarece que os cooperados mantêm entre si vínculos societários sem vínculos de subordinação jurídica, o que caracterizaria contrato de trabalho. A autora enfatiza que o cooperado é sócio da cooperativa e não empregado.

Entretanto, o que se encontrou no G2 foram cooperados, empregados e uma participante, Maura, que à época da pesquisa não sabia qual era o seu vínculo com a cooperativa. Conforme o relato dos participantes:

Sou funcionário. (José)

Não sei. (Maura)

Então, a partir da análise de seus discursos, pode-se concluir que a cooperativa 2 tem indicativos de atuar de forma contrária a que Misi (2000), Bueno et al. (2003) e Piccinini et al. (2004) afirmaram sobre a autenticidade de uma cooperativa, assemelhando-se como uma “cooperativa de fachada”. Outro dado que reforça esse indicativo é a forma com que os participantes José e Maura referem-se ao presidente, denominando-o de patrão.

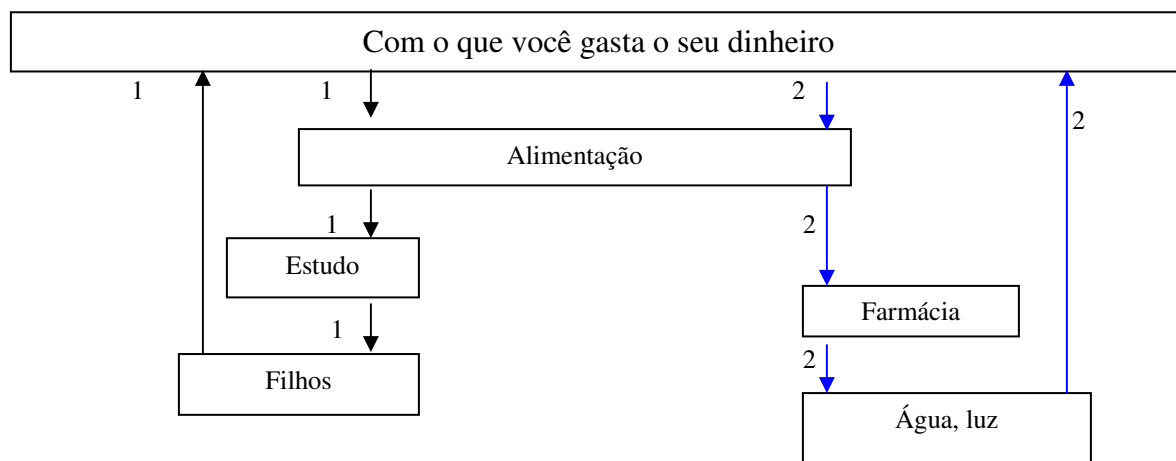
Também foi verificado no quadro II nesse mesmo item o fato de o presidente da cooperativa não relatar seus ganhos. Segundo seu discurso:

Ah eu não posso falar não menina! Isso aí é fria [risos]. Meio salário mínimo. Vamô dizê que eu não trabalho por mil reais e carteira assinada. (Joaquim)

Joaquim, a quem José e Maura chamam de patrão, prefere não falar explicitamente sobre seus ganhos, mas percebe-se que é um valor bem acima dos proventos dos demais, inclusive dos cooperados do G1.

Após as análises da caracterização dos participantes, apresentar-se-ão os gráficos do discurso, conforme já informado anteriormente.

Gráfico 1– Gráfico do discurso dos cooperados quando respondem à pergunta: “Com o que você gasta o seu dinheiro?”



Diante do núcleo induzido, “Com o que você gasta o seu dinheiro?”, no gráfico 1, do discurso dos cooperados do G1 emergiu o núcleo de pensamento *alimentação*. Ligados a esse núcleo estão as unidades de significação *farmácia*, *água*, *luz*, *estudo* e *filhos*, indicando que a remuneração dos participantes destina-se a itens de necessidade básica, que visam primordialmente à garantia de sua sobrevivência e à de sua família. Entretanto, alguns participantes revelaram inclusive que os valores do rateio muitas vezes são insuficientes para fazer as despesas com a alimentação. Os seguintes trechos dos participantes ilustram essa consideração:

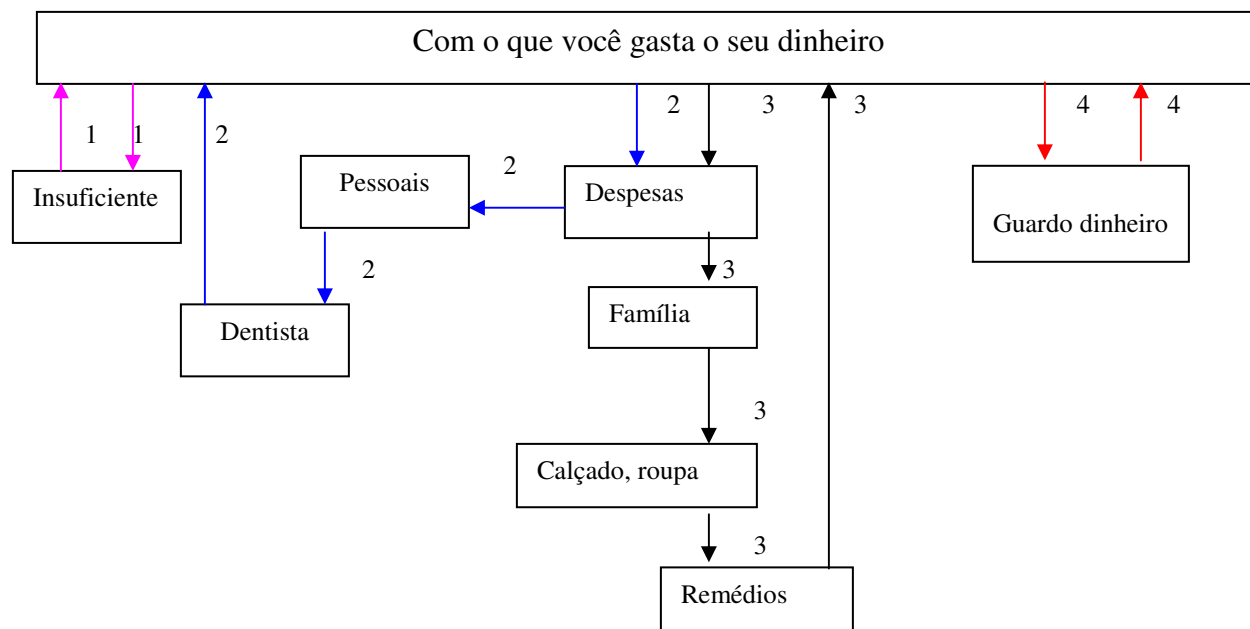
A maior parte gasto com comida mesmo, não sobra nada não. (Cristina)

Eu faço a coisa de casa mesmo, a comida mesmo. Só pra comê mesmo. Convênio, vai tudo pros convênio, supermercado, farmácia. (João)

O salário é muito pouco. Aí eu tenho que ficar jogando, joga um pouco, faz um pouco esse mês, outro mês faz outro pouco. É assim, não dá pra fazer tudo de uma vez, que é muito, pra fazer tudo isso a gente tinha que ganhar muito bem. (Paula)

Esses depoimentos indicam para a condição de miséria na qual vivem esses trabalhadores.

Gráfico 2 – Gráfico do discurso dos cooperados G2 quando respondem a pergunta: “Com o que você gasta o seu dinheiro?”



Diante do núcleo induzido, “Com o que você gasta o seu dinheiro?”, no **gráfico 2**, do discurso dos cooperados do G2 emergiram os núcleos de pensamento: *despesas*, *insuficiente e guardo dinheiro*. Observa-se, que os discursos do **gráfico 2** assemelha-se ao encontrado no **gráfico 1**, ou seja, revelam que a maior parte dos rendimentos dos participantes desta pesquisa cobre as despesas que visam garantir sua sobrevivência e relatam que, mesmo assim, esse valor é insuficiente.

O núcleo de pensamento *guardo dinheiro* configurou uma exceção aos discursos dos participantes e referiu-se ao depoimento do presidente da cooperativa 2, que relatou:

Eu? Eu junto o dinheiro, faço as despesas de casa e guardo o resto do dinheiro. [...] eu invisto o dinheiro em lote, etc. (Joaquim)

Esse discurso pode ser entendido como caracterizador de uma situação de diferença referente aos ganhos com a catação de material reciclável, entre o presidente da cooperativa 2 e os demais cooperados, confirmando os dados encontrados no item “sobras” do quadro II, analisado anteriormente.

À exceção do discurso do presidente da cooperativa 2, observa-se a precariedade das condições em que vivem os participantes desta pesquisa, denotando a situação de exploração a que estão submetidos, como se verá a seguir. Seguem alguns depoimentos que exemplificam essa questão:

Meu dinheiro? Bom eu gasto com água, energia despesa de casa [...] tem que comprá calçado, tem que comprá roupa né e o meu salário memo praticamente tem vez que não dá pro meu tem que falá a verdade né, tem vez que não dá pra comprar nem calcinha pra mim, porque eu tenho que cobrí tudo que falta em casa, tem um neto, tem que dá roupa, tem que dá roupa, tem que dá calçado. (Lúcia)

Mantimento em casa, conta, água, luz, energia. (José)

Assim, o discurso dos trabalhadores, tanto do G1 como do G2, permite verificar que a remuneração dos cooperados é insuficiente para uma garantia de vida digna, que vai além da sobrevivência, isso porque, segundo seus relatos, os valores que recebem mal cobrem as despesas relacionadas à alimentação. Dados semelhantes foram encontrados nas pesquisas com catadores de material reciclável realizadas por Porto et al. (2004), Miura (2004), Silva (2002) e Viana (2000), nas quais um número significativo de entrevistados destinava a maior parte de seu rendimento mensal à alimentação. Alguns desses autores trouxeram, inclusive, o relato de participantes que consumiam alimentos achados no lixo.

O fato de poderem comprar alimentos é fundamental e muito importante para esses participantes, pois, conforme seus relatos, sentem-se úteis, desenvolvem uma atividade que lhes proporcionam renda e conseguem se inserir como trabalhadores, contudo não é suficiente para viverem com dignidade.

Sobre isso, Miura (2004) afirma que o ganho dos catadores apenas para sobreviver é somente autoconservação e não viver de forma plena. Conforme a autora, viver é se autoconservar, mas também é se expandir. Expandir, para a autora, significa ter acesso a outras possibilidades, como educação, saúde, cultura, lazer, entre outras coisas que vão além da sobrevivência.

A ausência desses fatores indica o caráter de exclusão social a que estão submetidos esses participantes de cooperativas que trabalham com material reciclável privados do acesso a outras experiências.

É relevante destacar também que, exceto o presidente da cooperativa 2, os demais participantes relataram não pagar o INSS, porque, segundo eles, e conforme pode-se constatar pelos valores por eles recebidos, o trabalho na catação não rende o suficiente para que possam se comprometer com um pagamento regular à previdência social. Dessa forma, eles não contam com as garantias da previdência social para fins de doença, de aposentadoria por tempo de serviço ou por invalidez, por licença-maternidade, entre outras situações previstas pela previdência social brasileira.

Entretanto, paradoxalmente, o relato dos participantes de que os ganhos com a catação de material reciclável são insuficientes também aponta para o que Magera (2003), Silva (2002), Dias (2002) e Viana (2002) afirmaram sobre a cadeia produtiva da reciclagem. Segundo eles, os catadores são responsáveis pela maior parte do material reciclável no Brasil, e são integrantes de uma cadeia produtiva complexa e extremamente rentável. Contudo, segundo esses autores, a indústria recicladora auferir a maior parte dos ganhos, seguida dos atravessadores e, por último, dos catadores.

Freitas (2005) argumenta que a atuação dos catadores garante a redução de custos de todos os elementos da cadeia produtiva, pois coletam, selecionam, separam e compactam o material extraído do lixo, exercendo uma atividade informal, sem regulamentação jurídica alguma que criasse vínculos formais entre os catadores e atravessadores. Conclui Viana (2002): “a indústria de reciclagem é extremamente lucrativa e seus lucros são extraídos da exploração dos trabalhadores do lixo” (2002, p.521).

De fato, as precárias condições de vida dos catadores evidenciam o nível de exploração ocorrida na cadeia produtiva da reciclagem.

Mesmo para os catadores organizados em cooperativas, pouca coisa mudou nessa situação. Predomina o que Leal et al. (2002) evidenciaram, ou seja, a atividade de reciclagem beneficia-se da existência de uma mão-de-obra superexplorada, que lhe presta serviços a custo baixíssimo. Assim, conclui Magera:

As grandes beneficiadas de todo o processo de reciclagem de lixo no Brasil e no mundo são as indústrias, justamente por estarem altamente concentradas, representando um modelo oligopsônio, quando um reduzido número de empresas consome os materiais recicláveis e impõe as condições e os preços aos catadores e cooperativas, tornando-os reféns da exploração da economia formal sobre a informal. (2003, p.108)

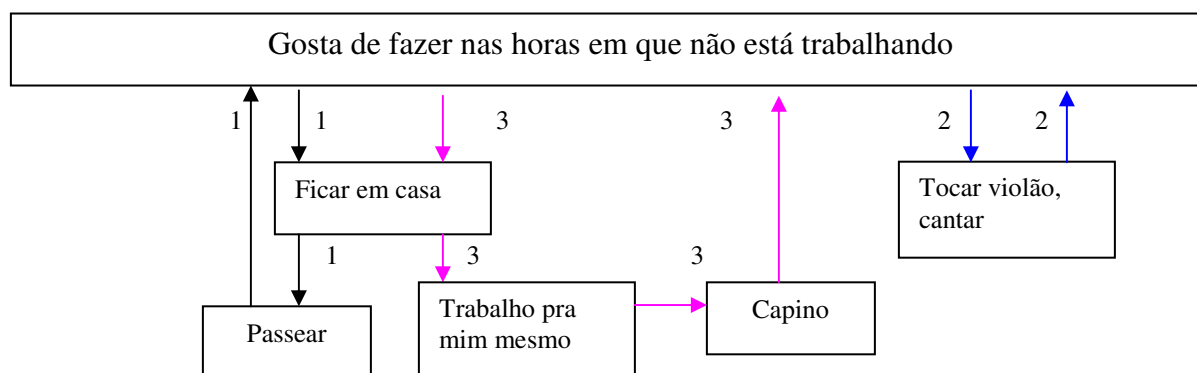
Assim, de um lado têm-se o enriquecimento das indústrias recicladoras e, de outro, a pauperização dos catadores de lixo.

Miura (2004) alerta para um ponto de reflexão: quem tem prioridade, o catador ou a coleta seletiva? Para a autora, essa é uma pergunta fundamental, pois, segundo ela, a coleta seletiva deve ser pensada em relação ao catador, deve beneficiá-lo e não prejudicá-lo, deve-se preservar o meio ambiente, mas com compromisso social. Miura afirma “se não incluí-lo, esse cidadão, já excluído do mercado de trabalho – e que, por isso mesmo, recorre à catação de lixo para suprir suas necessidade será novamente excluído” (2004, p.52).

Nesse sentido, Silva (2002) acrescenta que os programas de coleta seletiva não devem ter início antes que sejam levantadas informações sobre a catação nas ruas, pois, caso ocorra a implantação de um programa de coleta seletiva que ignore os catadores, estes automaticamente perdem sua única fonte de sobrevivência.

Por isso, este trabalho propõe uma reflexão sobre a qualidade da inclusão propiciada a esses trabalhadores pela atividade que desenvolvem, inclusão essa denominada de inclusão perversa.

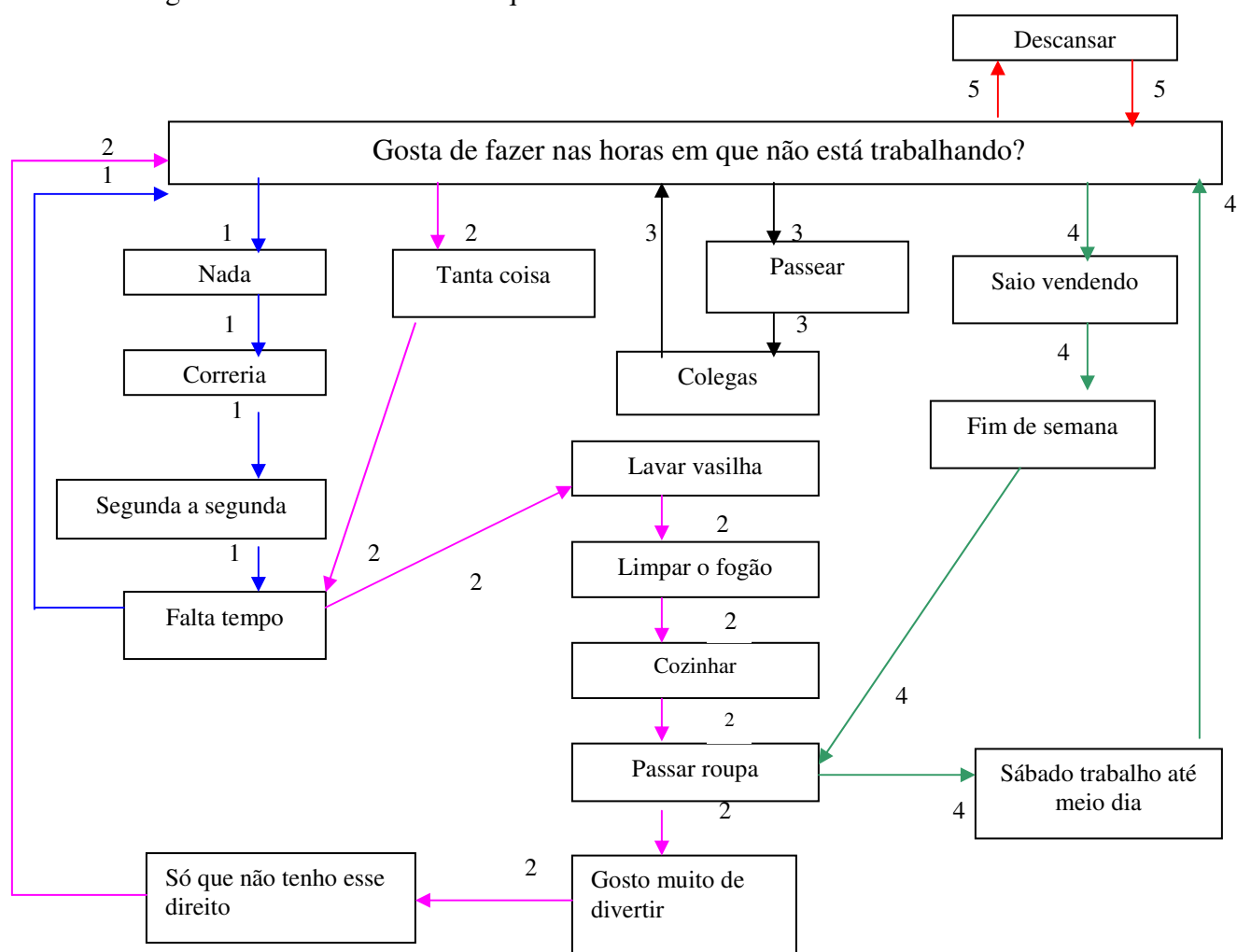
Gráfico 3 - Gráfico do discurso dos cooperados do G1 quando respondem à pergunta: “O que você gosta de fazer nas horas em que não está trabalhando?”



No **gráfico 3**, diante do núcleo induzido “O que você gosta de fazer nas horas em que não está trabalhando?”, emergiram do discurso dos cooperados do G1 dois núcleos de pensamento: *ficar em casa e tocar violão, cantar*.

Observa-se nas respostas dos participantes do G1 que os núcleos de significação compõem-se de atividades relaxantes, que possibilitam o descanso e a distração e que proporcionam integração e vivência com outras pessoas, que não sejam do ambiente de trabalho.

Gráfico 4 - Gráfico do discurso dos cooperados do G2 quando respondem a pergunta: “O que você gosta de fazer nas horas em que não está trabalhando?”



No **gráfico 4** o núcleo induzido “O que você gosta de fazer nas horas em que não está trabalhando?” fez emergirem os núcleos de pensamento *nada*, *tanta coisa*, *passar*, *saio vendendo* e *descansar*. Nota-se que, embora os núcleos de pensamento façam referência a atividades relaxantes como *não fazer nada* e *descansar*, estas ligam-se a unidades de

significação que representam afazeres domésticos como *lavar vasilhas, passar roupa, limpar fogão, falta tempo, correria*, evidenciando que, no período de descanso, esses participantes estão, em sua maioria, ocupados com atividades domésticas.

O gráfico do G1 ilustrou uma realidade diferente do G2, isso porque os cooperados do G1 relataram predominantemente momentos de lazer em suas horas vagas. Isso indica que os participantes do G1 vivenciam outras atividades que não o trabalho somente, conforme seus relatos:

Eu gosto de ler um livro, ver um bom filme ou então ir numa discoteca , dançar uma música ouvir um som [risos]. (Paula)

Saio às vezes com meu marido com meus meninos pra passear. A gente gosta de sair, viajar, de ir pra chácara a gente tem amigos que têm chácara aqui perto. (Ana)

Já o **gráfico 4** evidencia o caráter de exclusão a que estão submetidos esses cooperados, pois a exclusão, conforme salientam Sawaia (1999) e Barros et al. (2002), vai além da realidade econômica tão-somente. Os cooperados do G2 não participam de outras atividades que geram prazer e satisfação, predominando em seus relatos que os momentos de lazer são destinados a afazeres domésticos ou mesmo a continuidade do trabalho na catação. O seguinte depoimento ilustra essa afirmativa:

Ai minha fia, gostá eu gosto de tanta coisa mas não tenho tempo de fazer nada. Chego em casa correndo, vou lavá vazia, vou limpar o fogão, limpar um armário é, fazê janta, é passar uma roupa. Gosto muito dessas coisa, mas só que eu não tenho esse direito. (Tereza)

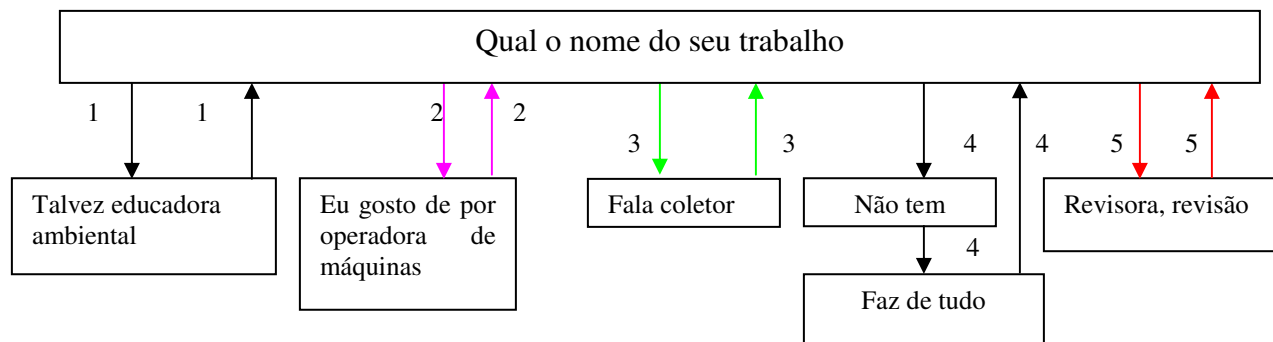
Não ter esse direito é um desabafo impregnado de sofrimento, de sentimento de inferioridade, de condição de submissão que demonstra a existência de formas diferenciadas de acesso e usufruto aos direitos sociais e civis, resultando inclusive em não ter direito a ter direitos. Tereza não se reconhece como sujeito possuidor de interesses, de desejos e de direitos.

O discurso de Tereza expressa a desigualdade social, a injustiça e a exploração. É, conforme Sawaia (1999), a expressão do sofrimento entendido como a dor, mediada pelas injustiças sociais.

Por isso, a aparente inclusão desses trabalhadores, tendo em vista que estão no mundo do trabalho, configura-se como uma inclusão perversa, que no discurso ideológico, dissimula a

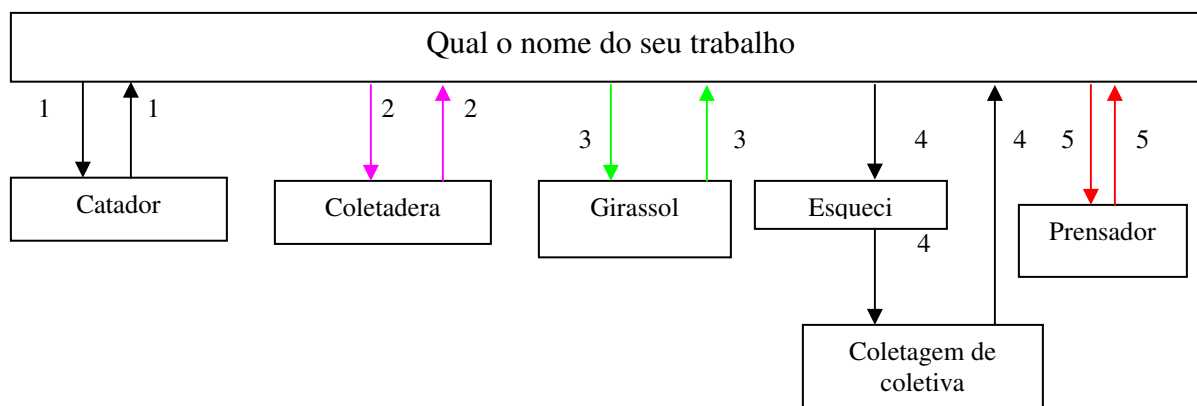
exclusão, pois o que se divulga com relação aos trabalhadores que vivem da catação é que essa atividade permite a inserção social, tendo em vista que gera trabalho e renda.

Gráfico 5 - Gráfico do discurso dos cooperados G1 quando respondem à pergunta: “Qual o nome do seu trabalho?”



No **gráfico 5**, estão os núcleos de pensamento que emergiram do discurso dos cooperados do G1 ao responder à pergunta “Qual o nome do seu trabalho?”. Os núcleos de pensamento relataram diferentes nomes: *educadora ambiental*, *operadora de máquinas*, *coletor*, *revisora* e *não tem*.

Gráfico 6 - Gráfico do discurso dos cooperados G2 quando respondem à pergunta: qual o nome do seu trabalho?



No **gráfico 6**, estão os núcleos de pensamento que emergiram do discurso dos cooperados do G1, do núcleo induzido “Qual o nome do seu trabalho?”. Assim como no

gráfico 5, os núcleos de pensamento relataram diferentes nomes: *catador*, *coletadera*, *Girassol*,³⁰ *esqueci e prensador*.

Esses relatos demonstram que a maioria dos participantes, tanto do G1 como do G2, dão nomes diferentes ao trabalho que executam, e à exceção de um participante do G2, não se intitulam como catador de material reciclável.

Alguns autores entre eles Freitas (2005), Migueles et al. (2004) e Miura (2004), salientam que aqueles que trabalham com o lixo não se identificam com esse trabalho. Ao contrário, a atividade é, para eles motivo de vergonha e expressa um processo de deterioração da identidade, causadora de grande sofrimento.

A imagem do catador é, segundo afirmação de Migueles et al. (2004), afetada negativamente por uma imagem social negativa do lixo, associado à idéia de nojo e degradação social. Dessa forma, a autora observa que, uma vez “contaminada” simbolicamente a imagem do trabalho de catador, esta afeta negativamente a formação de uma identidade profissional.

Miura (2004), nessa mesma linha de raciocínio, afirma que catar material reciclável é uma atividade considerada socialmente excludente, porque, segundo a autora, geralmente é acompanhada de rótulos negativos, preconceito e estigmas sociais que provocam, entre outros sentimentos, o de “vergonha” naqueles que a executam. Compartilhando desse pensamento, Borges et al. (2002) afirmam que algumas situações tornam o trabalho menos eficaz em sua ação de integração social. Esses autores citam como exemplo, a catação de material reciclável que, segundo eles, “são ofícios, cujo exercício, por si só, já apresenta um caráter excludente uma vez que o trabalhador é ‘contaminado’ pelos conteúdos de suas tarefas” (2002, p.329)

Vale lembrar o termo pejorativo que os catadores dão a seu carrinho. Conforme já foi dito linhas atrás, o carrinho utilizado na catação é denominado pelos catadores como “burro sem rabo”.

Dessa forma, pode-se inferir que os participantes desta pesquisa apresentam dificuldades de assumirem-se como catadores e, possivelmente, não se identificam com a profissão de catador. Isso ocorre porque existe um significado ideológico que a sociedade atribui ao catador, o qual, designa aquela pessoa incapaz, por não ter conseguido desempenhar

³⁰ Girassol é o nome fictício que a autora utilizou para denominar a cooperativa 2.

outro tipo de trabalho, por não ser bem sucedida. Segue trecho dos depoimentos dos participantes que ilustram essa questão:

O nome do meu trabalho é reciclagem, eu trabalho na reciclagem. (Lúcia)

O meu trabalho? O meu cargo? Eu, eu sou, eu também faço parte do conselho de administração. Bem talvez educadora ambiental mesmo. A gente trabalha mais em educação ambiental. (Ana)

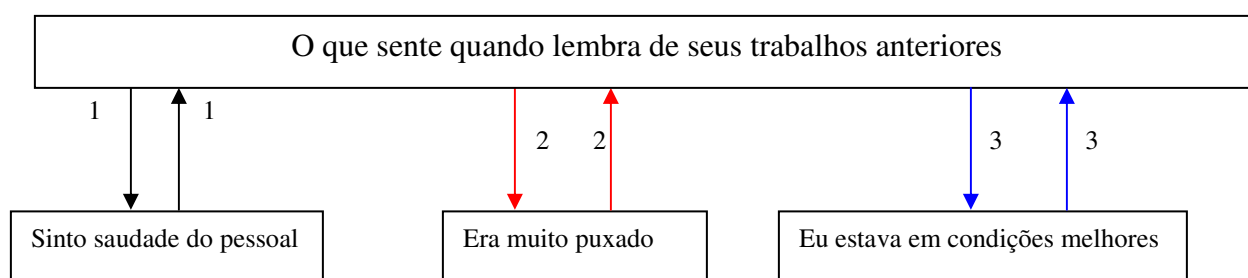
Esqueci...é esse nome aqui é coleta seletiva. (Maura)

[Risos] Girassol. (Marga)

Interessante destacar que a atividade de catador consta na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), documento que apresenta as normas e o reconhecimento da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Nela os catadores são registrados pelo número 5192-05 e sua ocupação é descrita como catador de material reciclável, que compreende: catador de ferro-velho, catador de papel e papelão, catador de sucata, catador de vasilhame, enfardador de sucata (cooperativa), separador de sucata (cooperativa) e triador de sucata (cooperativa).

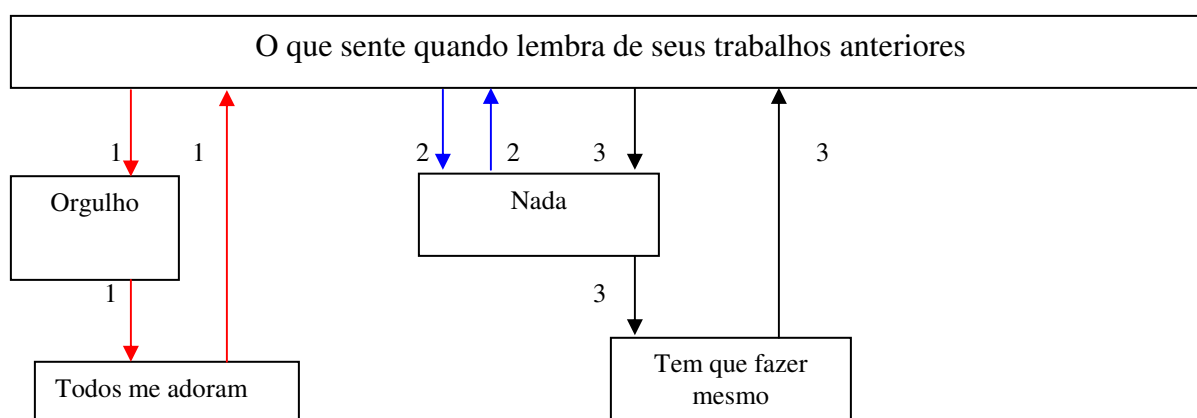
A relação que os participantes estabelecem com o trabalho na catação é dialética, pois essa atividade representa ao mesmo tempo em fonte de subsistência e fonte de sofrimento. Mesmo com a baixa identificação com essa profissão, é com a catação que sentem-se úteis e inseridos socialmente.

Gráfico 7 - Gráfico do discurso dos cooperados G1 quando respondem à pergunta: o que sente quando lembra de seus trabalhos anteriores?



O discurso dos trabalhadores produziu no **gráfico 7** três núcleos de pensamento a partir do núcleo induzido “O que sente quando lembra de seus trabalhos anteriores?”. Um relacionado à saudade dos colegas de trabalho, outro que envolve a atividade que exerciam anteriormente e o último que revela que, antes da catação, estavam em condições melhores.

Gráfico 8 - Gráfico do discurso dos cooperados G2 quando respondem à pergunta: “O que sente quando lembra de seus trabalhos anteriores?”



Já do discurso dos cooperados do G2 emergiu, do núcleo induzido “O que sente quando lembra de seus trabalhos anteriores?”, dois núcleos de pensamento: *orgulho e nada*.

Percebe-se, pelos núcleos de pensamento que emergiram dos **gráficos 7 e 8**, que os participantes do G1 e do G2 manifestaram sentimentos semelhantes. As lembranças retratam que estavam em condições melhores, em trabalhos que lhes davam orgulho e prazer.

Esses gráficos reforçam as análises encontradas nos gráficos anteriores, segundo os quais a catação ao mesmo tempo que constitui-se uma importante fonte de subsistência, muitas vezes a única para garantir a sobrevivência, também é geradora de sofrimento, pois é uma atividade excludente, realizada de forma precária e com baixos rendimentos.

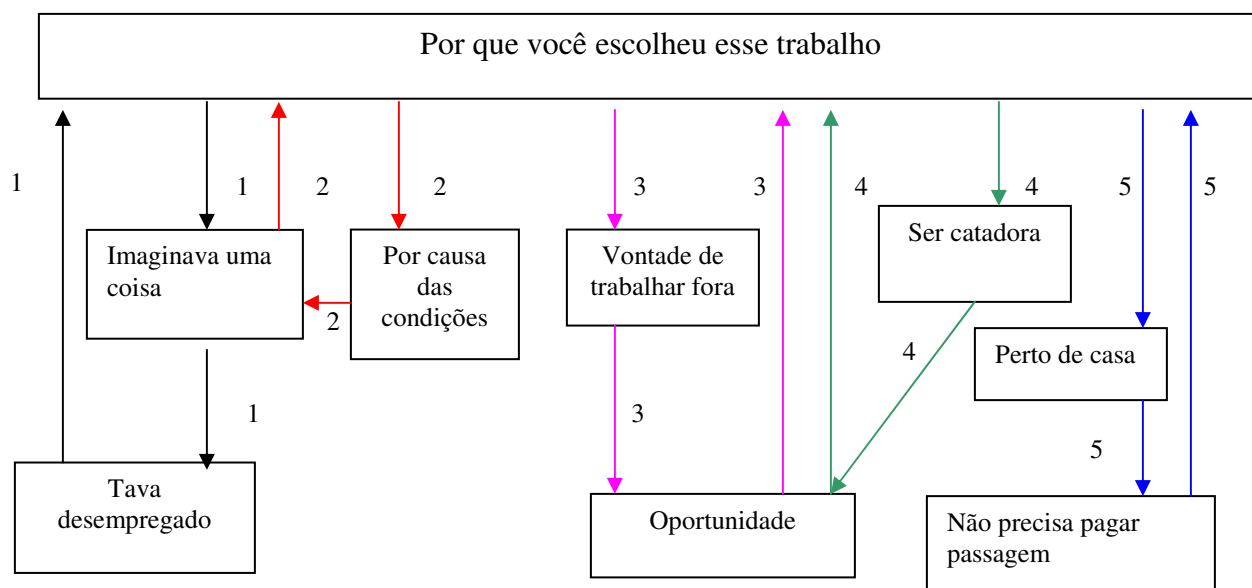
Além disso, conforme seus relatos nos trabalhos anteriores, os participantes exerciam funções que não carregavam os preconceitos e estigmas que se atribuem à catação no lixo. Mas, conforme se verá nos **gráficos 9 e 10**, a ida para a catação não é decorrente de uma

escolha, e sim conseqüência de outros fatores, entre eles a baixa escolaridade e a idade, considerada avançada para a inserção no mercado de trabalho já evidenciados nos **quadros I e II**.

II.

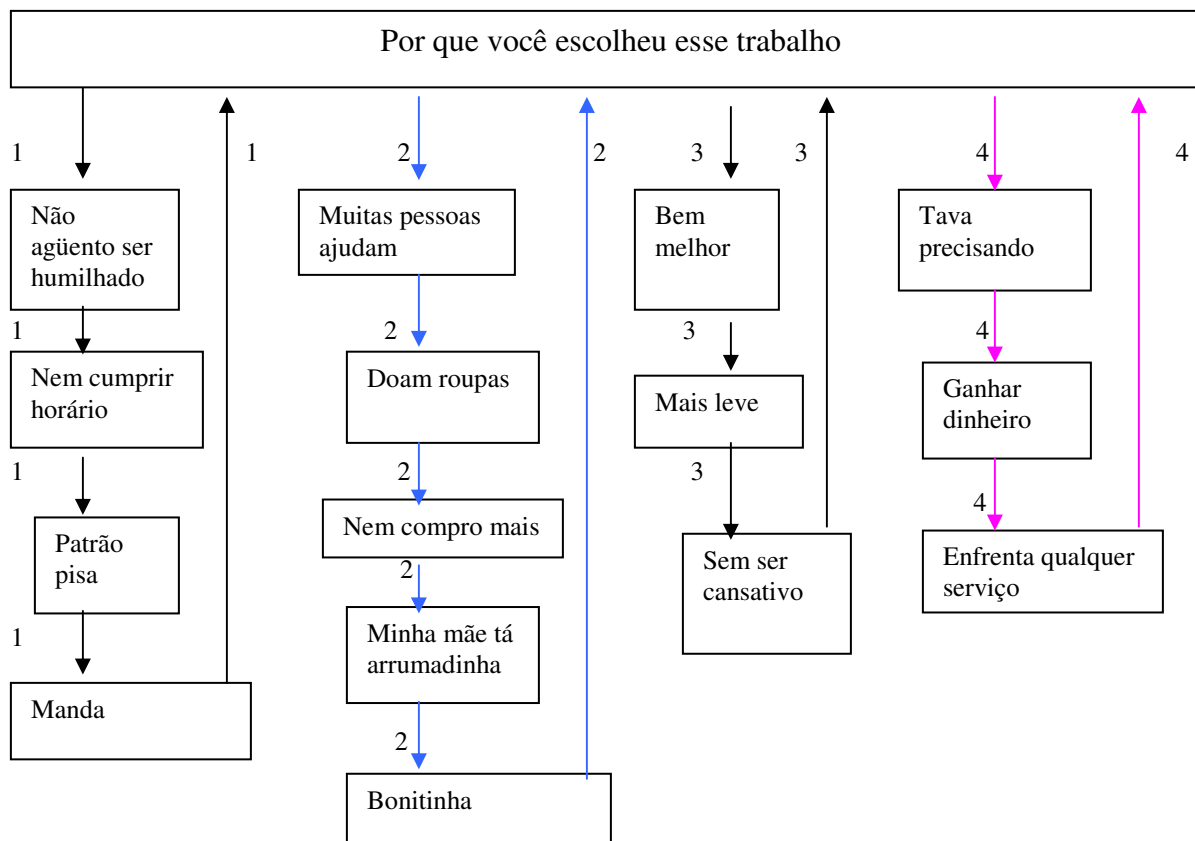
A ausência de opções faz com que eles aceitem, segundo o relato de uma participante, qualquer tipo de trabalho. Isso indica que para uma parcela da população, em condições de exclusão social, restam-lhes atividades excludentes, como a de catador de lixo.

Gráfico 9 - Gráfico do discurso dos cooperados G1 quando respondem à pergunta : “Por que você escolheu esse trabalho?”



Diante do núcleo induzido “Por que você escolheu esse trabalho?”, do discurso dos cooperados do G1 emergiram cinco núcleos de pensamento: *imaginava uma coisa, por causa das condições, trabalhar fora, ser catadora e perto de casa*.

Gráfico 10- Gráfico do discurso dos cooperados G2 quando respondem à pergunta : “Por que escolheu esse trabalho?”



Já do discurso dos cooperados do G2, diante do núcleo induzido “Por que você escolheu esse trabalho?”, emergiram os núcleos de pensamento: *não agüento ser humilhado*, *muitas pessoas ajudam*, *bem melhor* e *tava precisando*.

Tanto os cooperados do G1 como os do G2, em seus discursos, apontam para o fato de que a inserção nessa atividade foi decorrente da falta de opção e da dificuldade em conseguir um emprego, de estarem desempregados por um tempo prolongado e da necessidade de trabalhar para se sustentar.

Segundo Antunes “o aumento dos trabalhadores que vivenciam as condições de desemprego [...] é parte constitutiva crescente do desemprego estrutural” (2003, p.120). Sobre o desemprego estrutural, Frigotto (1998) e Antunes (2003) salientam que ele não mais se liga a

conjunturas, resultado de um momento de crise. Ele é fruto da acumulação flexível do capital, que gerou de acordo com Heloani (2003), Borges e Yamamoto (2004), Marinho (2005) e Antunes (1995), impactos no mundo do trabalho, como a precarização do trabalho, o desemprego estrutural, a desregulamentação dos direitos trabalhistas e a expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado e terceirizado.

Seguem alguns discursos que exemplificam essa situação:

Porque eu tava desempregada eu fiquei muito tempo parada. (Cristina)

Bem, porque agora, agora sê catadora era a oportunidade que tinha no momento. Tava muito difícil emprego, trabalho então. Você tinha que abraçar aquilo que aparecesse para você ter alguma coisa para você fazer. Ter um trabalho, ter uma renda, né. (Paula)

Ah, se eu achasse melhora, se eu conseguisse uma casa pra mim mesma de minha, eu saía pra mim zela mais da minha mãe por que ela ta muito veia né, meu filho. Pegava uma lavação de roupa assim... Uma passagem. (Lúcia)

É o que eu achei pra mim faze, foi esse. (Marga)

A atividade de catar material reciclável é uma atividade precária, tanto pelo fato de ser exercida na informalidade, o que deixa o trabalhador vulnerável no que tange à regulamentação de seus direitos trabalhistas, quanto pelas precárias condições de trabalho em que ela é exercida ou seja, os catadores se vêem submetidos à alta periculosidade, a um ambiente insalubre e não dispõem de equipamentos de proteção.

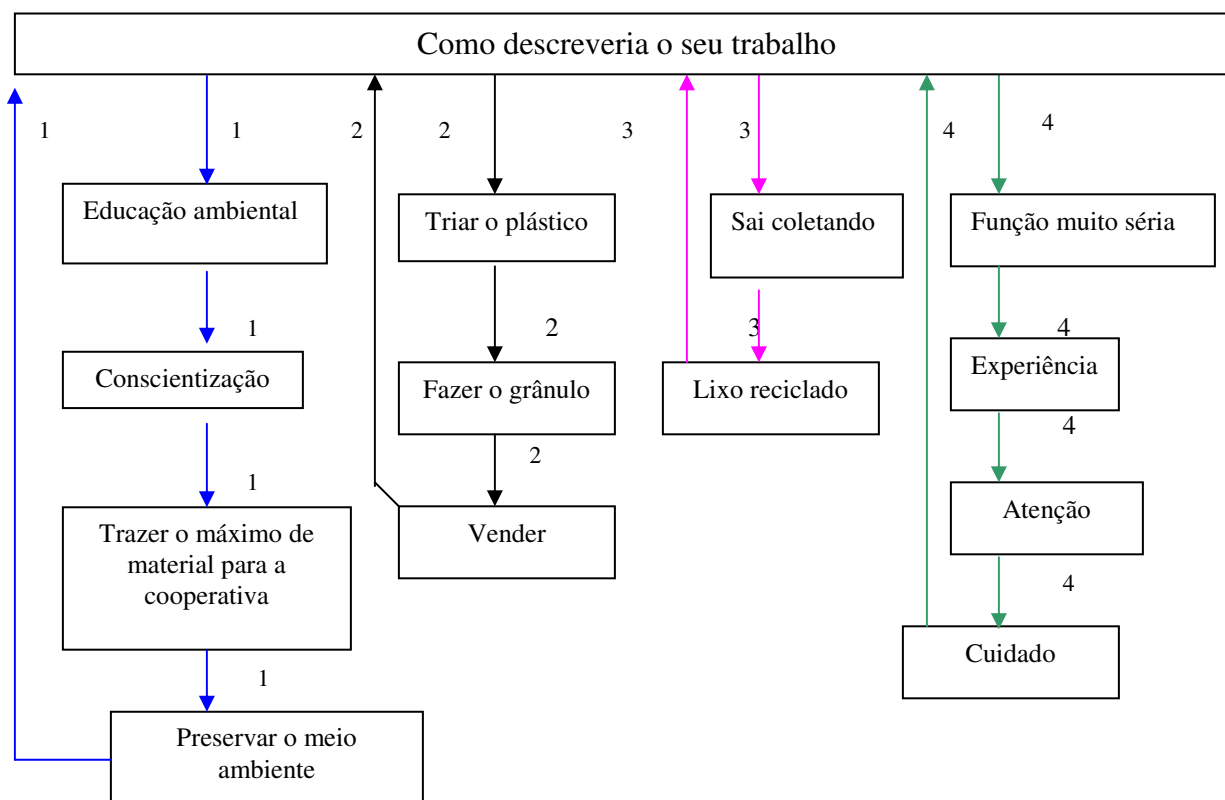
Em uma época de alto índice de desemprego, como a atual, para aqueles com baixa escolaridade e baixa qualificação profissional, as alternativas de emprego e trabalho são escassas. Assim, a situação de perda de emprego, do desemprego de longa duração, somada à baixa escolaridade e à falta de qualificação profissional, foi o motivo que levou a maioria dos participantes a trabalhar com a catação, conforme já evidenciado no **quadro II**, item escolaridade. Segue trecho de um depoimento que ilustra essa condição:

Eu também tava precisando ganhar dinheiro, então quando a gente tá precisando, a gente enfrenta qualquer trabalho [...] Eu não tenho outra profissão, não tenho estudo, então a única opção que eu tenho é esta ou de doméstica de babá. (Maura)

Percebe-se, pelo relato de Maura, que tornar-se catadora não foi uma escolha, mas representou uma necessidade.

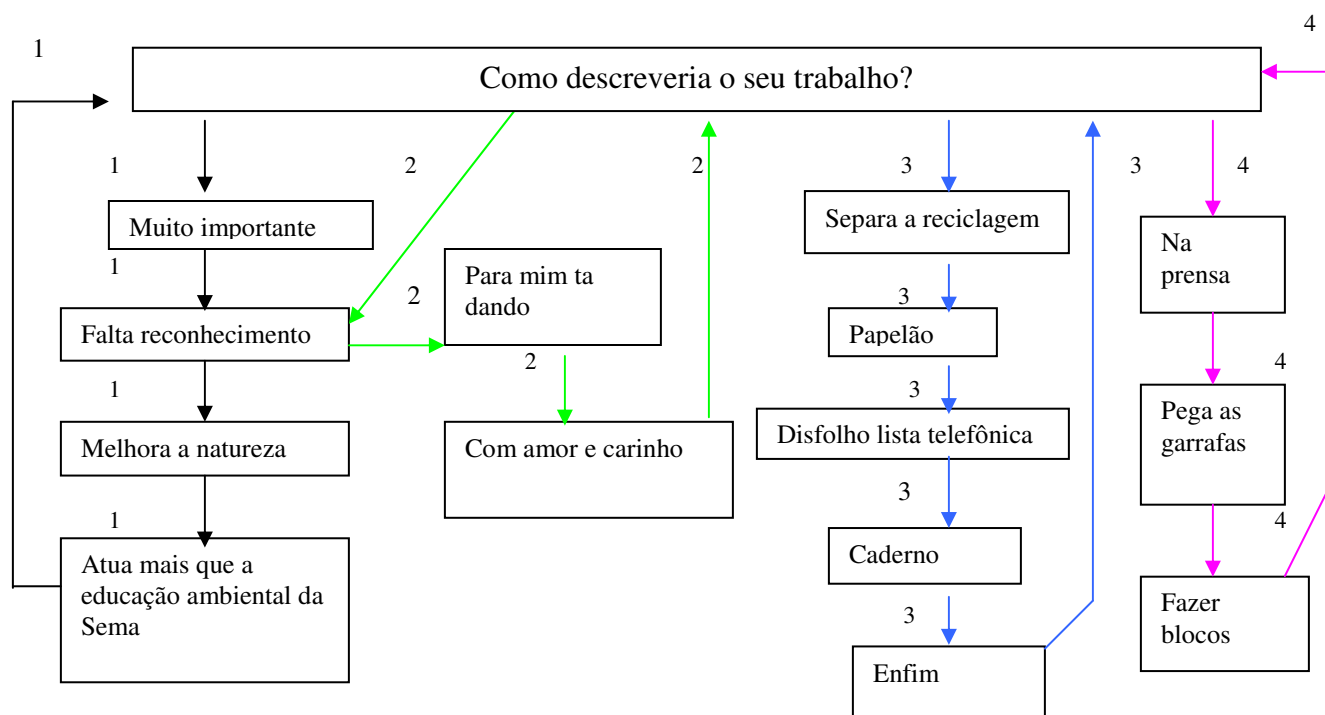
Quando a participante afirma não ter outra profissão, ela revela não contar com uma qualificação profissional. Portanto, os **gráficos 09 e 10**, reforçam a presença da exclusão social na vida desses participantes, já evidenciada na análise dos **quadros I e II** e nos gráficos **1, 2, 3 e 4**, tal situação de exclusão leva os trabalhadores para atividades extremamente precárias como a de catador de material reciclável.

Gráfico 11 Gráfico do discurso dos cooperados G1 quando respondem à pergunta: como descreveria o seu trabalho?



Diante do núcleo induzido “Como descreveria o seu trabalho?”, dos discursos dos participantes do G1 emergiram quatro núcleos de pensamento: *educação ambiental, triar o plástico, sair coletando e função muito séria*.

Gráfico 12- Gráfico do discurso dos cooperados do G2 quando respondem à pergunta: “Como descreveria o seu trabalho?”



O discurso dos participantes do G2, diante do núcleo induzido “Como descreveria o seu trabalho?”, emergiram os núcleos: *muito importante*, *separa a reciclagem* e *na prensa*.

Nestes gráficos, observa-se que tanto os sujeitos do G1 como os do G2, em seus discursos destacaram a relevância do seu trabalho para a preservação do meio ambiente. Os núcleos de pensamento *muito importante* e *função muito séria* exemplificam essa afirmação.

Segundo os relatos de Ana e Cristina, do G1, e Joaquim e José, do G2:

Então o nosso objetivo aqui é tá trazendo o máximo de material para a cooperativa e, por outro lado tem o lado da preservação do meio ambiente. A partir do momento que a gente sai pra tá conversando com o morador, o interesse não é também só pra trazer material é de tá conscientizando que a partir do momento que ele tá re-aproveitando esse material, ele vai tá evitando de tá jogando esse material na rua, tá levando pro aterro sanitário. (Ana)

Aí eu vejo a importância que tem da gente trabalhar em defesa do meio ambiente. Hoje, pode até não fazer muita falta pra mim, mas tem meus filhos, tem meus netos aí, que vão precisar disso, na época que mais precisar eu posso não tá aqui, mas tem quem precisa. (Cristina)

O meu trabalho, eu acho ele assim muito importante, apesar assim de muita gente não reconhece, nós faz muito melhor pra natureza do que muitos que ganham pra isso no meu ponto de vista. (Joaquim)

Ah, porque eu achei importante né, reciclagem é conservá mais o ambiente, e vim, achei bom, gostei tô trabalhando melhor. (José)

Ah, eu o que os outro fala não importa, o importante é que eu sei que pra mim ta dando. (Tereza)

Paula relata ainda que sua função exige uma atenção intensa, pois os catadores devem fazer uma triagem entre os diferentes itens que manuseiam, pois cada um tem um valor determinado. Conforme ela:

Você tem que pegar, separar tudo direitinho, colocar tudo, se for um misturado com o outro já atrapalha. Se for um parafuso no meio do plástico já estraga a máquina do plástico [risos] se for um pedaço de vidro já estraga também [risos] então a gente não pode deixar tem que ter muita atenção nessa hora é como fazer uma cirurgia se você não tiver cuidado e errar na hora da cirurgia o paciente morre [risos]. (Paula)

Paula compara o seu trabalho ao do médico, ou seja, eça precisa ter muita atenção para não cometer erros.

Entretanto, os depoimentos dos participantes anteriormente transcritos indicam também a falta de reconhecimento, por parte da sociedade em geral, da função desempenhada pelos catadores. E essa falta de reconhecimento estende-se aos próprios catadores, os quais, segundo Carmo (2005) e Porto et al. (2004), não se valorizam nem se reconhecem nessa profissão.

A baixa auto-estima e a falta de valorização dos catadores serão temas de discussão dos próximos gráficos. Antes de entrar nesse assunto, contudo, é importante analisar alguns aspectos da postura da sociedade em relação a esses trabalhadores.

Embora os catadores estejam inseridos em uma atividade, a reciclagem de material reciclável, que ganha cada vez mais relevância, tanto por seu aspecto ambiental como pelo econômico, paradoxalmente, o trabalho dos catadores, que é de cunho ecológico, não recebe o mesmo reconhecimento.

Alguns autores, entre eles, Silva (2002) e Lieberherr-Gardiol (1997), relacionam esse não-reconhecimento ao fato de os catadores trabalharem com o lixo. Segundo eles, os serviços

de limpeza urbana, historicamente, eram executados por pessoas marginalizadas da sociedade. Eles destacam que os significados negativos associados ao lixo são ‘dirigidos’ para aqueles que com ele trabalham ou que lhe são próximos.

Em seus estudos, Dias (2002), Silva (2002), Magera (2003), Miura (2004), Carmo (2005) e Porto et al. (2004) encontraram dado semelhante e ligaram-no a situações diversas, mas que, entretanto, convergem para uma base comum: o preconceito da população e as precárias condições em que os catadores desenvolvem esse trabalho.

Para Porto et al. (2004), a questão do lixo deve ser vista de forma integrada em suas múltiplas dimensões, abarcando uma cadeia produtiva complexa na qual o catador tem um papel a desempenhar, “papel que ainda é desvalorizado pela sociedade” (2004, p.1513). Segundo esses autores, os atravessadores, os comerciantes e as próprias indústrias de reciclagem ‘aproveitam’ dessa desvalorização para “aprofundar formas de exploração dos catadores em condições extremamente precárias e informais de trabalho e remuneração” (2004, p.1513). Eles concluem que o reconhecimento dos catadores, com base na superação dos preconceitos e estigmas que cercam sua atividade, é fundamental como ponto de partida na busca pelo reconhecimento de seus direitos sociais.

Dias chama a atenção para o fato de a desvalorização do catador estar associada ao lugar ocupado por eles no imaginário social, que, segundo a autora, é o de pobre e marginal. Segundo ela “confundidos com a matéria prima da qual eles extraem a sua sobrevivência (o lixo), a relação da sociedade com os catadores sempre esteve impregnada dos estigmas associados ao lixo e aos pobres” (2002, p.42).

Na visão de Magera (2003), a rejeição social dos catadores, fonte de grande sofrimento para estes, está ligada ao tipo de trabalho que executam, ou seja, com o contato com o lixo, sua

matéria-prima principal. Em uma linha de raciocínio semelhante, Carmo (2005) argumenta que, sendo a catação de material reciclável, na visão dos catadores, uma tarefa que carece de reconhecimento por parte da sociedade, a inexistência desse reconhecimento dar-se-ia em virtude “das características amorfas do lixo e dos significados atribuídos ao mesmo (semântica negativa)” (2005, p.14).

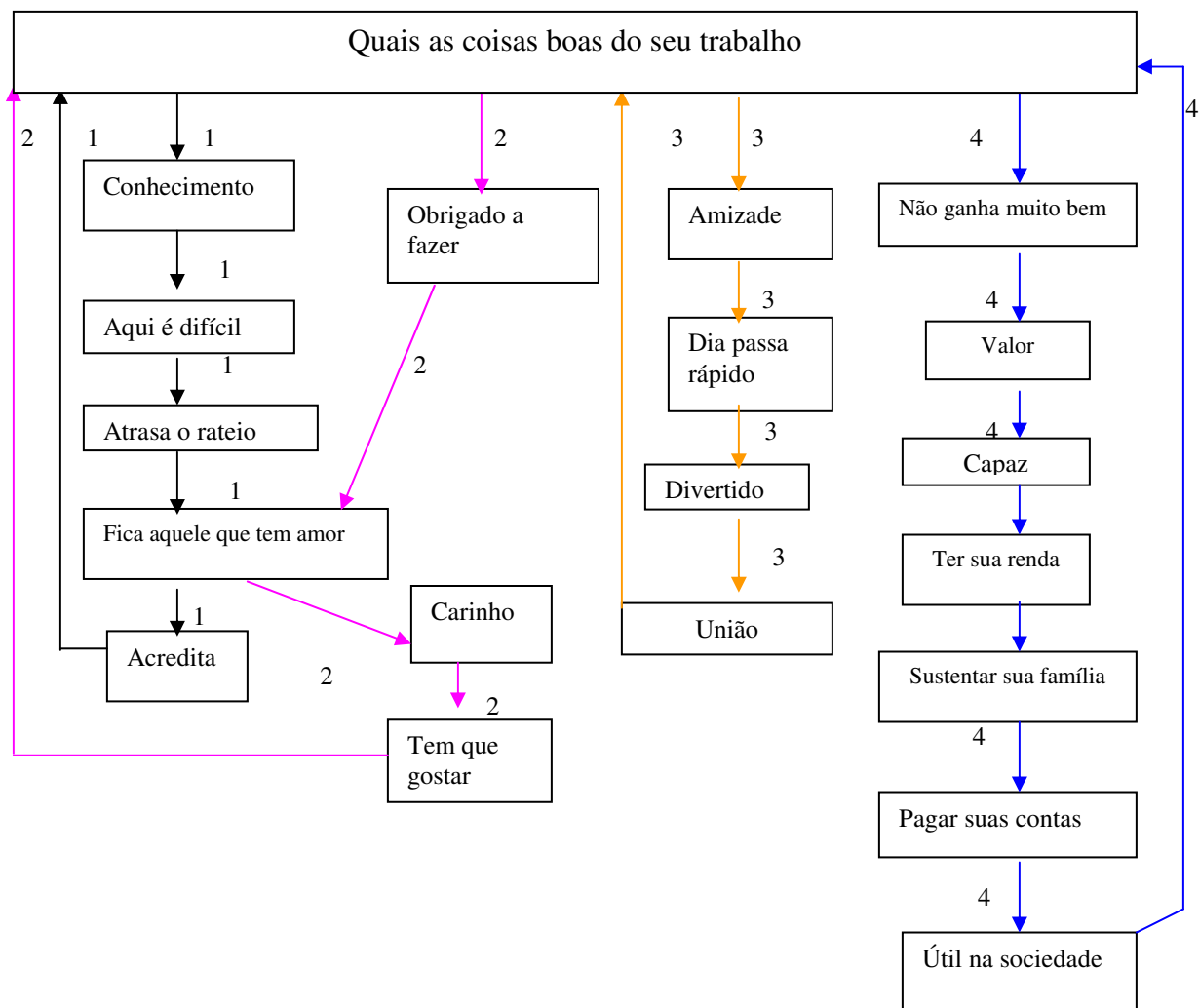
Por outro lado, Carmo (2005) acrescenta que a mudança recente de perspectiva da sociedade em relação ao lixo, que passou a ser tratado como algo que tem valor, despertando o interesse de outros segmentos, contribuiu para alterar o seu significado, o que, segundo a autora, reflete de alguma forma no modo de trabalhar do catador, pois interfere positivamente na construção da imagem que este faz de si.

Contudo, Carmo (2005) ressalta que essa modificação em curso em torno da semântica do lixo não necessariamente representa mudanças nas condições de trabalho dos catadores ou seu reconhecimento social perante a sociedade. Segundo a autora, “pelo contrário, o lixo, ao ser considerado como valor, aqui, patenteia-se como uma ameaça e não como algo benéfico”.

Essa ameaça é confirmada pelo IPT (2003, p.23), que esclarece que os ganhos econômicos proporcionados pelos processos de reciclagem têm atraído o interesse de empresários com maior qualificação e capital, inclusive nas operações até então exclusivas dos catadores – coleta, triagem e classificação.

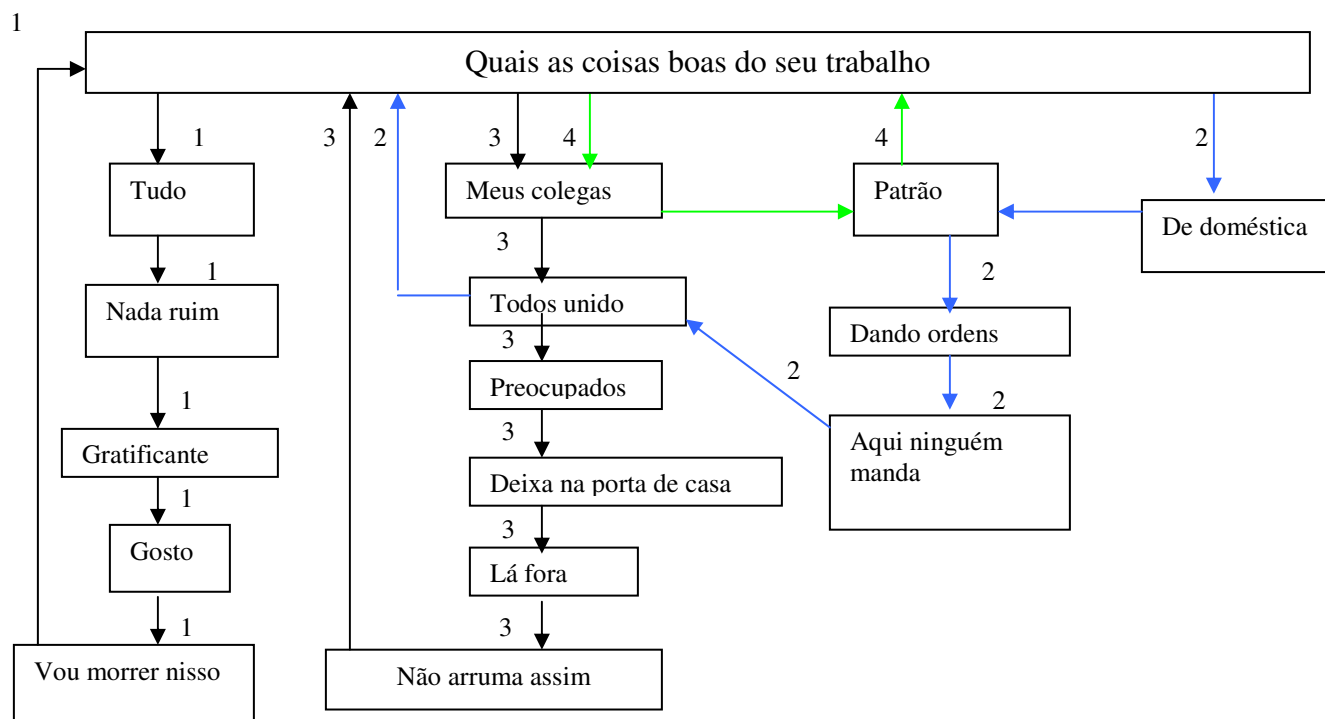
Portanto, percebe-se que essa situação pode resultar em um estreitamento de espaço para o desenvolvimento das atividades dos catadores e, dessa forma, em mais uma exclusão social.

Gráfico 13- Gráfico do discurso dos cooperados do G1 quando respondem à pergunta: “Quais as coisas boas do seu trabalho?”



Diante do núcleo induzido “Quais as coisas boas do seu trabalho?”, emergiram do G1 quatro núcleos de pensamento: *amizade*, *obrigação*, *conhecimento* e *não ganha muito bem*.

Gráfico 14- Gráfico do discurso dos cooperados do G2 quando respondem à pergunta: “Quais as coisas boas do seu trabalho?”



Já do discurso dos participantes do G2, diante do núcleo induzido “Quais as coisas boas do seu trabalho?”, emergiram os núcleos de pensamento *tudo*, *meus colegas* e *patrão*.

Percebe-se que tanto os participantes do G1 como os do G2 indicaram como fatores positivos do trabalho o relacionamento entre os colegas, o estilo de gestão das cooperativas, que eles entendem ser diferente do que é praticado “lá fora”, e o fato de estarem trabalhando, sentindo-se úteis à sociedade.

Esse relato dos participantes está em consonância com que Barros et. al (2002) afirma sobre a importância do trabalho como fator de realização pessoal, como construtor de identidade, revelando tratar-se de uma esfera importante para a auto-realização e o fortalecimento da auto-estima nas pessoas. Segue trecho do discurso dos trabalhadores que revelam essa afirmação:

Coisa boa é trabaiá com os amigo, assim pra gente vê o dia passá, o dia passa rápido. Trabaiá divertindo com os amigo, eu acho bão, união com todo mundo, né. (João)

O trabalho na catação surge como fonte de prazer e alegria. É relevante destacar que o trabalho na cooperativa é relatado como diferente dos trabalhos anteriores, pois, segundo os participantes a amizade, a união com os colegas, os cuidados uns com os outros e o fato de não terem patrão são questões valorizadas pelos participantes.

Embora perceba-se segundo as análises do item sobras, do **quadro II**, e dos **gráficos 22, 23 e 28**, que o presidente da cooperativa 2 exerça o papel de patrão, inclusive é chamado por alguns participantes com esse nome, contraditoriamente, no **gráfico 14** o fato de não ter patrão é apontado pelos participantes como um fator positivo.

Os participantes também apresentam um discurso revelador de sofrimento. Nos discursos dos participantes do G1 aparecem relatos que indicam sofrimento com relação ao trabalho cooperado, principalmente quanto ao rateio que muitas vezes chega a atrasar até três meses. Segundo o trecho do seguinte depoimento:

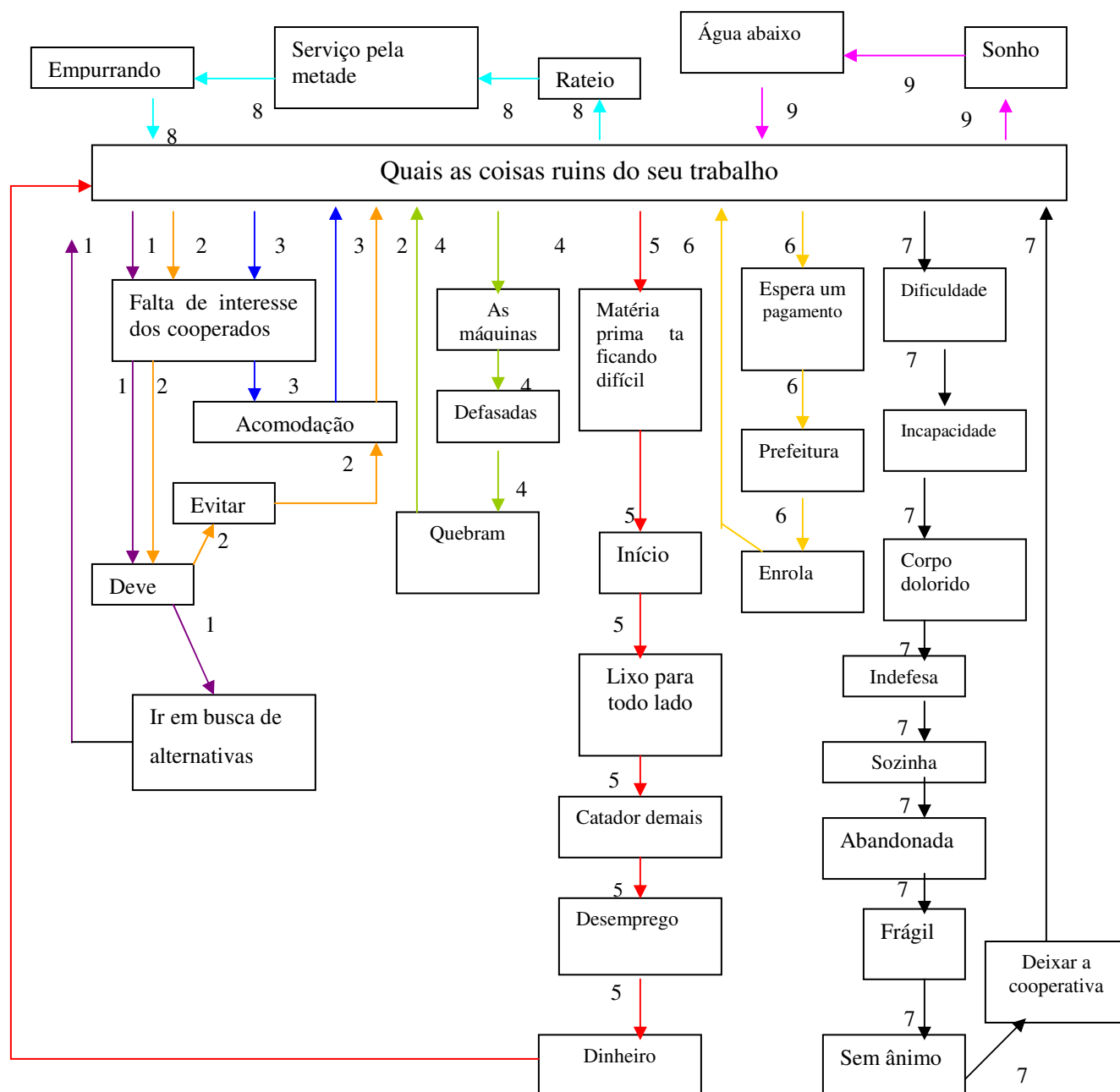
As coisas boas? As coisas boas como? O que que eu acho de bom? O conhecimento, melhor o conhecimento, porque se não fosse isso, a gente gostar mesmo do que faz, o conhecimento que a gente tem a cada dia, acho que muitos já não tava aqui. Aqueles que vem pra cá só no interesse mesmo do emprego, não fica. Porque aqui é difícil, atrasa o rateio até dois, três meses, então quem vem mesmo só atrás de um emprego não fica aqui. Fica aquela pessoa que tem amor por isso aqui, que acredita. (Ana)

Percebe-se, pelo relato de Ana, que a realização no trabalho supera o sofrimento advindo das dificuldades financeiras da cooperativa. Mesmo realizando um trabalho sem reconhecimento social, conforme os **gráficos 11 e 12**, e em situações adversas, representadas tanto pela precariedade dessa atividade como pela situação financeira das cooperativas, principalmente a do G1, sobressaiu, no discurso dos participantes o lado positivo desse trabalho, um trabalho que insere socialmente, pois faz a pessoa se sentir útil e possibilita a construção de uma identidade, não só profissional como também pessoal. É o que esse depoimento de Paula ilustra:

Bem, o que a gente usufrui mesmo do trabalho, hoje mesmo, talvez eu poderia dizer que, se a gente ganhasse bem, poderia dizer que seria a renda, mas não é, porque a gente não tá ganhando muito bem nisso. Mas é assim, é a amizade entre os colegas né, é o valor, você se sente um valor muito grande, você sente valorizada, porque você é uma pessoa capaz de trabalhar de ser independente, de ter sua renda, de sustentar sua família e pagar suas conta. Então isso é muito importante pra gente, né. A gente sente também útil na sociedade, capaz né. (Paula)

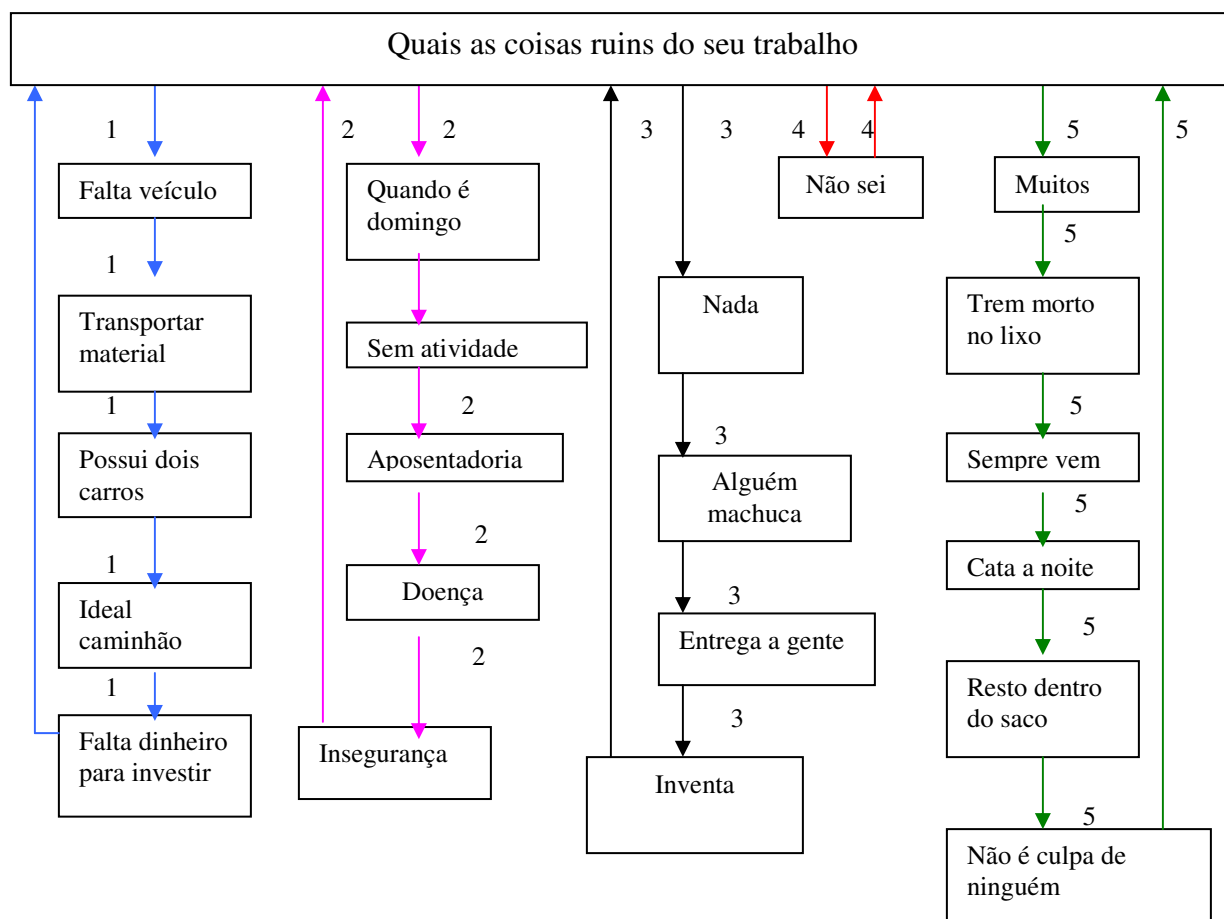
Contudo, vale ressaltar para a qualidade dessa inclusão social, que não é acompanhada por uma melhoria na qualidade de vida, na profissionalização e na qualificação profissional. E também na relação com a sociedade, que em geral, é preconceituosa e discriminadora.

Gráfico 15 Gráfico do discurso dos cooperados G1 quando respondem à pergunta: “Quais as coisas ruins do seu trabalho?”



Diante do núcleo induzido “Quais as coisas ruins do seu trabalho?” emergiram do discurso dos cooperados do G1 sete núcleos de pensamento. Desses núcleos de pensamento, tem-se aqueles relacionados às *dificuldades* vividas pelos participantes com referência a *espera do pagamento do rateio*. E ainda os núcleos de pensamento relacionados a *falta de interesse dos cooperados, matéria- prima ficando difícil, sonho e serviço pela metade*.

Gráfico 16 Gráfico do discurso dos cooperados G2 quando respondem à pergunta: quais as coisas ruins do seu trabalho?



Já no discurso dos cooperados do G2 emergiram os núcleos *não sei, muitos, falta veículo, quando é domingo*.

A análise dos **gráficos 15 e 16** demonstra a precariedade das condições de trabalho dos participantes, bem como evidencia o caráter excludente desse tipo de trabalho.

Os participantes do G1, por serem mais envolvidos com a cooperativa relataram principalmente as dificuldades relacionadas à produção como a defasagem do maquinário, a falta de matéria-prima, ou seja, a dificuldade para encontrar lixo. Inclusive comentaram sobre o aumento do número de catadores no município de Goiânia, e por fim os constantes atrasos no rateio. Essa situação, segundo os cooperados, resulta em desmotivação, desinteresse dos colegas, frustração de um sonho e falta de perspectiva futura.

Vale destacar que, segundo Cruz (2002), Donaire (1999), Valle (2000) e Barbieri (2004), com o incremento do “mercado verde”, reciclar passou a ser um negócio lucrativo. Assim, a valorização do lixo por diversos segmentos, patenteia-se, segundo Carmo (2005), como uma “ameaça” à atividade desenvolvida pelos catadores, que percebem a diminuição do material reciclável do lixo domiciliar. Esse trecho ilustra essa situação:

No início era tão fácil, era lixo pra todo lado que a gente fosse. Hoje já tá difícil, tem catador demais mesmo. (Cristina)

Além da diminuição de matéria-prima, os cooperados do G1 trabalham com um maquinário defasado. Segundo Cruz (2002), utilizam uma tecnologia simples, porém de alto custo, na qual o consumo de energia elétrica e o custo de manutenção são elevados. Isso acarreta na utilização dos recursos financeiros na manutenção dos maquinários e conseqüentemente, resulta em diminuição das sobras, conforme elucidada um participante:

As vez o dinheiro que podia ser aplicado no rateio pra turma tem que estabelecê numa máquina. (Arthur)

Essa situação da cooperativa 1 provocou problemas financeiros e faz com que ela seja ineficiente, no sentido expresso por Gonçalves et al. (2002 a), IPT (2003) e Calderoni (2003) segundo os quais, dentre os objetivos de uma cooperativa de reciclagem de lixo, estão a superação de obstáculos que interferem no processo de negociação de material reciclável, e a possibilidade de competitividade por meio do incremento da oferta de material reciclável em um volume maior, a fim de garantir condições vantajosas na negociação de preços.

Os estudos do IPT (2003) aponta para a organização do trabalho dos catadores em cooperativas como elemento fundamental para obter melhores condições para a venda direta e, conseqüentemente, a obtenção de melhores preços. Entretanto, sem parcerias, apoio efetivo do

governo municipal, estadual e federal bem como de outras instituições privadas e não governamentais, as cooperativas de reciclagem muito provavelmente não conseguem se manter no mercado.

Magera (2003), em seus estudos com cooperativas de reciclagem do estado de São Paulo, concluiu que elas enfrentam muitas dificuldades para resolverem problemas básicos de infra-estrutura para seu crescimento. E complementa que as cooperativas são dotadas de poucos recursos (aporte de capital), devido ao fato de sua origem estar na pobreza e na marginalização de seus membros, os catadores de lixo.

Os depoimentos dos participantes do G2, revelam as dificuldades com que eles se deparam no dia-a-dia da profissão com a falta de um caminhão, para melhorar as condições de trabalho, a questão da insalubridade dessa atividade, aos perigos de acidentes, o desamparo e também a falta de perspectiva futura com relação principalmente à aposentadoria.

Segundo seus relatos:

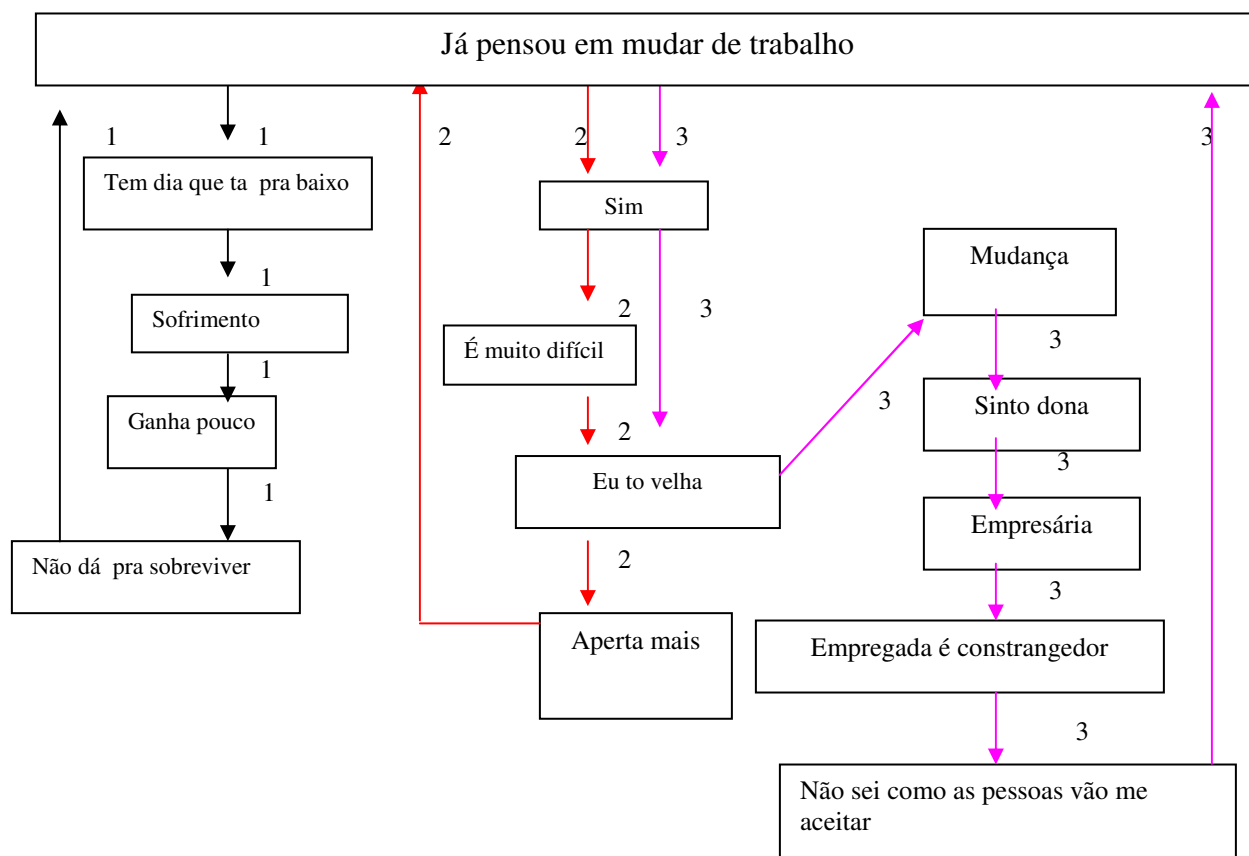
Tem muitas coisas ruins. Por exemplo, ora vem, que nem quando nós chegou aqui, no primeiro dia tinha um trem morto, um pato morto no meio do lixo, sempre vem porque tem hora que pega a noite, não vê, vem rato ta dentro do saco, não é culpa de ninguém. (Maura)

Não tem direito a nada né. Direito trabalhista, direito nenhum tem. Só o que produz e o que faz. Tenho que operá, vou ter que ficar parado, não vou ganhar nada. Aqui a gente só ganha se trabalha. (Arthur)

Esses depoimentos corroboram o que Antunes (1995) observou sobre o trabalho precário, ou seja, a realização de uma atividade sob condições insalubres, sem a garantia de direitos trabalhistas e baixa remuneração.

Essas questões, somadas às análises efetuadas anteriormente, indicam o sofrimento desses catadores e revelam a qualidade da inclusão propiciada por sua atividade, ou seja, uma inclusão perversa.

Gráfico 17- Gráfico do discurso dos cooperados G1 quando respondem à pergunta: já pensou em mudar de trabalho?



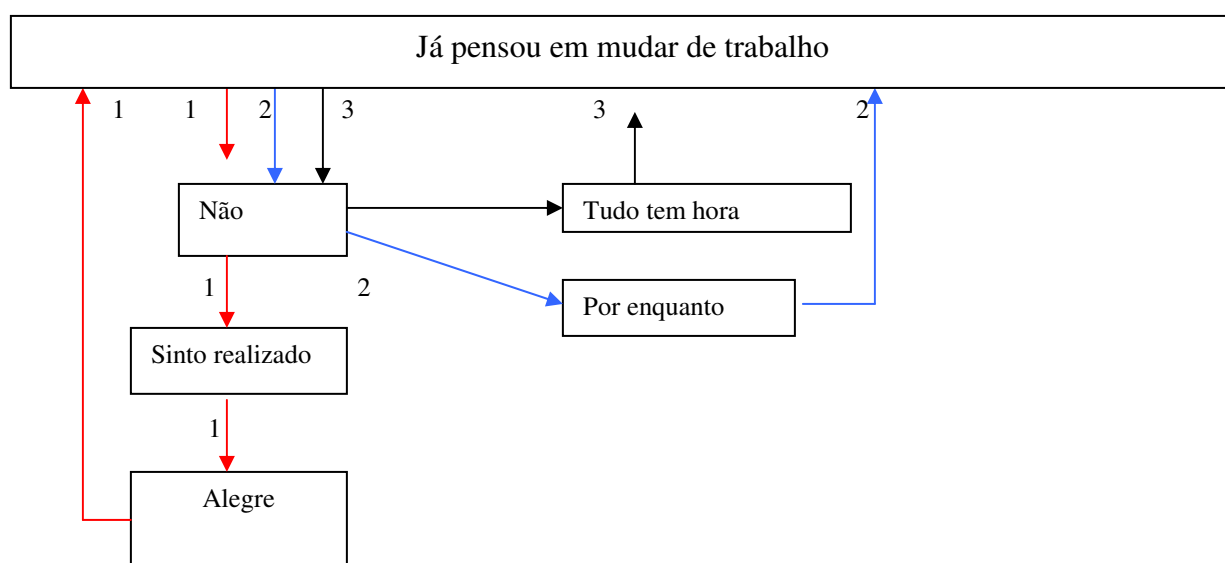
Diante do núcleo induzido “Já pensou em mudar de trabalho?” do discurso dos cooperados do G1 emergiram dois núcleos de pensamento: *sim e tem dia que tá pra baixo*.

Os núcleos de significação que ligam ao núcleo de pensamento *tem dia que tá pra baixo* referem-se aos ganhos financeiros com a catação, que, segundo seus discursos é fonte de sofrimento, pois são insuficientes para garantir a sobrevivência, conforme analisado no **gráfico 1 e 2**.

Ao núcleo de pensamento *sim*, ligam-se as unidades de significação referentes a idade, sentida como um fator limitador na procura de outra atividade segundo à análise realizada no item idade, dos **quadros I e I**.

E, por fim, aparece a unidade de significação referente ao fato de que na cooperativa são donos do próprio negócio, não são empregados.

Gráfico 18 - Gráfico do discurso dos cooperados G1 quando respondem à pergunta: “Já pensou em mudar de trabalho?”



Já com relação aos cooperados do G2, diante do núcleo induzido “Já pensou em mudar de trabalho?”, emergiu o núcleo de pensamento *não*.

Percebe-se, no gráfico 17, que os cooperados do G1 sofrem muito com a atual situação da cooperativa e relatam a condição precária em que se encontram. Já os participantes do G2 quase nada revelaram ao responderem a essa pergunta.

À exceção foi o presidente da cooperativa 2, que disse se sentir alegre e realizado com a atividade de catação, não tendo intenção alguma de mudar de atividade. O discurso dos demais participantes, tanto do G1 como do G2, revelou que eles sentem vontade de mudar de trabalho. E embora os participantes do G2 tenham relatado a princípio que não pensam em mudar de atividade, pode-se inferir que esse posicionamento advém das condições marginalizadas em que se encontram. Ou seja, conforme analisado no item idade e

escolaridade do **quadro II**, eles muito provavelmente não atendem às exigências do mercado atual, o que os leva a não se arriscar a prever qualquer possibilidade de mudança de atividade.

Nas análises do **gráfico 13** sobressaíram os aspectos positivos desse trabalho. Paradoxalmente, os discursos do **gráfico 17** indicam o fato de que esses trabalhadores continuam trabalhando na cooperativa porque sabem de suas limitações em encontrar outro tipo de trabalho e têm medo da rejeição provocada pela exclusão social. Conforme seus relatos:

Assim, eu fico assim constrangida em pensar, assim se eu for trabalhar lá fora como que eu vou aceitar, será que eu vou gostar ou não? Vou relacionar bem com as pessoas lá fora, as pessoas lá fora também vai me aceitar? (Paula)

Eu? Já pensei. Quando acontece essas coisa, por exemplo, esse negócio de pagamento, a gente pensa, fala não, a gente num arruma mais trabaio, prá idade da gente é muito difícil arrumá trabaio hoje, nem em obra a gente não acha. Tem que passa mesmo, leva do jeito que tá todo mundo aí e leva do jeito que tá indo. Ficá aqui mesmo porque eu vô caçá outro serviço vai ficá pio. Aí vai começá a apertá mais dentro de casa prá gente. Por enquanto a gente tem uns convênio de supermercado aqui, então a gente vai ficá quieto, mas serviço, se a gente procura, pela minha idade é difícil acha, então eu fico quieto aqui, não percuero, acho melhor.(João)

Saí daqui? Tem vez que eu penso assim, tem dia que a gente tá prá baixo né. Penso em coisas melhor porque seis anos não é seis dias né, entrou aqui num sonho de ganhar bem, porque a gente faz um trabalho bonito, igual a sociedade acha ,todo mundo acha bonito o nosso trabalho, mas atrás disso tem sofrimento né, a gente ganha pouco, não dá pra sobreviver, então se a gente ganhasse mais acho que,.. se tivesse um jeito assim de produzir mais, receber nas datas certas, todo mês, eu acho que não tinha coisa melhor do que trabalhar aqui. Acho que a única coisa ruim é isso. (Cristina)

O discurso de Cristina apresenta a outra face da inclusão social desses catadores. Conforme seu depoimento, o trabalho que desenvolvem é relevante para a sociedade, insere-os no mundo do trabalho. Entretanto, é executado de forma precária, com riscos à saúde, com rendimentos ínfimos, que não garantem minimamente a sobrevivência, portanto constitui também fonte de sofrimento. O sofrimento dela revela o processo de exclusão.

Sobre o aspecto psicossocial da precarização do trabalho, Dejourns (1999) afirma que o trabalhador diante das mudanças no mundo do trabalho, principalmente as geradas pela precarização ou pela ameaça da demissão, vive com medo, sentimento que resulta em uma conduta de obediência e até de submissão.

O autor observa que o trabalhador submete-se a duras jornadas de trabalho e a condições desfavoráveis, para evitar a situação da falta de trabalho. O trabalhador aliena-se e submete-se à exploração.

Sobre isso, Sawaia (1999) afirma que

É a concepção marxista sobre o papel fundamental da miséria e da servidão na sobrevivência do sistema capitalista, que constitui a idéia central da dialética exclusão/inclusão, a idéia de que a sociedade inclui o trabalhador alienando-o de seu esforço vital. Nessa concepção a exclusão perde a ingenuidade e se insere nas estratégias históricas de manutenção da ordem social, isto é, no movimento de reconstituição sem cessar de formas de desigualdade, como o processo de mercantilização das coisas e dos homens e o de concentração de riquezas, os quais se expressam nas mais diversas concentrações de riquezas, os quais se expressam nas mais diversas formas: segregação, apartheid, guerras, miséria, violência legitimada. (1999, p.108)

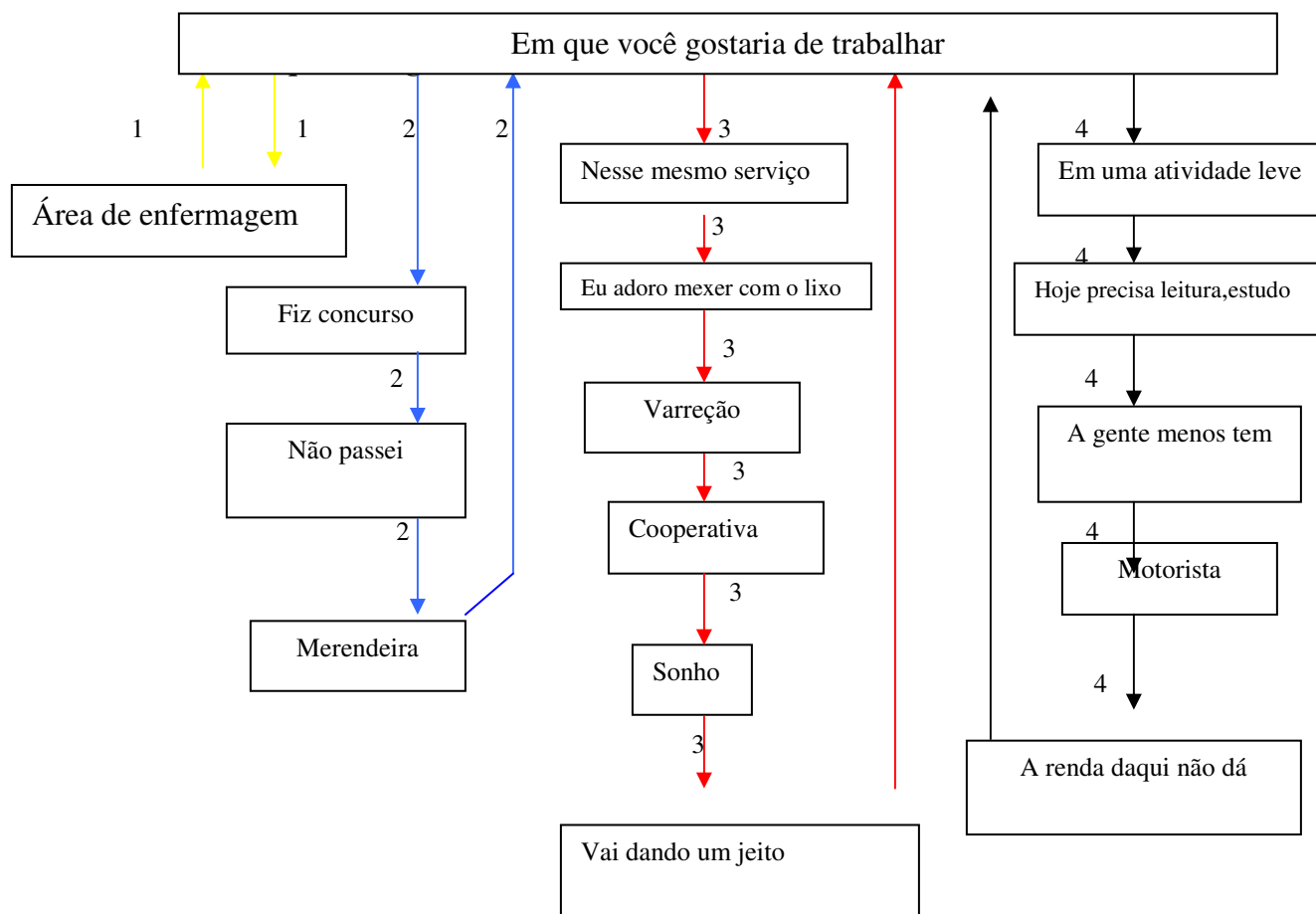
Dessa forma, o trabalhador insere-se no mundo do trabalho pela realização de uma atividade em condições precárias. Inclui-se ao ter trabalho e exclui-se pelo tipo de trabalho que desenvolve. Uma concepção não anula a outra, ao contrário, a tensão entre ambas permite conceber a exclusão social como processo dialético exclusão/inclusão e, segundo Sawaia (1999), a sua transmutação em inclusão perversa.

Entretanto, esse processo é sutil, pois não se apresenta *a priori*, uma vez que o discurso dominante de que ter um trabalho é sinônimo de inclusão social legitima a inclusão social de determinadas parcelas da população. Isso quer dizer que o trabalhador, ao mesmo tempo, é excluído pela precarização do trabalho: inclui-se o trabalhador pela exclusão de um trabalho precário e também pela desigualdade de condições e acesso ao mercado de trabalho.

Mantém-se a exclusão social, pois é um trabalho que os mantém na miséria sujeitos ao preconceito e a discriminação. Privam-nos de participar do mercado formal de trabalho, de consumo, de bem-estar, de direitos enfim na privação de itens necessários a uma vida digna.

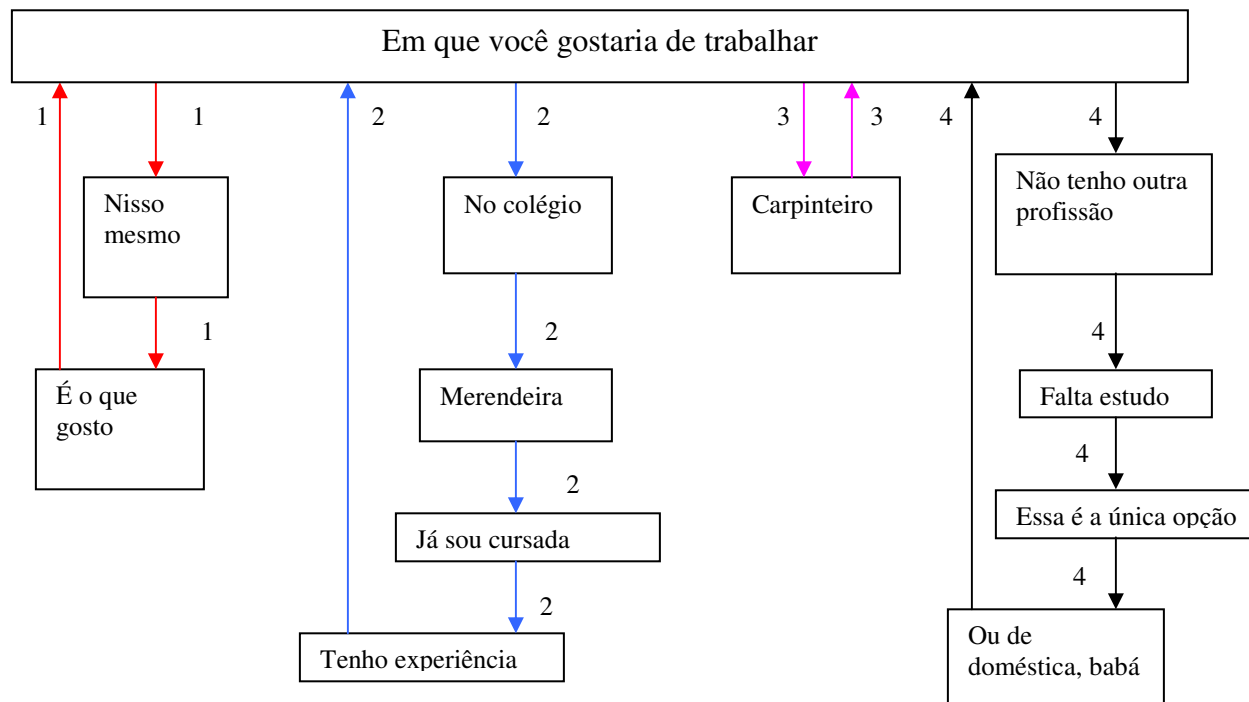
Interessante ressaltar que a noção de que o indivíduo está incluído socialmente ao ter um trabalho é legitimada pelo discurso liberal, o qual enaltece o trabalho assalariado, típico do sistema capitalista. Nesse ideário, o indivíduo que trabalha é incluído socialmente.

Gráfico 19 - Gráfico do discurso dos cooperados G1 quando respondem à pergunta: “Em que você gostaria de trabalhar?”



Diante do núcleo induzido “Em que você gostaria de trabalhar” do discurso dos cooperados do G1 emergiram quatro núcleos de pensamento: *área de enfermagem*, *nesse mesmo serviço*, *em uma atividade leve*, e *fiz concurso*.

Gráfico 20 - Gráfico do discurso dos cooperados G2 quando perguntados: Em que você gostaria de trabalhar?



Já do discurso dos cooperados do G2, diante do núcleo induzido emergiram os núcleos de pensamento: *nisso mesmo, carpinteiro, no colégio, não tenho outra profissão*.

Esses gráficos revelam duas situações: aquela em que os participantes declaram realizar um trabalho do qual gostam, sentem prazer e orgulho de trabalhar com o lixo e não expressaram desejo de mudar de profissão. E uma outra situação, oposta a esta, em que os participantes demonstram o desejo de estar em outra atividade.

No entanto, nesse último caso, os cooperados, tanto do G1 como do G2, em seus depoimentos admitem a remota possibilidade de uma mudança de atividade acontecer, pois faltam-lhe condições para ingressar em outras áreas, conforme elucidado em gráficos anteriores. A catação passa a ser a única opção para eles, segunda afirma uma participante:

Eu não tenho outra profissão, não tenho estudo então a única opção que eu tenho é esta ou de doméstica de babá. (Maura)

Gráfico 21 - Gráfico do discurso dos cooperados G1 quando respondem à pergunta: “Para qual cooperativa você trabalha?”

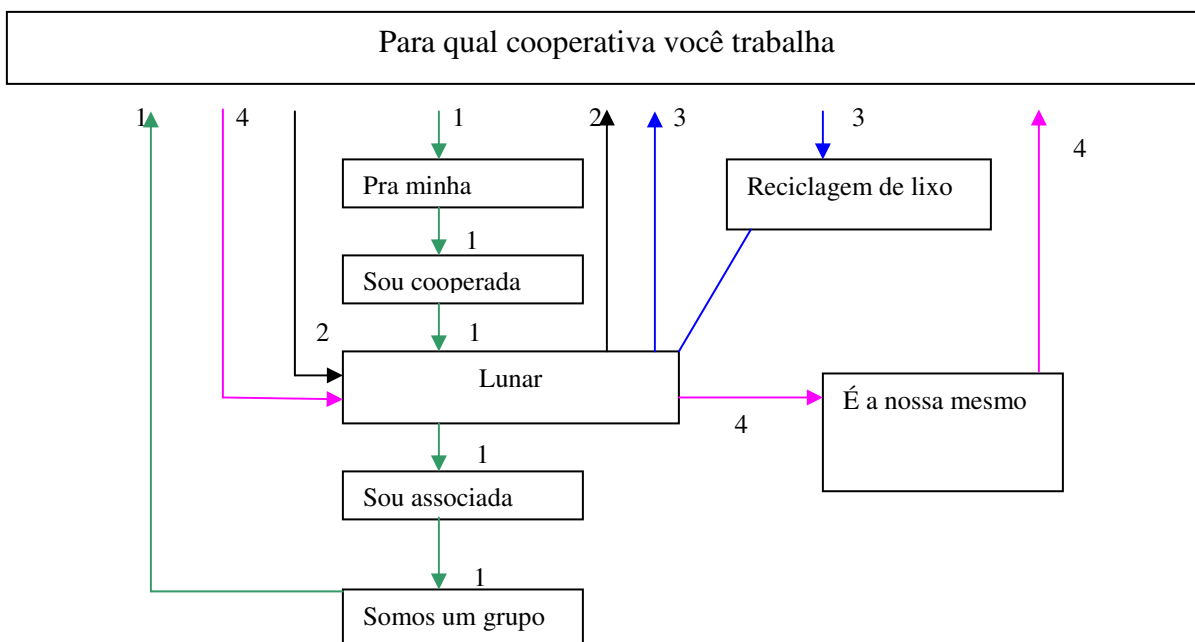


Gráfico 22 - Gráfico do discurso dos cooperados G2 quando respondem à pergunta: “Para qual cooperativa você trabalha?”



Diante do núcleo induzido “Para qual cooperativa você trabalha?”, do discurso do G1 emergiram três núcleos de pensamento: *pra minha, Lunar*³¹ e *reciclagem de lixo*. Já do discurso dos trabalhadores do G2, emergiram os núcleos de pensamento: *mudaram o nome daqui, Girassol, coleta seletiva de Goiânia*.

Os participantes do G1 demonstram a identificação com a cooperativa e o sentimento de dono, de proprietário, de sócio da cooperativa, o que pode ser verificado na resposta de Ana: “pra minha cooperativa”.

Já na fala dos trabalhadores do G2, percebe-se que alguns nem sequer conhecem o nome da cooperativa em que trabalham, revelando a desinformação desses cooperados e com relação à cooperativa a relação de trabalho vigente.

Pode-se inferir, conforme análises do **quadro II**, e do que foi apontado nos gráficos anteriores que a cooperativa do G2 não se configura como uma autêntica cooperativa tendo em vista que ela “camufla” uma subcontratação de mão-de-obra barata e precarizada, resultando no descumprimento dos princípios básicos do cooperativismo.

A relação do cooperado com o presidente da cooperativa 2 é uma relação de exploração, pois ele contrata pessoas para trabalhar, sem garantias trabalhistas, além de utilizar o nome de cooperativa para escamotear práticas ilegais de contratação de mão-de-obra.

O catador acaba se submetendo a essa exploração, pois precisa de rendimentos que lhe assegurem a sobrevivência e a de sua família. Os depoimentos dos participantes indicam que eles não tem consciência da exploração praticada pelo presidente da cooperativa, que é visto como um líder, como um patrão

É bom assim porque trabalhar de doméstica, patroa fica faz isso, faz aquilo e aqui ninguém manda, todo mundo trabalha junto.(Maura)

Saio na caravan do meu patrão.[...] Não ele sai com nós aí, cada um faiz numa rua, e põe no beg né, aqueles plástico lá grande, aí, encheu, nós volta aqui. Deixa aqui e aí eu volto pra prensa. (José)

Outro aspecto relevante é que os carrinhos utilizados na catação são do presidente. Assim, ele assemelha-se aos atravessadores, pois, além de ser o dono dos carrinhos, também controla os preços e os valores pagos ao material. Quando indagados sobre os valores pagos

³¹ Nome fictício dado à cooperativa 1.

aos produtos por eles recolhidos, os participantes da cooperativa 2, diferentemente da cooperativa 1, demonstraram desconhecer os valores do material por eles recolhidos.

Em suma, na cooperativa 2 podem-se enumerar os seguintes fatos irregulares no tocante à estrutura e gestão de uma cooperativa:

1. Existe hierarquia de comando (chefe).
2. Os cooperados não conhecem o sistema de cooperativa.
3. Os cooperados desconhecem o preço de venda dos produtos selecionados
4. Os cooperados desconhecem até mesmo a quantia de material selecionado diariamente.

Esses dados encontrados na cooperativa 2 também foram verificados em relatos de outros autores entre eles, nos estudos de Magera (2003).

Gráfico 23 - Gráfico do discurso dos cooperados G1 quando respondem à pergunta : “Como é ser um cooperado?”

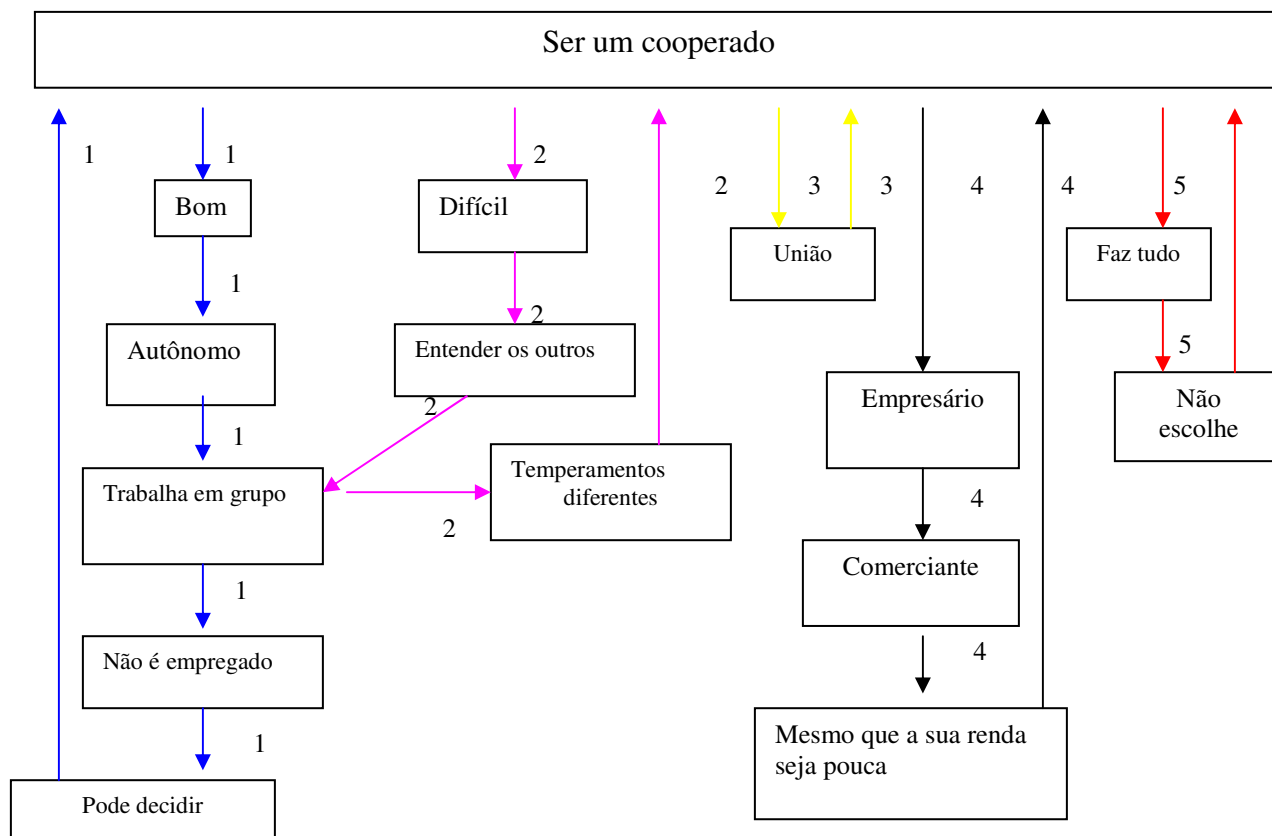
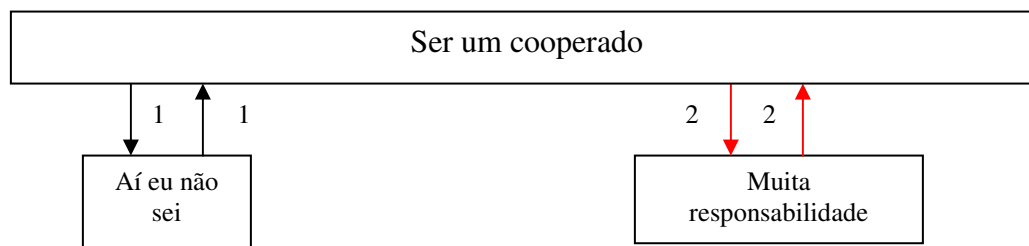


Gráfico 24 - Gráfico do discurso dos cooperados G2 quando respondem a pergunta: “Como é ser um cooperado?”



Diante do núcleo induzido “Como é ser um cooperado?”, emergiram dos discursos dos cooperados do G1 cinco núcleos de pensamento: *bom, difícil, união, empresário e faz tudo*. Já entre os cooperados do G2, emergiram os núcleos de pensamento *aí eu não sei e muita responsabilidade*.

A discrepância entre as respostas dos participantes do G1 e do G2 reforça os dados já evidenciados nos **quadros I e II** e no **gráficos 22 e 23** já analisados anteriormente, os quais indicam que denotam: os trabalhadores do G1 vivenciam experiências fundadas nos princípios cooperativistas enquanto que os trabalhadores do G2 apresentam pouco conhecimento sobre esse assunto.

Ana, do G1 ao falar de como é ser uma cooperada, expressa sua autonomia, seu poder de participação. Ela expõe o sentimento de sentir-se dono do seu próprio negócio, o prazer que tem em ser cooperada. Segundo ela:

Pra mim ser um cooperado é bom porque a gente ééé é autônomo. Ao mesmo tempo, que a gente trabalha em grupo, a gente acaba sendo autônomo, porque você não tá trabalhando de empregado, você tem autonomia de decidir né. Enfim, a gente pode tá tomando decisões, mudando alguma coisa que precisa, pra mim é isso.(Ana)

Percebe-se, no discurso dos cooperados do G1, a existência de referências de autenticidade da cooperativa. Mesmo quando o discurso do cooperado traduz a dificuldade de trabalhar em um sistema cooperativista, pelo fato de essa forma de trabalho não eliminar a precariedade do trabalho da catação, ele está impregnado de um sentimento de pertença à cooperativa, como pode-se verificar nos discursos de Cristina e Paula:

Ser cooperado é difícil, é difícil porque a gente tem que entender os outros né. Não é fácil trabalhar em grupo cada um é diferente do outro principalmente aqui. Não sei tem um temperamento cada um não quer sabe, não vê aquilo que o outro faz, só vê o que si próprio faz. E por ser, pra gente gostar assim das pessoas, a gente não gosta de falar as coisas,

machucar então a gente vai levando. E é isso eu queria que cada um entendesse mais de cooperativa mesmo, porque eu acho que a maioria aqui não entende. (Cristina)

Olha ser cooperado é a mesma coisa de ser, de ser um empresário um comerciante (risos) ser (breve silêncio) mesmo que a sua renda seja pouca mas você sente um empresário.(Paula)

Portanto, o discurso dos cooperados do G1 relata a efetiva participação deles na administração da cooperativa, uma vez que eles declaram quais declaram que se sentem de fato e de direito donos do empreendimento. Essa situação reforça a legitimidade dessa cooperativa, conforme o que estabelece Sapovicis & Souza (2002) :

As cooperativas legítimas são fiéis aos princípios cooperativistas, especialmente a gestão democrática, um dos princípios básicos do cooperativismo, que incentiva a participação de todos no estabelecimento de suas políticas e tomadas de decisão, e, com isso, legitima o movimento corporativista. (2002, p.1)

Movimento contrário ocorre no G2. Conforme já apontado em gráficos anteriores, os cooperados desse grupo declararam desconhecer os princípios cooperativistas, não se sentiam pertencentes a uma cooperativa e não se identificavam como cooperados. Pode-se concluir que a dinâmica das relações de trabalho entre os catadores do G2 não se configura como de cooperativa, tendo em vista que há o predomínio de uma gestão pautada por práticas mercantilistas.

Ao ser perguntada como se sentia como cooperada, Lúcia falou de sua preocupação com a parte legal, com os papéis que assinou:

Tem que ter muita responsabilidade pelo aquele papel que você assinou, por aqueles papel que você conseguiu até o registro, é muita responsabilidade tem que pensa muitos dias antes pra toma essa decisão. (Lúcia)

Já Marga, ao ser indagada com se sentia no papel de cooperada, respondeu:

[Longo silêncio] Aí eu não sei.

Os cooperados do G2 desconhecem os princípios cooperativistas, pois suas relações de trabalho não se configuram como uma relação de trabalho no sistema cooperativo, constatação evidenciada pelo depoimento do presidente dessa cooperativa:

Nossa, mexer com gente vou falar procê, eu prefiro mexer com mil porco do que *mexer com dez pessoas*. Gente, você fala uma coisa aqui, todo mundo concorda, você virou as costas, vai aquele bafafá. (Joaquim)

Se, para o presidente do G2, os cooperados são piores do que “porcos”, tal afirmação indica que, na cooperativa 2 as relações de trabalho não se pautam por uma gestão democrática, que incentiva a participação de todos no estabelecimento de suas políticas e tomadas de decisão, ações que legitimam o movimento cooperativista. Ao contrário, os cooperados desconhecem o funcionamento da cooperativa, não têm acesso aos valores pagos pelo material por eles recolhido e tampouco a informações gerenciais e contábeis da cooperativa.

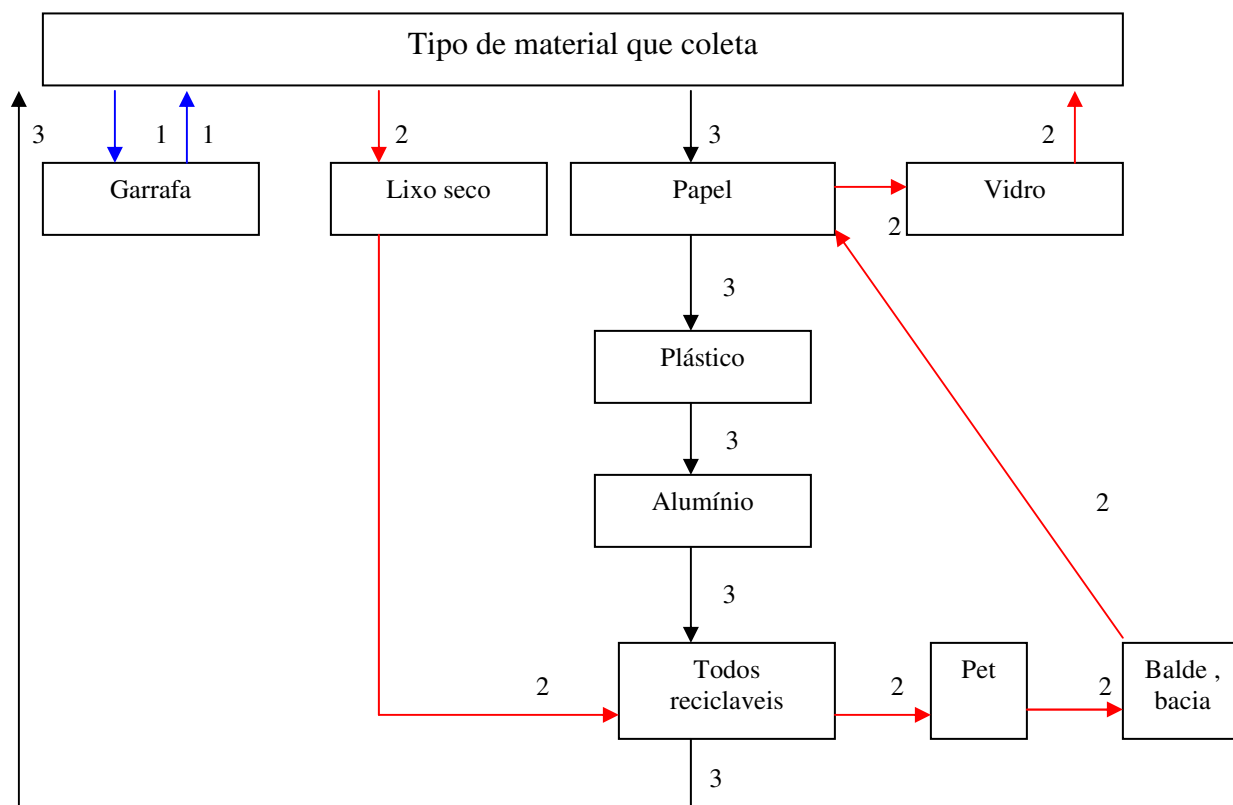
Essa cooperativa, conforme já mencionado, tem um funcionário contratado para a função de catador, prática totalmente contrária ao que preconiza o cooperativismo, evidenciando a relação de subordinação. Além disso, ainda à época da realização da pesquisa, em um intervalo de trinta dias, quando se retornou à cooperativa para a continuidade do trabalho, todos os participantes até aquele momento entrevistados haviam sido “desligados” da cooperativa. Em seus lugares, estavam pessoas com “contrato de boca” feito pelo presidente da cooperativa e que aguardavam ansiosamente por saber se seriam contratadas ou cooperadas, como aponta o depoimento de Maura:

Falou que pagava o salário, dava o sit passe. Eu não sei como vai ser. Agora que eles estão falando que nós vamos entrar tudo como cooperada, aí a menina hoje pegô os documento nosso. (Maura)

Como se vê, tudo indica que a cooperativa 2 é, na verdade uma cooperativa de fachada.

Os próprios representantes da Prefeitura de Goiânia, mentora e gestora desse projeto, apresentaram um discurso confuso com relação à cooperativa. Muitos funcionários da Comurg referiram à cooperativa utilizando diversos nomes entre eles: PEV, Girassol, Galpão de reciclagem demonstrando não terem um consenso com relação ao papel da cooperativa, isto é revelando um desconhecimento sobre ela, portanto, os próprios funcionários da Comurg não sabem dizer claramente se é um ponto de entrega voluntária (PEV) ou se é uma cooperativa.

Gráfico 25 - Gráfico do discurso dos cooperados G1 quando respondem à pergunta: “Qual o tipo de material que você coleta?”



Do núcleo induzido “Que tipo de material você coleta” emergiram três núcleos de pensamento: *garrafa, lixo seco e papel*.

Os participantes catam aqueles tipos de material passível de reciclagem. Sobre a catação, Freitas (2005, p.128) afirma que “é fundamental que o catador aprenda a identificar os tipos de materiais próprios para o mercado de recicláveis e que domine a técnica de selecioná-los, de forma a torná-los aptos à comercialização”.

Dessa forma, o material é selecionado por tipo, conforme explica os participantes.

Os catadores entrevistados nesta pesquisa participam do processo de reciclagem recolhendo e separando os material reciclável por tipo. Enfardam e armazenam esse material em uma quantidade suficiente para os revender às indústrias recicladoras. Além dessa etapa, a cooperativa 1 também faz o beneficiamento da matéria-prima, produzindo o grânulo e a telha asfáltica.

Quando organizados em cooperativas, os catadores não precisam revender para os sucateiros, os intermediários desse processo, que compram e armazenam o material reciclável em uma quantidade suficiente para o revender às indústrias. Dessa forma uma cooperativa de catadores pode desenvolver diferentes ações, no sentido de superar obstáculos que interferem no processo de negociação do material reciclável, e possibilitar competitividade por meio do incremento da oferta de material reciclável em um volume maior, a fim de garantir uma negociação de preços mais vantajosa.

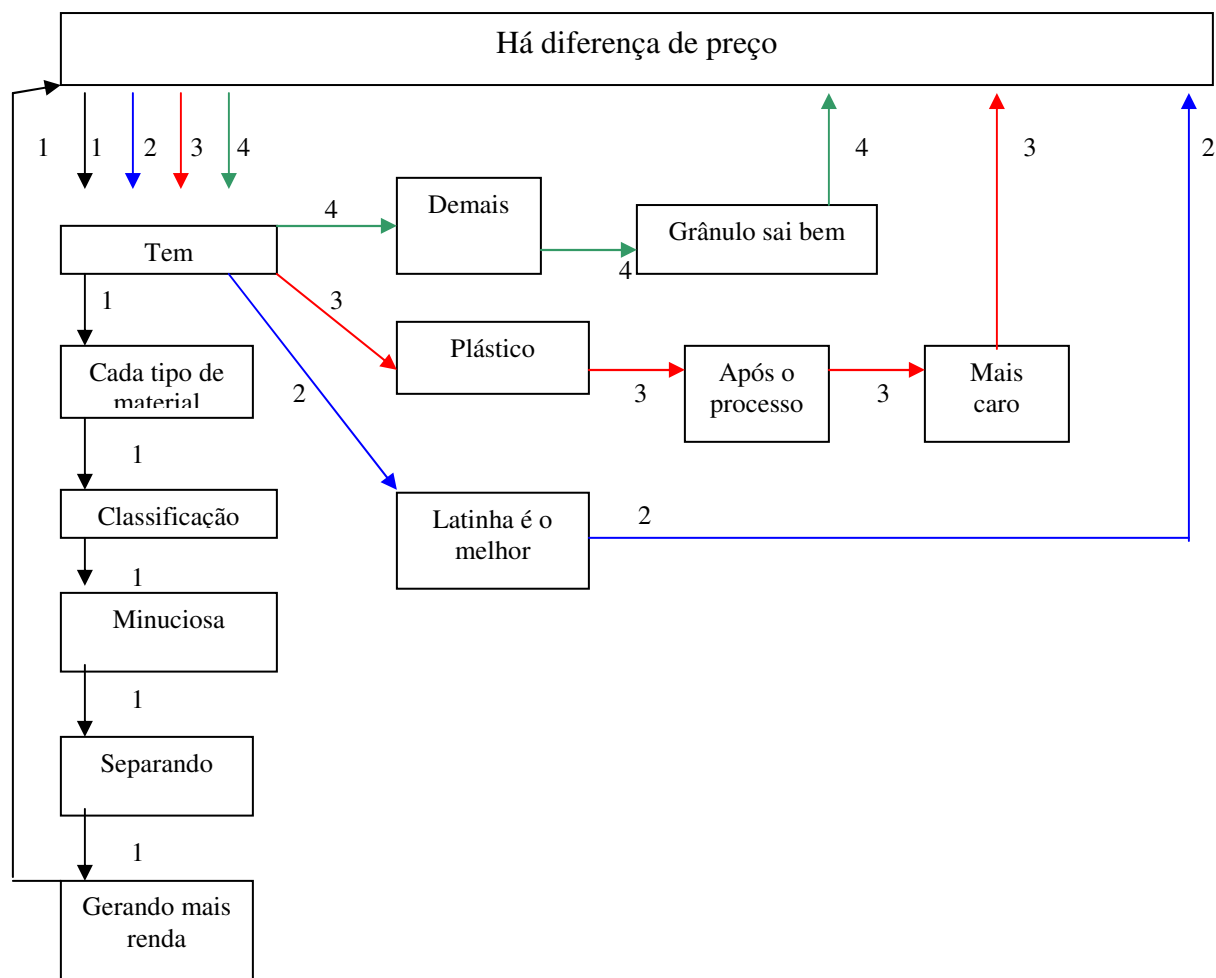
Essa característica segundo o IPT (2003) faz com que apresentem melhores resultados em termos de renda, mesmo que os ganhos ainda permaneçam assimétricos e proporcionais às forças dos agentes econômicos envolvidos, ressalta Calderoni (2003).

Miguelles et al. (2004) e o IPT (2003) afirmam ainda que os catadores organizados em cooperativas dispõe de condições de estrutura física (galpão, enfardadeira, caminhões, etc.) que possibilita o acúmulo do material reciclável, o que torna o transporte para as indústrias recicladoras economicamente viável. Além disso, esses autores salientam que as cooperativas mais organizadas progridem na direção de tornarem-se pontos de recepção de material coletado por não-cooperados.

Além disso, Gonçalves et al. (2002) salientam que o objetivo de uma cooperativa não é apenas econômico. Segundo eles, por meio dessa organização o catador conquista alguns

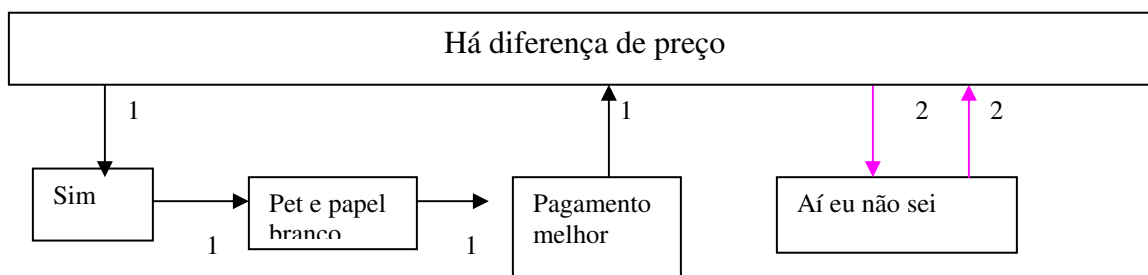
direitos se fortalece e passa a desfrutar de uma série de benefícios advindos dela e pelas parcerias, aos quais o catador isolado não teria acesso.

Gráfico 26 - Gráfico do discurso dos cooperados G1 quando respondem à pergunta: “Há diferença de preço?”



Diante do núcleo induzido “Há diferença de preço?”, emergiu o núcleo de pensamento *tem*. As unidades de significação que ligam-se a esse núcleo de pensamento revelam que os participantes dessa cooperativa detêm largo conhecimento sobre as variáveis que influem nos preços pagos pelo material por eles coletados, bem como do material que produzem, como o grânulo.

Gráfico 27- Gráfico do discurso dos cooperados G2 quando respondem à pergunta: “Há diferença de preço?”



Diante do núcleo induzido “Há diferença de preço”, dos cooperados do G2 emergiram os núcleos de pensamento *sim* e *aí eu não sei*.

Os gráficos 25 e 26 apontam duas situações: a diferença de preços dos tipos de material reciclável e o baixo conhecimento desse fator pelos cooperados do G2.

Em geral, os diversos tipos de material reciclável são vendidos por valores de acordo com sua caracterização. Dessa maneira, o plástico, o papel branco, o alumínio, o pet, o papel revista, entre outros, são comercializados por preços diferentes, após serem pesados.

Magera (2003), Calderoni (2003) e IPT (2003) informam que a lata de alumínio é o material reciclável mais valioso, seguido do plástico e do papel. Os participantes do G1 confirmam essa afirmação, como mostram os depoimentos a seguir:

o que compensa mais é a latinha, você já vende rápido. Então é bom pra cooperativa, pra nós aqui. (João).

Agora tá é a garrafa pet, papel branco, esses são o que mais comp e o plástico, é o que mais tá assim, tem mais saída, né. A latinha ta vindo muito pouco, né. (Cristina)

Leal et. al (2002) explicam que alguns fatores contribuem para a agregação de valor a esses tipos de material. Mais pela questão econômica, do que pela ecológica, afirmam esses autores, porque o mercado dita as condições necessárias para que determinado material tenha seu preço elevado. Os autores enumera o baixo custo, a grande oferta de matéria-prima e o mercado consumidor como pontos que tornam o material reciclável atraente para as indústrias de reciclagem.

Carmo (2005), Miura (2004) e Magera (2003) observam que o advento da valorização da reciclagem acabou se tornando uma conseqüência nefasta para os catadores. Isso porque repercute diretamente no trabalho desses trabalhadores, que vêem o material reciclável diminuir a cada dia, conforme relata uma participante:

A latinha ta vindo muito pouco né, as pessoas cata pra lá. (Cristina)

Dessa escassez gradativa de material reciclável resultam em novos processos de exclusão social, pois o material antes abundante nos lixos domiciliares, agora é alvo de interesses de novos segmentos, como as empresas especializadas em coleta de lixo reciclável.

Essa questão é extremamente contraditória do ponto de vista social. Se, por um lado, os catadores de material reciclável estão sendo excluídos do processo produtivo, visto que seu trabalho vê-se ameaçado pela escassez de materiais recicláveis, por outro lado sob a ótica ambiental uma quantidade maior de lixo deixa de ser encaminhada para os aterros e lixões para serem recicladas.

Concluindo os ganhos ambientais proporcionados pelos processos de reciclagem tendem a aumentar, sem, contudo refletir em uma melhora nas condições de trabalho dos catadores de material reciclável, muito pelo contrário.

Por isso, é de fundamental importância acolher os catadores de material reciclável nas políticas públicas de gestão integrada do lixo. Acerca disso, Dias (2002) afirma que a aceção de *Integrated Sustainable Waste Management*³²(ISWM) ultrapassa os aspectos meramente tecnológicos e contempla os sócio-culturais e econômicos (geração de trabalho e renda), além da noção de governança, “através do critério institucional/político manifesto pelo princípio da democratização dos processos decisórios” (Dias, 2002, p.21). Essa concepção de gestão do lixo está em consonância com o que apregoa o desenvolvimento sustentável.

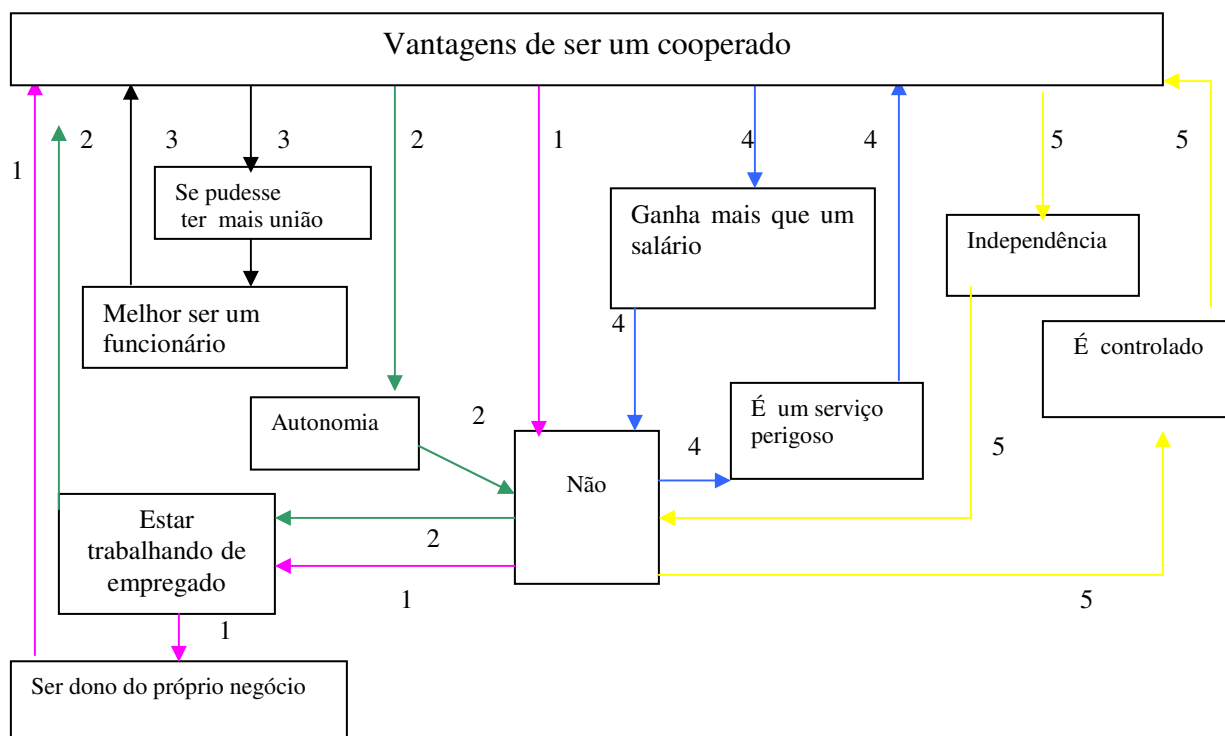
Com relação ao segundo ponto revelado pelo gráfico, pode-se observar novamente a falta de informação dos cooperados do G2 quanto ao valor do material por eles coletados. Os autores Magera (2003) e Carmo (2005) atribuem esse desconhecimento à precária a falta de

³² Gerenciamento Integrado e Sustentável de Resíduos Sólidos

escolaridade dos catadores, que dificulta seu envolvimento com as questões administrativo-econômicas da cooperativa.

Contudo, os dados desta pesquisa não confirmam o que dizem esses autores, pois os cooperados do G1 apresentaram largo conhecimento das questões tanto administrativas quanto econômicas da cooperativa, no que tange aos valores pagos pelo material reciclável. Em suma, a gestão da cooperativa 1, estruturada nos princípios cooperativistas, contribui para o envolvimento do cooperado, possibilitando as informações necessárias ao cooperado.

Gráfico 27 – Gráfico do discurso dos cooperados G1 quando respondem à pergunta: “Quais as vantagens de ser um cooperado?”



Diante do núcleo induzido “Quais as vantagens de ser um cooperado?” emergiram os núcleos de pensamento *se pudesse*, *autonomia*, *não*, *ganha mais que um salário* e *independência*.

Ligado ao núcleo de pensamento autonomia e independência, tem-se núcleos de significação que ilustram o fato de não estarem trabalhando de empregado, portanto não estando submetidos a um serviço controlado, o que por sua vez, faz com que os cooperados do G1 sintam-se donos do próprio negócio.

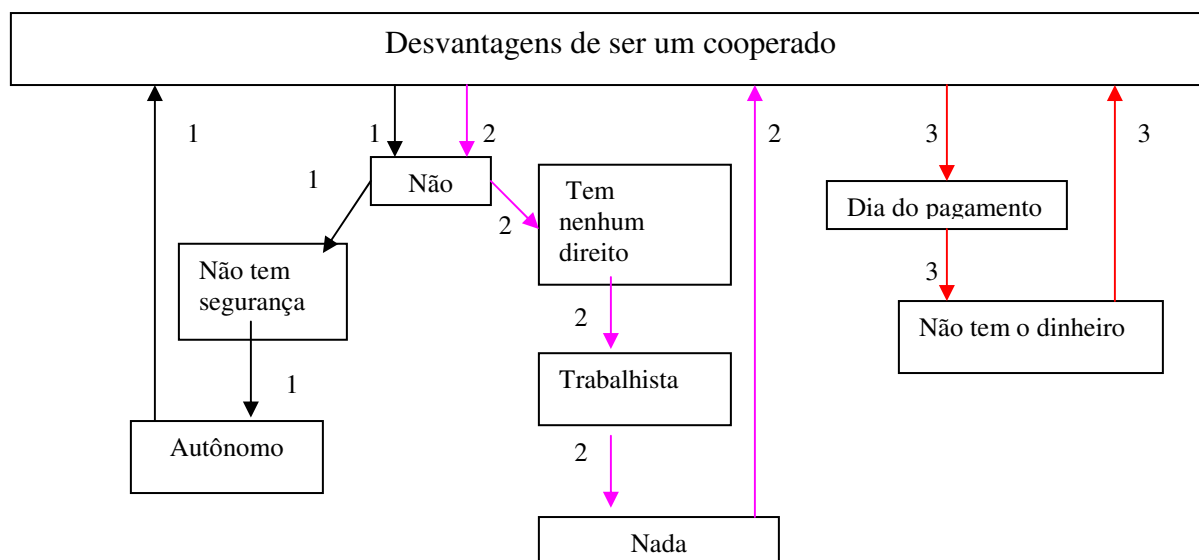
Segundo seus depoimentos:

É isso que eu te falei né. Autonomia de você [silêncio] não tá trabalhando de empregado, você poder tomar as decisões. (Ana)

Ser dono do próprio negócio, né. A vantagem maior é essa.(Arthur)

Os depoimentos dos cooperados confirmam que a cooperativa 1 segue os princípios cooperativistas, conforme já evidenciado nos gráficos anteriores, e essa forma de gestão é sentida como algo positivo para os cooperados do G1.

Gráfico 28 - Gráfico do discurso dos cooperados G1 quando respondem à pergunta: “Quais as desvantagens de ser um cooperado?”

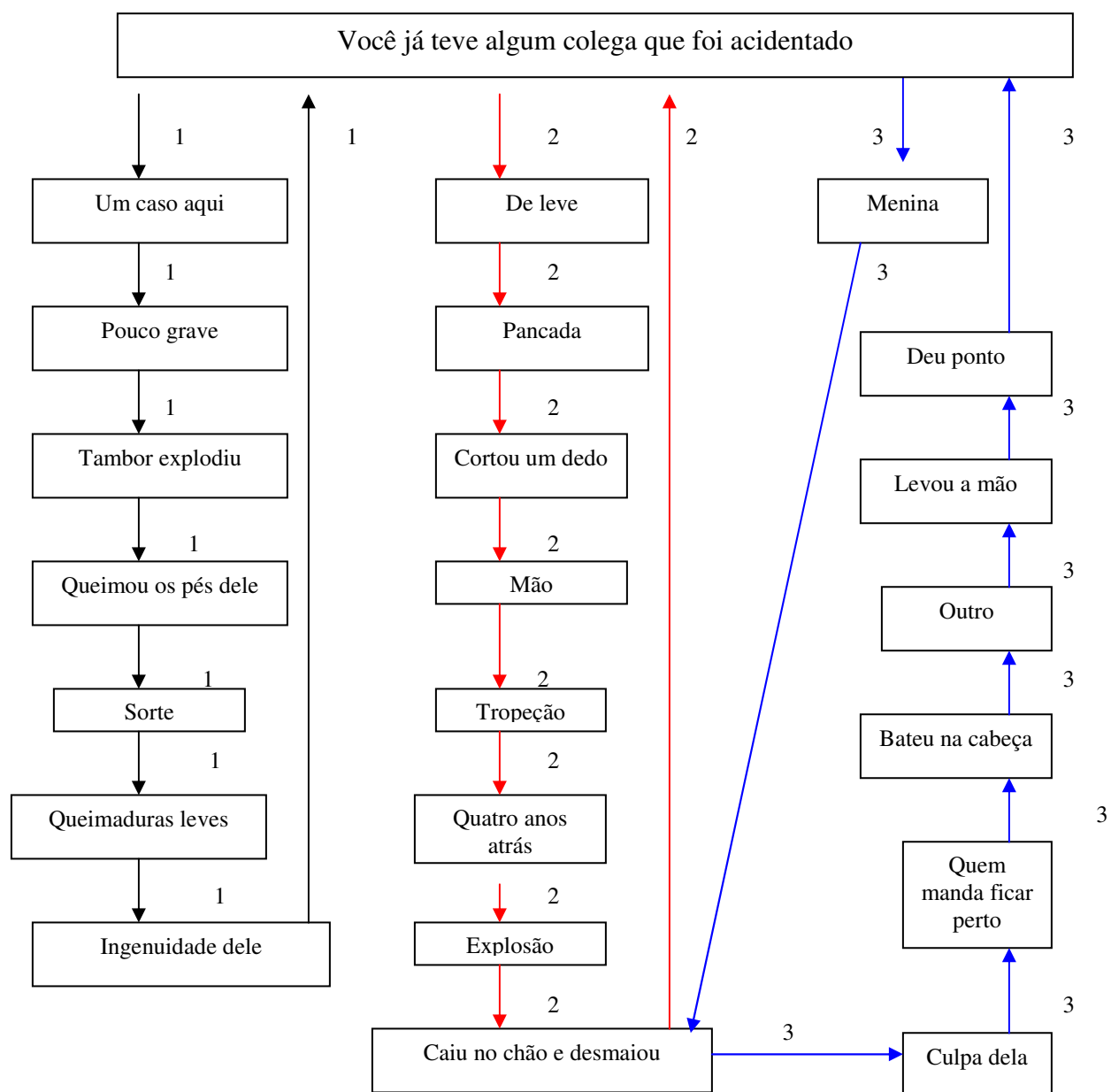


Diante do núcleo induzido “Quais as desvantagens de ser um cooperado?” emergiram os núcleos de pensamento *não* e *dia de pagamento*. Percebe-se que ao núcleo de pensamento *não* se ligam as unidades de significação relacionadas a ausência de direitos trabalhistas e à

falta de segurança desse profissão, que é sentida como a de um autônomo, sem nenhum amparo legal.

Nesse ponto a organização dos catadores em cooperativas de trabalho para os participantes dessa pesquisa não rompeu com o caráter precário dessa atividade.

Gráfico 29- Gráfico do discurso dos cooperados G1 quando respondem à pergunta: “Você já teve algum colega que foi acidentado?”



Diante do núcleo induzido “Você já teve algum colega que foi acidentado?”, do discurso dos participantes do G1 emergiram três núcleos de pensamento: *um caso aqui, de leve e menina*. Essa pergunta não gerou um gráfico para os participantes do G2, tendo em vista que as respostas deles foram negativas.

Pode-se perceber, pelas unidades de significação dos núcleos emergentes, que os participantes desse grupo “tentam” diminuir o agravamento do acidente, colocando a responsabilidade no acidentado.

A mesma tendência em minimizar a gravidade de acidentes de trabalho por parte dos catadores foi verificada também por por Miura (2004), Porto et al. (2004), Magera (2003) e Silva (2002) em seus estudos, que observaram ainda que esses trabalhadores fizeram poucas menções a esse tipo de acidente.

Para Porto et al. (2004), os catadores percebem o lixo como fonte de sobrevivência e a saúde como capacidade para o trabalho. Portanto, tendem a negar a relação direta entre o trabalho e problemas de saúde. Miura (2004) esclarece que os catadores não “encaram” como problema as questões ligadas à saúde. Complementando as conclusões de Porto et al., Miura salienta que, para os catadores, o bem-estar se encontra no trabalho, mesmo que este possa lhe trazer graves prejuízos à saúde física.

Os participantes tanto do G1 como do G2 negam os perigos e riscos a que estão expostos, e que são inúmeros. Considerando a insalubridade e a precariedade dessa atividade, tendo em vista o tipo de trabalho que realizam e as condições em que é exercido, inúmeros são os riscos realmente existentes no trabalho de catação, que podem gerar lesões permanentes ou mesmo óbitos.

Seguem trechos dos discursos dos participantes que ilustram esse dado:

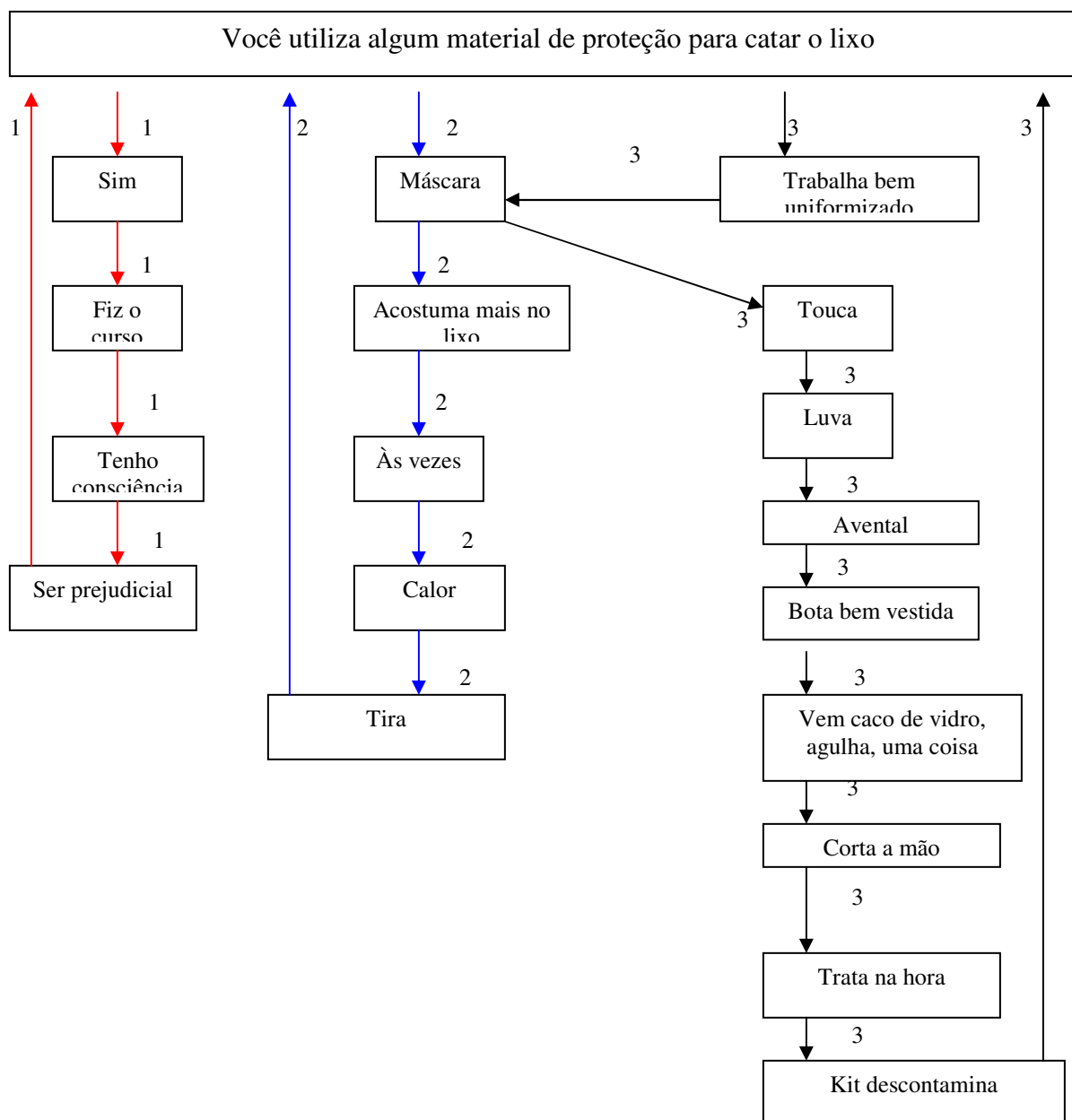
No lixo mesmo aqui nunca houve acidentes assim não ..às vezes acontece já houve caso até da colega furar a mão com a seringa e tudo ela ficar desesperada mas assim não foi.. já é..é..é.. é inevitável que aconteça isso né. Até mesmo porque a gente trabalha com material hospitalar mas o material que vem do hospital é um material que vem bem separado. Raramente acontece de vir uma seringa, alguma coisa assim.. (Ana)

A já, já cortei, já furei (risos) (Paula).

Enfiou é ponta de ferpa, de madeira, você tá trabalhando assim aqueles negócio que vem no papel, o grampo, enfia. (Arthur)

Interessante observar, no relato de Ana, a presença de material hospitalar entre aquilo que é coletado, que não poderia estar disponível para a catação, tendo em vista o alto risco de contaminação dos resíduos hospitalares, considerados, segundo Valle (2000) perigosos, com elevado grau de nocividade para o homem e para o meio ambiente. Por isso, são tratados separadamente e são de responsabilidade dos respectivos geradores. São exemplos desse tipo de resíduos, além do hospitalar, os farmacêuticos e os radioativos.

Gráfico 30 - Gráfico do discurso dos cooperados G1 quando respondem à pergunta: “Você utiliza algum material de proteção para catar o lixo?”



As respostas do **gráfico 32** dizem respeito ao uso de equipamentos de proteção individual. O núcleo induzido “Você utiliza algum material para catar o lixo?” fez emergir núcleos de pensamento em que os participantes do G1 afirmaram utilizar algum tipo de material de proteção, como máscara e uniformes.

Essa pergunta não gerou gráfico para os participantes do G2 que relataram utilizar somente luvas.

Embora os participantes do G1 tenham dito que utilizam material de proteção, admitiram que nem sempre lançam mão desse tipo de proteção por causa do calor, de problemas com alergia ou mesmo devido à falta de entendimento quanto necessidade da utilização desse tipo de proteção. Segundo eles:

Usa a máscara, mas tem dia que a gente acostuma tanto a viver no meio do lixo [gargalhada] que a gente fala não, essa máscara tá fazendo calor, joga pra lá. Dia de segunda feira o lixo fica fidido, açougue, aqueles plásticos, tem muito plástico que a gente compra que tá prensado lá, aí quando abre aquele fardo, uuuu ninguém agüenta aí tem que por, usa a máscara. Mas se tiver trabalhando com o lixo mais limpo aí tira [risos], sabendo que faz mal, mas tira. (Paula)

Luvas. Agora máscara eu não uso porque ela eu tenho alergia, dá ferida aqui. Nunca cortei não. (Lúcia)

Mesmo com a utilização de luvas, os catadores às vezes se ferem com material perfuro-cortante, conforme o relato abaixo:

Mesmo com a luva, às vezes vem caco de vidro né, outra hora vem agulha, vem uma coisa aí você pega assim apressada aí corta a luva às vezes corta a mão mas a gente trata na hora. A cooperativa tem, como é que fala, o Kit para tratar, tem mercúrio, a água oxigenada, descontamina na hora, remédio e toma remédio se precisar [risos]. (João)

Entretanto, embora os equipamentos utilizados pelos participantes desta pesquisa seja ineficientes, tanto a cooperativa 1 como a cooperativa 2 adquirem material para a proteção dos cooperados.

O material de proteção empregado acaba demonstrando-se ineficiente porque o tipo de trabalho que executam, é extremamente insalubre e realizado sob condições adversas,

conforme os discursos de alguns deles mesmo com a utilização de luvas se, durante a catação, os catadores tiverem contato com material perfuro-cortante, existe o risco de corte e contaminação.

Tal risco demonstra o caráter de precariedade da atividade que desenvolvem.

Gráfico 31 - Gráfico do discurso dos cooperados G1 quando respondem à pergunta: “O que sente quando pensa no seu futuro e no de sua família?”

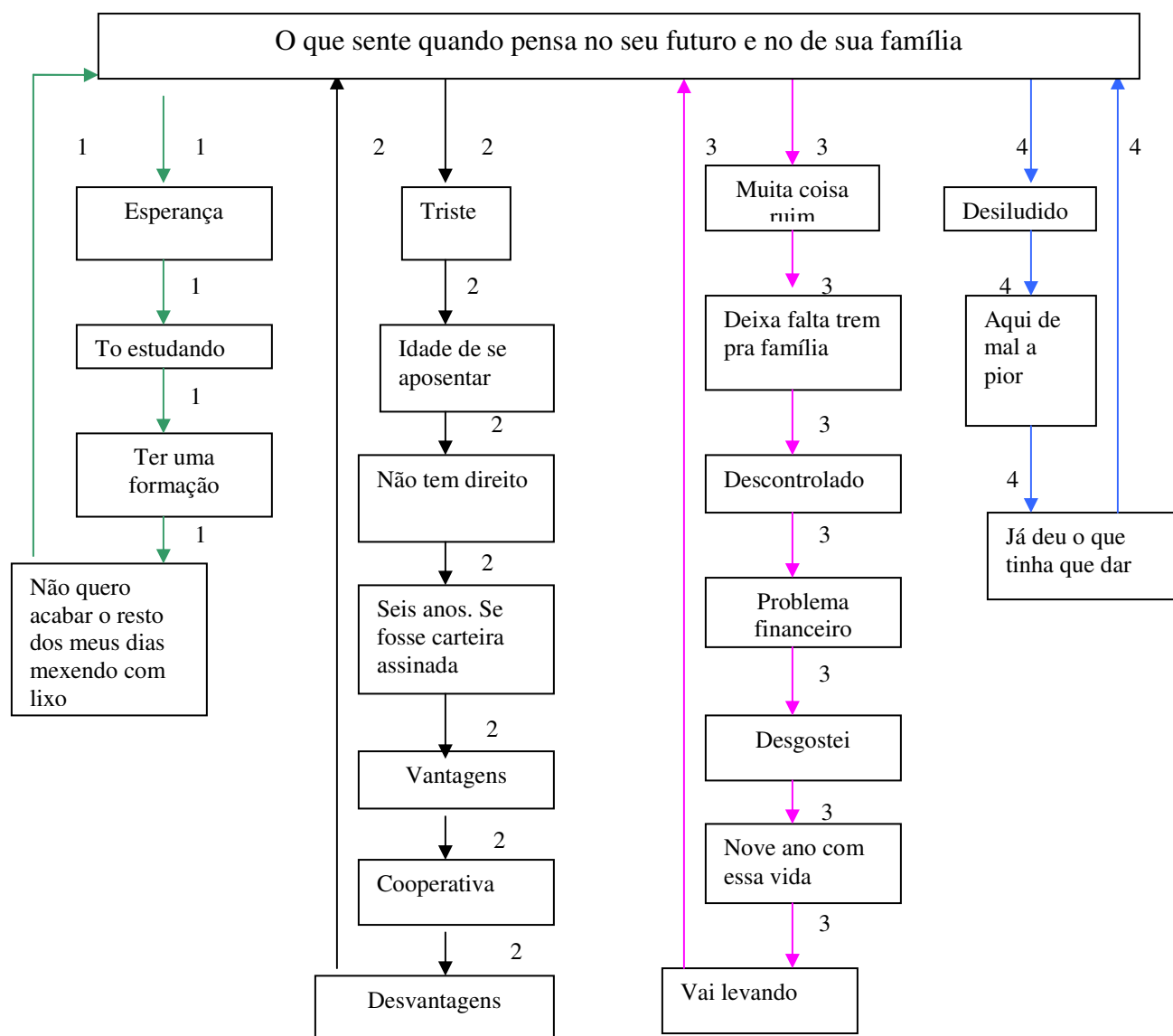
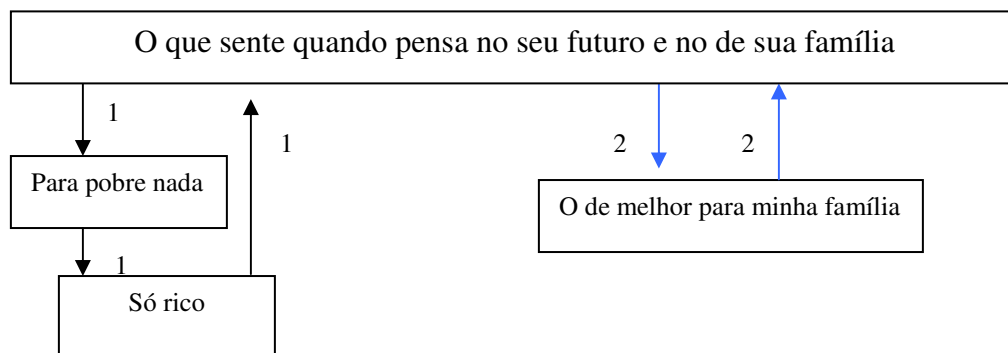


Gráfico 32 - Gráfico do discurso dos cooperados G2 quando respondem à pergunta: “O que sente quando pensa no seu futuro e no de sua família?”



Diante do núcleo induzido “O que sente quando pensa no seu futuro e no de sua família?”, do discurso dos cooperados do G1 emergiram os núcleos de pensamento: *triste, desiludido, muita coisa ruim e esperança*. Já do discurso dos cooperados do G2 emergiram os núcleos de pensamento: *para pobre nada e o de melhor para minha família*.

Tanto os cooperados do G1 como os do G2, apresentam em seus discursos o brado do sofrimento, da desmotivação e da falta de perspectiva em relação ao futuro.

Segundo seus relatos:

Eu penso lógico que eu penso aa ee ... em melhoras né. Tanto é que eu tô estudando tô pensando em ter uma formação que eu não quero acabar o resto dos meus dias mexendo com lixo. (Ana)

Nada, não tem futuro nenhum. Porque o futuro da gente é no trabalho da gente, se no trabalho da gente não está dando resultado o futuro da gente também não vai dar em nada. (Arthur)

Que que eu sente? Pobre não tem futuro mesmo, só rico [risos]. (Maura)

Dessa forma, em seus discursos percebe-se o descompromisso político com o sofrimento do outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação realizada pela presente pesquisa pôde aprofundar a compreensão das relações de trabalho dos catadores de material reciclável, contribuindo com análises que ampliaram a produção científica relacionada com este tema.

A metodologia utilizada mostrou-se adequada, pois, permitiu que os participantes respondessem ao questionário elaborado, e com isso, alcançasse o objetivo proposto pela pesquisa.

O lixo sua geração e acúmulo estão entre os assuntos ambientais de maior complexidade deste século. Corroboram para o agravamento dessa questão a configuração da sociedade estruturada no consumo e no intenso e crescente uso dos produtos “descartáveis” — que avoluma em uma quantidade cada vez maior — a produção de lixo. A destinação e destruição desse lixo gerado e a conseqüente falta de espaço para disponibilizá-lo formam um complexo tripé, forte preocupação do mundo moderno.

Uma possibilidade para o tratamento do lixo são os processos de reciclagem de material reciclável. Nesses processos, materiais com potencial reciclável são submetidos a um sistema de recuperação de recursos, projetado para reutilizar resíduos transformando-os em substâncias e material úteis à sociedade.

Assim, um produto passa de uma situação em que era rejeito para outra na qual assume novamente a sua característica de uso e utilidade. Por isso, diversos autores, entre eles Calderoni (2003), Leal et al. (2002), IPT (2003), Carmo (2005), Lima e Ribeiro (2000), Magera (2003) e Dias (2002) afirmam que a reciclagem de lixo é uma atividade que promove uma melhoria ambiental, pois, economiza o uso de recursos naturais, e aumenta o tempo útil dos aterros sanitários, e, dessa forma contribui de modo positivo com a coletividade.

O processo de reciclagem é um processo complexo, e envolve diversos participantes que desempenham atividades e papéis diferenciados formando uma intrincada cadeia produtiva, da qual fazem parte as indústrias recicladoras, os diversos intermediários representados, principalmente, pela figura do sucateiro, e os catadores de material reciclável, elo maior dessa corrente, que podem ou não estar organizados em cooperativas: Eis a estrutura de uma rede tanto comercial quanto industrial que, em funcionamento constante, visa ao

reaproveitamento de material reciclável, objeto que foi pesquisado profundamente nesse trabalho.

Atividades como as de reciclagem compõem o promissor mercado verde que atrai um número cada vez maior de empresários interessados na lucratividade desse negócio. Embora de indubitável importância para o meio ambiente, a reciclagem de material está subordinada a uma racionalidade instrumental de desempenho econômico, tornando-se menos uma questão ambiental e mais uma questão econômica. Aderindo-se assim, à lógica capitalista.

É nessa perspectiva que Leal et al. (2002) evidenciam o caráter paradoxal da atividade de reciclagem. Esses autores argumentam que o principal estímulo da reciclagem é a obtenção do lucro, e não a preservação ambiental. Para eles, a reciclagem se beneficia do discurso da preservação ambiental sem, contudo, ter nessa idéia seu objetivo principal. Os argumentos dos autores fundamentam-se, principalmente, no indicativo de que não são todos os resíduos que despertam a atenção das empresas recicladoras. Assim, a reciclagem não tem por objetivo principal a economia dos recursos naturais do Planeta, mas sim, o lucro imediato daqueles que se apropriam de um discurso ambiental.

A reciclagem de lixo no Brasil, atualmente, se sustenta mais no trabalho de catadores de material reciclável do que na sensibilidade ambiental, ainda incipiente, da população em geral. Também são pouco representativos os programas de coleta seletiva apoiados pelos governos, em todas as esferas públicas: federal, estadual ou municipal.

Portanto, o processo de reciclagem, no Brasil, estrutura-se em grande parte na exploração de trabalhadores, que por necessidade, e não por escolha, buscam no trabalho realizado *no e com o lixo*, a própria sobrevivência.

O trabalho dos catadores proporciona uma substancial melhoria ambiental quando evita que toneladas de lixo sejam desnecessariamente jogadas nos lixões ou nos aterros sanitários. Além disso, contribuem para uma menor utilização dos recursos naturais cada vez mais escassos nos dias atuais. Também representa um ganho econômico porque reduz os gastos das prefeituras, que pagam pelo recolhimento diário de toneladas de lixo.

Os catadores representam um importante papel para a efetivação do processo de reciclagem, ao inserirem-se embora informalmente, nesse circuito oficial. Contribuem economicamente e colaboram com significativos benefícios ambientais para toda a

coletividade. Entretanto, os catadores situam-se à margem no que tange à relação de exploração do lixo, nos aspectos econômicos e sociais.

O número de catadores nos centros urbanos do País é cada vez maior. Esse crescimento reflete as mudanças no tocante à reestruturação produtiva que gera impactos no mundo do trabalho, tais como: a precarização do trabalho, o desemprego estrutural, a desregulamentação dos direitos trabalhistas e a expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado e terceirizado.

Os trabalhadores com um baixo nível de escolaridade, frente a um longo período de desemprego, sem as qualificações profissionais exigidas pelo mercado de trabalho vivenciam situações típicas de exclusão social. Elas limitam aos trabalhadores as condições e as oportunidades de trabalho, e resultam na busca, por parte desses trabalhadores, por atividades tidas como socialmente excludentes, tendo nelas um meio de garantir a sobrevivência e a de suas famílias. É nesse contexto que surge o trabalho de catação de material reciclável, ao representar para uma determinada camada da população, uma alternativa importante de sobrevivência.

Conforme foi observado nessa pesquisa, para ingressar nessa atividade são desconsiderados alguns critérios como, a qualificação profissional, a idade, a escolaridade, e a experiência, critérios considerados requisitos solicitados e valorizados pelo mercado formal de trabalho. Para o ingresso nessa atividade, o critério que se considera é *apenas* a disposição física para ela.

Nesse estudo pôde-se perceber que os catadores participantes tinham a noção de que eram mínimas as suas chances de ocuparem outros setores que poderiam oferecer melhores condições de trabalho. Em seus depoimentos estiveram presentes processos de exclusão que limitavam as “chances” sociais, restringindo o campo de atuação profissional às poucas alternativas de trabalho, como disseram alguns entre os participantes: — só lhes restava trabalhar com o lixo. Por conclusão, não se sentindo à altura das exigências do mercado apresentavam baixa auto-estima e muito sofrimento com o tipo de trabalho que exerciam.

A atividade desempenhada pelos catadores, conforme já elucidada ao longo dessa pesquisa como um trabalho de indubitável importância, carece de reconhecimento da

sociedade em geral, pois, tal sociedade ainda percebe de forma preconceituosa e estigmatizada, aqueles que trabalham com o lixo.

Historicamente, a imagem do catador imbrica ao produto com o qual trabalha — o lixo. Dessa forma, o pouco reconhecimento da sociedade pelo trabalho desenvolvido pelos catadores ocorre, em grande parte, em função das características amorfas do lixo e dos significados atribuídos a ele. Isso é, por sua semântica negativa.

Segundo Migueles et al. (2004), Miura (2004), Carmo (2005), Lieberherr-Gardiol (1997), Magera (2003) e Freitas (2005) a imagem do catador é afetada negativamente por uma imagem social negativa do lixo associada, ao mesmo tempo, à idéia de nojo e degradação social. Ela é acompanhada de rótulos negativos, preconceitos e estigmas sociais. Esses autores também afirmam que essa imagem do catador construída socialmente afeta negativamente a formação de uma identidade profissional e, portanto provoca entre outros sentimentos a “vergonha” naqueles que executam a atividade de catar lixo.

Contudo, contraditoriamente, com a valorização do lixo possibilitada pelos ganhos econômicos da reciclagem, esses trabalhadores enfrentam a ameaça de novamente serem excluídos, demonstrando a vulnerabilidade dessa profissão, e colocando em xeque a qualidade da inclusão que ela promove.

A atividade de catar material reciclável é um trabalho precário, tanto pelo fato de ser exercido na informalidade, o que vulnerabiliza o trabalhador nos aspectos de regulamentação de seus direitos trabalhistas, quanto pelas condições de trabalho em que ocorrem, ou seja, eles são submetidos a altíssimos riscos à saúde em um ambiente insalubre, e há ainda um outro ponto negativo que é a baixa remuneração. Sofrem preconceitos e desfrutam de pouco reconhecimento do papel que representam na economia e no meio ambiente, embora tenham a profissão reconhecida por órgão federal, sendo resguardados, inclusive, por um comitê específico. Além disso, compõem uma cadeia produtiva altamente lucrativa.

Paradoxalmente, neste trabalho, percebeu-se com clareza que a remuneração dos trabalhadores é insuficiente para a garantia de uma vida digna. Segundo seus relatos, os valores que recebem mal cobrem as despesas relacionadas à alimentação.

Dessa forma, o que se pôde concluir nesse estudo foi que a inclusão social dos catadores de material reciclável deveria estar além da mera sobrevivência, dado a importância

do trabalho desenvolvido por eles. Esse tipo de inclusão deveria superar a concepção de que o excluído constituiria uma categoria homogênea e inerte, ocupada apenas com a sobrevivência física e presa às necessidades básicas. O não acesso a outras possibilidades como educação, saúde, cultura, lazer que vão além da sobrevivência, demonstram a exclusão social a que estão submetidos, os catadores de material reciclável participantes dessa pesquisa.

Por isso, é intrigante a inclusão social que se tentou considerar como promovida por essa atividade. Para a compreensão dessa inclusão social dos catadores faz-se necessária a superação de um entendimento dualista entre inclusão e exclusão social por outro entendimento que abarque a dialética inclusão/exclusão.

Sobre essa perspectiva, a inferência de que o catador de material reciclável é incluído socialmente ao ter um trabalho, revela-se contraditória, pois esse trabalho é executado em condições extremamente precárias. Poder-se-ia dizer que predomina uma inclusão perversa, em que os rendimentos suficientes para a sobrevivência não são acompanhados pela melhoria na qualidade de vida e a relação com a sociedade é predominantemente preconceituosa e discriminada.

O trabalhador insere-se no mundo do trabalho pela realização de uma atividade em condições precárias, assim inclui-se ao ter um trabalho e exclui-se pelo tipo de trabalho que realiza. Uma concepção não anula a outra, ao contrário, a tensão entre ambas permite conceber a exclusão social como processo dialético exclusão/inclusão, e segundo Sawaia (1999) a sua transmutação em inclusão perversa.

Mesmo entre os catadores entrevistados, aqueles organizados em cooperativas, o tipo de trabalho exercido não rompeu com a exclusão social, a que estavam submetidos os que do lixo sobreviviam. A precarização do trabalho era mantida, desenvolvida de forma desumana, expondo os trabalhadores a sérios riscos à saúde, ao sofrimento físico, aos preconceitos, encerrando a situação resultante em uma ausência de perspectiva futura.

As cooperativas de reciclagem de lixo analisadas neste trabalho apresentaram relações de trabalho diferenciadas. A cooperativa 1 pautava sua gestão nos princípios cooperativistas, em especial a gestão democrática, que incentivava a participação dos cooperados nas suas políticas e tomadas de decisão. Embora essa cooperativa apresentasse dificuldades econômicas e de infra-estrutura, — o que acarretava em uma remuneração defasada e constantes atrasos nos repasses para os cooperados, — percebeu-se, nos estudos

efetivados que aqueles participantes organizados nessa “autêntica” cooperativa viviam com uma melhor qualidade de vida.

Entretanto, também ficou evidenciado o lado nefasto de uma cooperativa “de fachada”. Na cooperativa 2 percebeu-se a intensificação da exploração de catadores, contrariando os princípios cooperativistas e ao mesmo tempo desrespeitando-os em seus direitos legais. Nessa cooperativa os cooperados não participavam do estabelecimento de políticas e tomadas de decisão. Desconheciam os valores pagos pelo material que coletavam, e, enfim, eram alienados do processo de produção.

Por conclusão, quando a cooperativa adota princípios cooperativistas corretos e constitui-se em uma genuína cooperativa, vislumbra-se a possibilidade do catador melhorar suas condições de trabalho. Pois quando organizados em cooperativas podem desenvolver diferentes ações, no sentido de superar obstáculos quando atuam de forma isolada. Contudo, também devem ser inseridos no âmbito das políticas públicas consistentes, que integram simultaneamente necessidades sociais, ambientais e de saúde pública. Políticas públicas que possibilitem a eles o direito a ter direitos e superem a sobrevida na exclusão.

Portanto, faz-se necessário a superação dos traços constitutivos da fase atual da reestruturação produtiva do capital, pois, segundo Antunes (2003, p.34), o mundo do trabalho em sua precarização destrói a natureza. O mundo do trabalho em sua exploração destrói o indivíduo, reservando ao “burro sem rabo”, o *lócus* do não-lugar, ou seja, a inclusão perversa.

REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, S. *O que é trabalho?* 2.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, D.F. (Org.) *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.
- ALVEZ-MASSOTTI; A.J.;GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 2000.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. *Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 6.ed. Campinas (SP): Cortez,1995.
- BALTAR, P. E. A. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In: *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. PRONI, M.W.; HENRIQUE, W. (Orgs.). São Paulo: Editora Unesp, Campinas (SP): Instituto de Economia da Unicamp, 2003.
- BARBIERI, J.C.*Gestão ambiental empresarial*. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.
- BARROS, V. A.; SALES,M.M.; NOGUEIRA, M.L.M. Exclusão, favela e vergonha: uma interrogação ao trabalho. In: GOULART, Í. B. (Org.). *Psicologia organizacional e do trabalho: teoria pesquisa e temas correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- BAUER,W.B.; GASKELL.G. (editores) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BERRIOS, M.R. *O lixo nosso de cada dia*. Manejo de resíduos: pressupostos para a gestão ambiental. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal (Deplan–IGCE), Unesp, 2002.
- BIRKBECK, C. Self-employed proletarians in an informal factory: The case of Cali´s Garbage Dump. *World Development*,v.6, nº 9/10, 1978. p.1173-1185
- BITENCOURT.C. *Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais*. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- BORGES, A. F.; LIMA, M.E.A. Impactos psicossociais do desemprego de longa duração. In: GOULART, Í. B. (Org.). *Psicologia organizacional e do trabalho: teoria pesquisa e temas correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

- BORGES, L.O.; YAMAMOTO, O. H. O mundo do trabalho. In: ZANELLI, J.C.; BORGES-ANDRADE, J.E.; BASTOS, V.B.(Orgs.). *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- BRAGA, T. Educação ambiental, economia internacional e gestão empresarial. In: BRAGA, T.; TRABJER, R.; SORRENTINO, M. (Orgs.) *Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental*. São Paulo: Gaia, 1995.
- BUENO, F.C.; VILELA, J.L.M.; GOUVEIA, L.C. Unimed Mineiros: a relação entre cooperado e cooperativa, um problema da singular de Mineiros? In: MACÊDO, K. B.; XIMENES, J.A. (Orgs.) *Cooperativismo: doutrina, descompassos e prática*. Goiânia: Unimed, 2003.
- CALDERONI, S. *O\$ bilhão\$ perdido\$ no lixo*. 4 ed. São Paulo: Humanitas FFLCH / USP, 2003.
- CARMO, M. S. A semântica “negativa” do lixo como fator “positivo” à sobrevivência da catação – Estudo de caso sobre a associação dos recicladores do Rio de Janeiro. *Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Administração, Anais...*, 2005.
- CARVALHO, I. C. M. O ‘ambiental’ como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade da educação ambiental. In: SAUVÉ, L.; ORELLANA, I. S. M. (Orgs.). *Textos escolhidos em educação ambiental: de uma América à outra*. Montreal, Publications ERE-UQAM, Tomo I, 2002. [Versão em português]
- CASTRO, A. L. F.; SCHOENACKER, M. A. Educação ambiental X marketing ecológico. In: BRAGA, T.; TRABJER, R.; SORRENTINO, M. (Orgs.). *Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental*. São Paulo: Gaia, 1995.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisas em ciências humanas e sociais*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- CODO, W. *Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993.
- COELHO, M.A. *Plano de gestão do Instituto Dom Fernando 2003-2006*. 2003. [Mimeo]
- COMURG, Disponível em www.go.gov.br, Acesso em: 22/02/2005.
- _____ *Diagnóstico dos catadores de materiais recicláveis do município de Goiânia*, 2004 [Mimeo].
- CRUZ, A.L.M. A reciclagem dos resíduos sólidos urbanos: um estudo de caso. Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina.

- CZAPSKI, S. *A implantação da educação ambiental no Brasil*. Brasília: MEC, 1998.
- DEDECCA, C.S. Anos 90: a estabilidade com desigualdade. In: PRONI, M.W.; HENRIQUE, W. (Orgs.). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Editora Unesp, Campinas (SP): Instituto de Economia da Unicamp, 2003.
- DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.
- _____. *A loucura do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- DIAS, S. M. *Construindo a cidadania: avanços e limites do projeto de coleta seletiva em parceria com a Asmare*. Belo Horizonte, 2002. Dissertação (Mestrado) – UFMG.
- DIAZ, A. P. *Educação ambiental como projeto*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- DINIZ, N.S. O ambiente no meio dos movimentos sociais. In: BRAGA, T.; TRABJER, R.; SORRENTINO, M. (Orgs.). *Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental*. São Paulo: Gaia, 1995.
- DONAIRE, D. *Gestão ambiental na empresa*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- ENRIQUEZ, E. Prefácio In: DAVEL, E.P.B.; VASCONCELLOS, J.G.M. (Orgs.). *Recursos Humanos e subjetividade*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1995.
- FERREIRA & FERREIRA; HOGAN, D. J., VIERA, P. F. (Orgs.) *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. 2.ed. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1995.
- FREITAS, M.V.O. *Entre ruas, lembranças e palavras: a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005.
- FRIGOTTO, G. *Educação e crise do trabalho*. Perspectiva de final de século. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- GALINKIN, M. *Geoiás 2002*. Goiânia: Agência Ambiental de Goiás/Fundação Cebrac/Pnuma/ Semarh, 2003.
- GIL, A.C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.
- GUARESCHI, P. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 4. ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1999.
- GONÇALVES, J.A.; OLIVEIRA, M.V.; ABREU, M.F. *Metodologia para a organização social dos catadores*. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2002.

- GOULART, Í.B. (Org.). *Psicologia organizacional e do trabalho*. São Paulo (SP): Editora Casa do Psicólogo, 2002.
- GOULART, I.B.; GUIMARÃES, R.F. Cenários contemporâneos do mundo do trabalho. In: GOULART, Í.B. (Org.). *Psicologia organizacional e do trabalho*. São Paulo (SP): Editora: Casa do Psicólogo, 2002.
- GUIVANT, J.S. A agricultura sustentável na perspectiva das ciências sociais. In: VIOLA, E. J.; LEIS, H. R.; SCHERER-WARREN, I.; GUIVANT, J. S.; VIEIRA, P. F.; KRISCHKE, P. J. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. 2.ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998 .
- HELOANI, R. Gestão e organização no capitalismo globalizado. São Paulo: Atlas, 2003.
- HOBBSAWM, E. *Era dos extremos – O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INSTITUTO DE PESQUISA TECNOLÓGICA (IPT). *Cooperativa de catadores de materiais recicláveis: guia para implantação*. São Paulo: Sebrae, 2003.
- IRELAND, T.D.; MACHADO, M.M.; IRELAND COSTA, V.E.J. Os desafios da educação de jovens e adultos: vencer as barreiras da exclusão e da inclusão tutelada. In: KRUPPA, S.M.P. (org). *Economia solidária e educação de jovens e adultos*. Brasília: Inep, Ministério da Educação, 2005.
- JATOBÁ, S. U. S. A sustentabilidade para todos é sustentável? In: INTERNATIONAL CONGRESS ON ENVIRONMENTAL PLANNING AND MANAGEMENT, Brasília, *Anais...*, 2005.
- JACCARD, P. História social do trabalho, das origens até aos nossos dias. Paris, Payot, 1960.
- JACOBI, P. Educação e meio ambiente – transformando as práticas. In: Revista brasileira de educação ambiental. n.0 (nov.2004) – Brasília: rede brasileira de educação ambiental, 2004.
- JUNIOR, C.B. *Projeto Meia Ponte, componente: projeto básico de recuperação de materiais e processamento de lixo urbano*. Sociedade Goiana de Cultura, 1998. [MIMEO]
- LANE, S.T.M. *A linguagem e as representações sociais*. In: CONGRESSO INTERAMERICANO DE PSICOLOGIA, 20, Caracas, 1985. *Anais...*, 1985.
- LEAL, A.C.; JÚNIOR, A.T.; ALVES, N.; GONÇALVES, M.A.; DIBIEZO, E.P. *A reinserção do lixo na sociedade do capital : uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem*. *Revista Terra Livre*, São Paulo, ano 18, nº, jul/dez., 2002.p.177-190.

- LEIS, H. R.; VIOLA, E. J.; WARREN, I. S.; GUIVANT, J. S.; VIEIRA, P. F.; KRISCHKE, P. J. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. 2.ed. São Paulo: Cortez, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998 .
- LIEBERHERR-GARDIOL. Waste, waste, nothing but waste – from 12th-19th century Paris to 20 th century developing countries. Cairo, *Skat WasteNet Infopage*. nº 2, October,1997.
- LIMA, S., RIBEIRO, T. F. Coleta seletiva de lixo domiciliar – estudo de casos. *Revista Caminhos de Geografia*, 1(2)50-69, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, dez/2000.
- MACÊDO, K. B., XIMENES, J. A. (Orgs.). *Cooperativismo: doutrina, descompassos e prática*. Goiânia: Unimed, 2003.
- MACÊDO, K. B. *Psicodinâmica nas organizações: poder, cultura e decisão na empresa familiar*. Tese de doutorado em Psicologia Social, Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.
- MAGERA, M. *Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade*. Campinas (SP): Editora átomo, 2003.
- MAHITEME, I. Landfill management, its impacts on the local environmental and urban sustainability: the case of repi landfill site, Addis Ababa Ethiopia, In: INTERNATIONAL CONGRESS ON ENVIRONMENTAL PLANNING AND MANAGEMENT, Brasília, 2005. *Anais....*, 2005.
- MANCINI, S.; MURITIBA, N. S.; OLIVEIRA, M. P.; KRUGLIANSKAS, I. Valores organizacionais na gestão com responsabilidade socioambiental. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ADMINISTRAÇÃO, 2002.
- MAPA DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL DE GOIÂNIA, 2004. [MIMEO].
- MARINHO, M.C.N. *As transformações no mundo do trabalho e suas implicações na formação do executivo*. Goiânia, 2005.Dissertação (Mestrado), Universidade Católica de Goiás.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.
- _____. O capital, Livro I, capítulo V.I. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.
- MATTOSO, J. *O Brasil desempregado – Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

- MIGUELES, C.; OLIVEIRA, J. A. P.; CARMO, M. S. *Significado do lixo e ação econômica – a semântica do lixo e o trabalho dos catadores do Rio de Janeiro*. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Administração, 2004. *Anais.....*,2004.
- MILES, M. P.; COVIN, J. G. Environmental marketing: a source of reputational, competitive and financial advantage. *Journal of Business Ethics, Dordrecht*, v. 23, n. 3, feb., 2000. p. 299-311.
- MIRANDA, L. L. *O que é lixo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.
- MISI, M.C. *Cooperativas de trabalho: direito do trabalho e transformação social no Brasil*. São Paulo: LTr, 2000.
- MIURA, P.C.O. *Tornar-se catador: uma análise psicossocial*. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado). PUC.
- MOREIRA, M.S. *Estratégia e implantação de sistema de gestão ambiental (Modelo ISO 14000)*. Belo Horizonte (MG): Editora de Desenvolvimento Gerencial, 2001.
- OLIVEIRA, E. *A ISO14000 e a percepção dos trabalhadores: estudos de caso em um hotel em Goiás*. Goiânia, 2004, Dissertação (Mestrado), Universidade Católica de Goiás.
- OLIVEIRA, M.F.V. *Lixo que é um luxo: o rejeito dos condomínios fechados das cidades brasileiras (monografia de Especialização)*, Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2003.
- PAUGAM, S.O. Enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais – uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 4.ed., Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1999.
- PICCININI, C.V. *Cooperativas de trabalho de Porto Alegre e flexibilização do trabalho*, 2004.
- PICCININI, C.V.; OLIVEIRA, S. R. *Flexibilização, qualidade de vida e empregabilidade: O caso das cooperativas de trabalho de Porto Alegre*
- PLANTENBERG, C. M., AB’SABER, A. N. (Orgs.). *Previsão de impacto ambiental*. 2. ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- PORTO, M. F. S.; JUNCÁ, D. C. M.; GONÇALVES, R. S.; FILHOTE, M.I. F. *Lixo, trabalho e saúde: um estudo de caso com catadores em um aterro metropolitano no Rio de Janeiro, Brasil*. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 20(6):1503-1514, nov-dez, 2004.
- RESENDE, A. C. A. *O tempo do tempo, objetividade e subjetividade sob o tempo quantificado*. São Paulo, 1987. Dissertação (Mestrado), PUC, São Paulo000.

- REY, F. L. G. *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira, Thomson Learning, 2002.
- ROCHA, M. N. Direito do trabalho. SEBRAE, 2000.[Mimeo]
- SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 4. ed., Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- SILVA, A. C. G. *Catadores de lixo: aspectos sócio-ambiental da atividade desenvolvida no lixão municipal de Corumbá, Mato Grosso do Sul*. Dissertação (Mestrado), UNB, Brasília, 2002.
- SINGER, P. Direitos sociais: a cidadania para todos. In: PINSKY, J.; PINSKY BASSANEZI, C. (Orgs.). *História da Cidadania*, 2.ed., São Paulo: Contexto, 2003.
- SOUZA, R. S. Evolução e Condicionantes da gestão ambiental nas empresas. *Read – Edição Especial*, 30, vol.8, nº6, nov-dez, 2002.
- SAPOVICIS, R.T.; SOUZA, M.T.S; *Gestão social e democrática em cooperativas de trabalho: um estudo de caso na cooperdata processamento de dados*. Enanpad, 2002.
- SPOSATI, A. Prefácio In: SAWAIA, B. B., NAMURA, M.R. (Orgs.). *Dialética exclusão/inclusão: reflexões metodológicas e relatos de pesquisas na perspectiva da Psicologia Social crítica*. Taubaté, SP: Cabral Editora Universitária, 2002.
- STTAT, D. A. *The time dimension. Psychology and te world of work*. London: MacMillan, 1994.
- TRIVIÑOS, A.N.S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- VAILLANCOURT,J-G. *Sociology of the Environment: from human ecology to ecosociology*,1997.
- VALLE, C. E. *Como se preparar para as normas ISO14000 Qualidade Ambiental*. 3.ed. São Paulo: Editora Pioneira Administração e Negócios, 2000.
- VIANA, N. Catadores de lixo: renda familiar, consumo e trabalho precoce. *Revista da Universidade Católica de Goiás*, v. 27, nº3, jul/set.2000. p.407-691.
- VIGIANO, M.A.; SILVA, J. O.; LIMA, C. A.; MACÊDO, K. B.; XIMENES, J. A. (Orgs.). *Cooperativismo: doutrina, descompassos e prática*. Goiânia: Unimed, 2003.

- VIOLA, E.J.; LEIS, H.R.; SCHERER-WARREN, I.; GUIVANT, J.S.; VIEIRA, P. F.; KRISCHKE, P.J. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. 2.ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998 .
- VÉRAS,M. Exclusão social: um problema brasileiro de 500 anos. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 4. ed., Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1984.